

cadernos do terceiro mundo

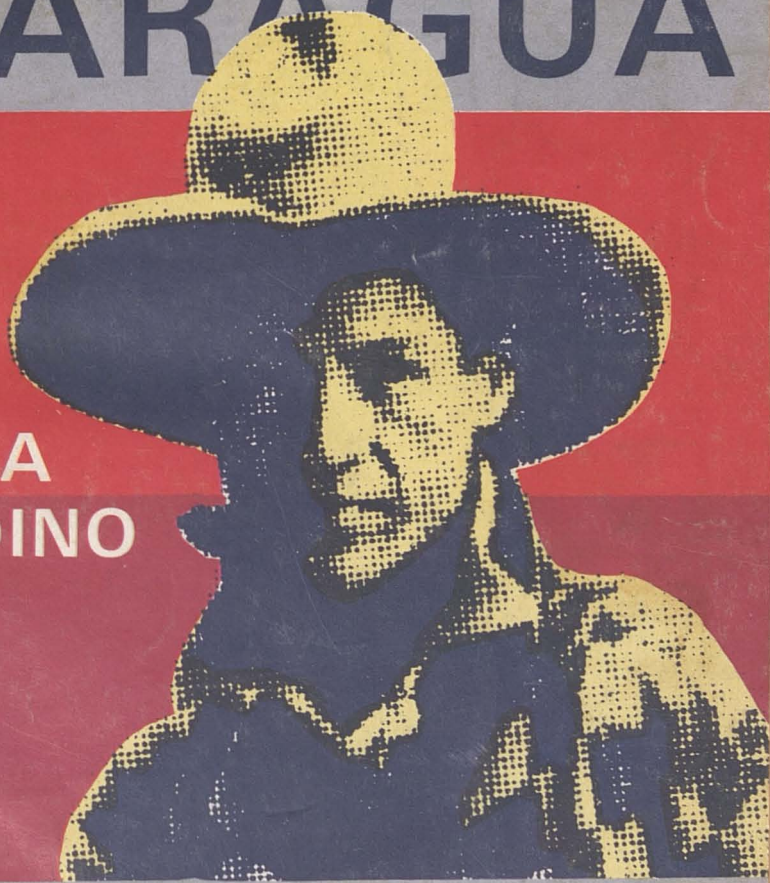
16

PETRÓLEO:
QUEM É
O CULPADO DA CRISE?

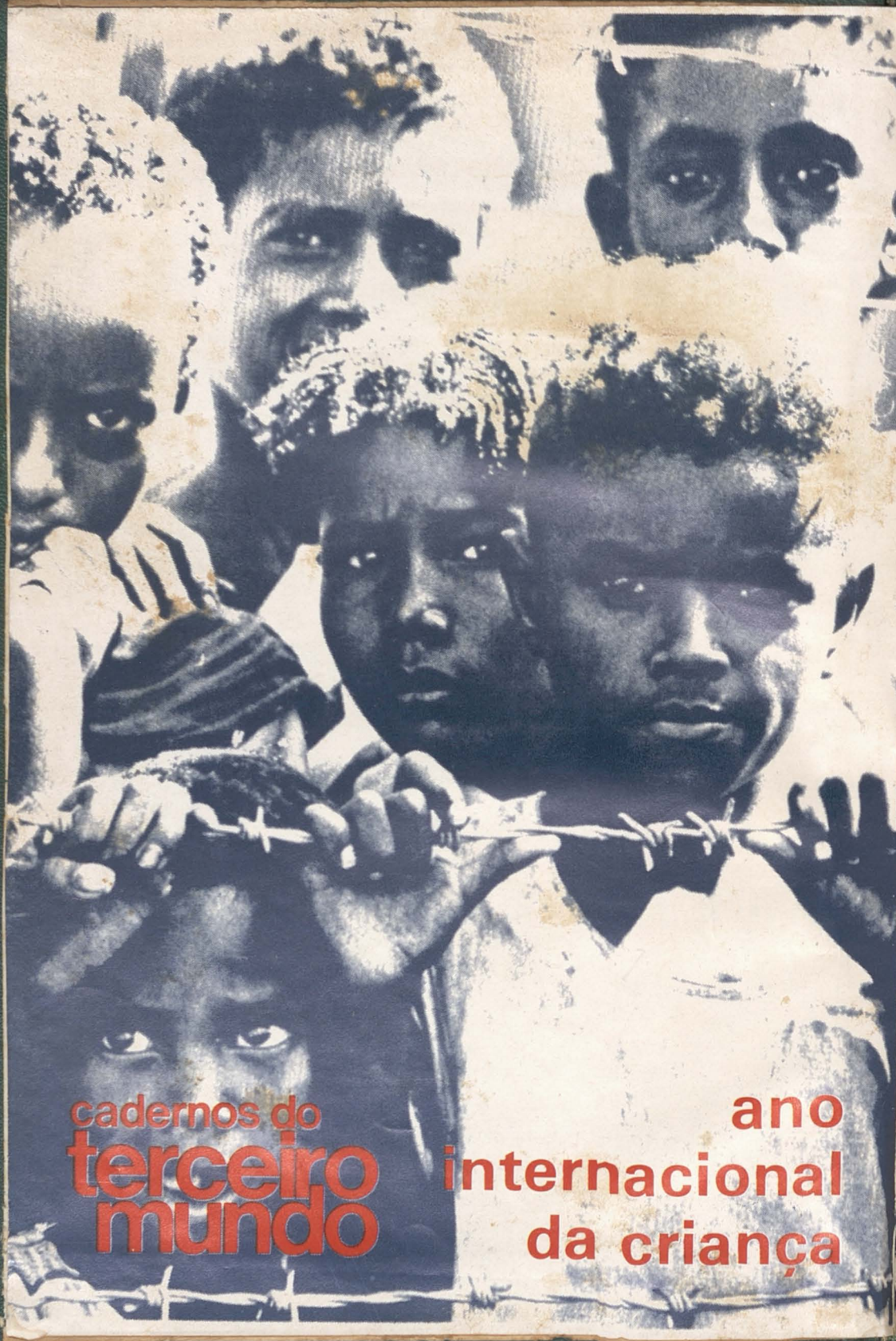
setembro 1979 40\$00K2 40,00 ESC. 40\$00 PG 40,00 — Ano II N.º 16

NICARÁGUA

A HORA
E SANDINO



ADAGASCAR: FALA O PRESIDENTE RATSIRAKA
BENIN: RUMO AO SOCIALISMO



cadernos do
terceiro
mundo

ano
internacional
da criança

nesta edição

cadernos do terceiro mundo

- 3 *cornio do litor*
- 4 EDITORIAL
- DESTAQUE
- 8 A hora de Sandino
- ÁFRICA
- 35 *Namíbia* — a actual guerra de libertação — *João Belisário*
- 40 *Burúndi* — a dura batalha pelo socialismo — *Henrique Reis*
- 49 *Zimbabwe Rodésia* — a manobra colonial — *Erivaldo Hipólito*
- 54 *Madaqascar* — rumo ao socialismo — *Luis Camejo e Miquel de la Guardia*
- 60 *Mocambique* — consolidação do estado popular
- 66 *Cabo Verde* — país rumo ao futuro
- AMÉRICA LATINA
- 68 *Bolívia* — os operários definem rumos — *Renato Andrade*
- 75 *Argentina* — a oposição partidária moderada — *Jorge Luis Bernetti*
- 80 *Colômbia* — o modelo uruguaio — *Roberto Remo*
- 83 *Brasil* — o que é a oposição sindical?
- ÁSIA
- 89 *Vietnam* — a tragédia dos fugitivos — *Agustín Castañón*
- 94 «Fazer a Revolução escutando a Rádio» — *Beatriz Bissio*
- 102 PANORAMA
- 109 ECONOMIA
- 116 CULTURA
- 119 A militarização do terceiro mundo — *J. C. Cabral*
- 125 ALMANAQUE

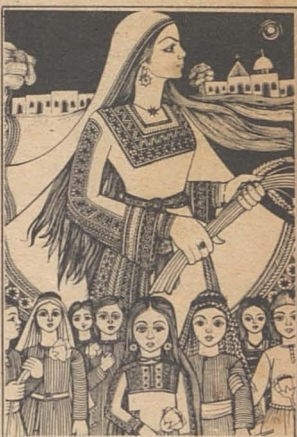


foto do mês

Nicarágua: a hora de Sandino



cuadernos del
**tercer
mundo**

**third
world**

cadernos do
**terceiro
mundo**

Publicação Mensal — N.º 16 — Agosto 1979

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo»

e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano III — n.º 32

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Gerónimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano I — n.º 3

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano II — n.º 16

Propriedade

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30

Lisboa 1000 — Portugal

Redacção e Administração:

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Leonel Moura, Mário Osava

Colaboram neste número:

Augustin Castaño, Cristina Canoura, Etevaldo Hipólito, Hugo Rius, J. C. Cabral, Jorge Luís Bernetti, João Belisário, Luís Camejo e Miguel de la Guardia, Renato Andrade, Roberto Remo e Vasco.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN), e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nuevas (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números)

Esc. 380\$00

Semestral (6 números)

Esc. 220\$00

Estrangeiro

(12 números, via aérea)

Angola, Moçambique,
Cabo Verde, Guiné-

Bissau e S. Tomé e

Príncipe

Esc. 600\$00

ou US\$ 14.00

Restantes países

US\$ 17.00

distribuição

ANGOLA: Empresa Nacional de Apoio Técnico do DEPI/MPLA/PT. Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. BELÍCIA: Cathedral Book Center, Belize City. CABO VERDE: Instituto Caboverdiano do Livro. Rua 5 de Julho, cidade da Praia. COSTA RICA: Libreria Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal. San Pedro Montes de Oca. ECUADOR: Ediciones Sociales, Córdova 601 y Mendiburo, Guay aquí, Ecuador. Libreria Siglo XX, Garcia 420 y 6 de diciembre, Quito. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo. Primera calle Poniente No. 1030. ESTADOS UNIDOS: Libreria Libro-Libro, 220 W. 14th St., N.Y. 10011. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise. 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco. Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Bockhandel. Spui 14-16, Amsterdam. ITÁLIA: Paesi Nuovi. Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódicos. Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Say Rois de Publicaciones, S.A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. MOÇAMBIQUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco. Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. PANAMÁ: Libreria Cultural Panameña, S.A. Av. España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTO RICO: Libreria Puerto Rico. Calle Huanacao 1009, Rio Piedras, San Juan — Libreria La Tertulia, Amália Marin esq. ave. Gonzáles, Rio Piedras. REPÚBLICA DOMINICANA: Instituto Americano del Libro. Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación. Juan Sánchez Ramirez, 41, Santo Domingo. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação Cultura Popular. SUÉCIA: Wennergren-Williams AB. S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A. Av. México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

correio

CONTINUIDADE

Tenho seguido com muita atenção a vossa publicação, a qual presto minha homenagem pela coerência e volume de informações. Espero que prosigam na tarefa que se propuseram e que não desapareçam como tantas outras publicações do género. — *M. C. Costa — Setúbal, Portugal.*

CHINESICE

Quando vi pela primeira vez a vossa revista, pensava que era mais uma *chinesice* dessa tal teoria dos três mundos. Faço minha autocrítica. — *J. Carlos Miguel — Luanda, Angola.*

GUIA

Soube, através de um amigo assinante (nunca encontro a revista aqui em Maputo), que pretendem editar um almanaque sobre todos os países do Terceiro Mundo. A ideia foi bem aceite entre os estudantes com quem falei na minha escola. — *Maria do Carmo — Bissau, Guiné-Bissau.*

PORTUGAL

Quando é que Portugal (ou melhor, os seus actuais governantes), vão dar conta de que não somos mais colónias? O «contencioso» com Angola e Moçambique é simplesmente ridículo. — *J. Castanheira — Cidade da Praia, Cabo Verde.*

DISTRIBUIÇÃO

No endereço que indicaram como vosso distribuidor, não existe a edição em português. — *Jean Claude Troupet — Paris, França.*

CARIBE

Nunca imaginei o Caribe, como vocês chamam, envolvesse tantos e tão diferentes processos de luta. Parabéns pelo magnífico trabalho. — *Maria Margarida Mendes — Porto, Portugal.*

vitória de um povo

Nosso tema principal, conforme indica a capa, é a Nicarágua que, depois de tenaz luta contra a tirania da família Somoza, vê-se finalmente entre os países livres do Mundo, mercê do heroísmo do seu povo e da sua vanguarda, a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Procuramos dar aos nossos leitores a visão interna e externa, do longo processo da luta libertadora, e dos seus antecedentes, através da nossa equipe no México, e dos nossos correspondentes na América Central e na própria Nicarágua. O leitor avaliará o seu real conteúdo.

Na América Latina falamos ainda da Oposição Sindical, movimento emergente no meio trabalhador brasileiro, a mesma área é focalizada na Bolívia, numa análise do Congresso da *Central Obrera Boliviana*; a "oposição moderada" na Argentina também é abordada; e uma matéria "de peso", uma entrevista com Gilberto Vieira, secretário-geral do Partido Comunista da Colômbia.

Na África, apresentamos uma nova e exclusiva entrevista com Sam Nujoma, vamos ao Zimbábue constatar as eternas manobras do imperialismo, e passamos por Madagáscar, Benin e Cabo Verde, ficando por Moçambique.

No capítulo asiático, o tema dos "refugiados vietnamitas" é apresentado tal como é, e depois de pequenas notas sobre a Informação terceiro-mundista, passamos para a Cultura, onde Mercedes Soza dá-nos uma excelente entrevista.

Para terminar, além dos habituais *almanaque* e *panorama*, a secção *ciência e tecnologia* diz-nos dos problemas do petróleo e das peripécias das "sete irmãs".

Nossa Revista, cuja edição em língua portuguesa já vai no seu número 16, embora de carácter mensal, tem procurado dar aos seus leitores, uma visão sempre actualizada do que se passa no Terceiro Mundo, e das actividades do imperialismo para cercear a liberdade dos seus povos. Pensamos estar a cumprir bem a nossa missão, mas em última análise, é o nosso leitor, com o seu prestígio e com o seu apoio, quem dirá a última palavra.

O Editor

o império não muda

A política «pós-Vietnam», segundo a qual os Estados Unidos absorviam os ensinamentos da sua fracassada intervenção bélica no Sudeste Asiático, e renunciavam a novas ingerências no exterior, é coisa do passado. E é precisamente o homem que encarnou a mudança de orientação — o presidente James Carter, — que em brevíssimo espaço de tempo, renega as suas reiteradas declarações não-intervencionistas, e prepara o dispositivo para eventuais aventuras militares.

Esta contradição suprema é reveladora da grave crise que afecta as superpotências: é antes de tudo a sua incapacidade de controlar o Mundo em transformação, de manter a sua hegemonia à escala mundial e, com ela, o domínio económico que lhe permita uma expansão constante.

O regresso da «política das canhoneiras» foi posta em evidência base que simultaneamente: na Nicarágua e no Golfo Árabe.

Em relação ao pequeno país da América Central, os Estados Unidos optaram pela criação de condições para o envio das suas tropas. Durante a sessão da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada no passado mês de Junho, para procurar uma solução para a guerra civil nicaraguense, a delegação norte-americana propôs o envio de uma «Força de Paz» sob os auspícios da OEA. É claro que os efectivos norte-americanos corresponderiam ao grosso dessa força, cuja tarefa seria deter a vigorosa ofensiva sandinista, e escamotear a vitória popular através de um «somozismo sem Somoza».

A proposta de Washington foi derrotada — facto não habitual

editorial

dentro da OEA e revelador da correlação de forças que se verifica actualmente dentro do Continente Americano, — e com isso os Estados Unidos viram-se privados da necessária «cobertura» à sua ingerência. Mas mesmo depois deste revés, os porta-vozes do Governo Carter negaram-se a afastar a hipótese de uma intervenção unilateral de parte dos Estados Unidos.

Não resta dúvida que a votação na OEA torna muito embaraçosa — e de altíssimo custo político, — uma invasão da Nicarágua para manter os interesses da superpotência neste país. Mas é igualmente certo que diante da perspectiva de ver ameaçados esses mesmos interesses, Washington manifeste a sua vontade de intervir militarmente. — E mesmo que isto não se venha a concretizar por circunstancialismos políticos desfavoráveis, não será nunca uma atenuante para essa vocação imperialista.

A segunda evidência foi proporcionada pelo Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Harold Brown, no dia 6 de Julho passado. Fez uma declaração na qual, além de confirmar que o Pentágono ultima a constituição de uma «Força de Intervenção Rápida» de 110 mil homens, explicitou os casos em que essa força seria enviada a outros países.

A existência desses preparativos havia sido antecipada por diversos sectores. Por outro lado, é sabido que mesmo sem organizar esse corpo de intervenção, os Estados Unidos têm capacidade de mobilizar numerosas tropas de ocupação. O facto mais significativo dessa declaração, reside na proclamação diante da opinião pública mundial, de que existe um bem preciso desígnio intervencionista

editorial

de parte dos Estados Unidos, que põe assim fim à política do «pós-Vietnam».

Se esta ameaça é ampla, pois contempla o Terceiro Mundo no seu conjunto, os seus alvos principais são os países exportadores de petróleo, e mais precisamente, o Golfo Árábico. Os Estados Unidos intervirão se virem ameaçados os seus «interesses vitais», disse Brown, que acrescentou que os aviões da força de intervenção chegariam ao Médio Oriente em dois ou três dias.

Por outro lado, é bastante clara a brusca mudança de uma política que até há bem pouco tempo prometia o cessar do intervencionismo. Não resta dúvida de que o *establishment* norte-americano teria preferido seguir essa política, ao mesmo tempo que mantinha as suas áreas de influência. Esta aspiração constitui uma ilusão, mas foi necessária para superar o trauma deixado pelo fracasso no Vietnam.

Mas se os Estados Unidos, depois daquela guerra, necessitavam de uma trégua, esta não seria concedida, nem pelos movimentos de libertação, nem pelas aspirações nacionais dos povos submetidos pelo imperialismo. A luta anticolonialista prosseguiu com a mesma intensidade na África e na Ásia, conseguindo vitória após vitória. E na luta anti-imperialista, duas foram as que maior inquietação trouxeram às potências ocidentais e determinaram o regresso declarado ao intervencionismo: o derrube do Xá no Irão e a insurreição popular na Nicarágua.

A queda do «Império Persa» e o abandono pelo Irão de uma dependência global em relação aos Estados Unidos, pôs em acção o mecanismo mais sensível da superpotência: a sua exigência em ter

editorial

acesso aos mercados petrolíferos na medida das suas exorbitantes necessidades.

Numa escala mais ampla, isso significa que o governo de Washington está disposto a se valer da força para a obtenção de matérias-primas segundo as suas necessidades, que é a base da relação imperial entre o centro e a periferia, entre países capitalistas avançados e países subdesenvolvidos. Por seu lado, a rebelião da Nicarágua implica um risco para o seu controlo das áreas de influência imediata em função dos seus interesses estratégicos.

Não há pois nenhuma mudança em relação à velha concepção hegemónica dos Estados Unidos, que sempre, através de um ou outro meio determinado pelas circunstâncias, procuraram esse objectivo. Foram as mudanças na correlação de forças a nível internacional que induziram os Estados Unidos a renunciar às formas mais directas e violentas de domínio.

O facto de que essas relações, no futuro, dificultem as suas aspirações intervencionistas, deve-se precisamente às modificações no quadro internacional que, por sua vez, continuará produzindo mudanças desfavoráveis à hegemonia norte-americana, uma vez que acentuará a sua crise interna.

Foi em função disso, que esta Revista alertou os seus leitores desde o início sobre as erradas esperanças despertadas em muitos quando das promessas iniciais do presidente Carter. Com efeito, da mesma maneira como ficou claro que a sua campanha pelos Direitos Humanos era guiada pelo oportunismo, o mesmo qualificativo serve hoje para a sua efêmera política de não-intervenção.

NICARÁGUA

A HORA DE SANDINO



Meio século depois, a revolução nicaraguense triunfante consagra a vitória dos ideais do General de Homens Livres, nas suas duas grandes vertentes — a guerra ao imperialismo norte-americano e a luta contra as oligarquias sipaias.

Neiva Moreira

MOMENTOS depois de Anastásio Somoza Debayle ter anunciado a sua renúncia, a Nicarágua foi dominada por uma explosão de alegria sem paralelos. Na madrugada de 17 de Julho, conseguimos captar no México, na onda de 41 metros, as transmissões da Rádio Sandino, cujos locutores proclamavam euforicamente a vitória esperada durante quase meio século.

Marchas militares, canções populares e o impactante Hino Sandinista, alternavam-se com palavras de ordem revolucionárias, e as primeiras instruções do Governo de Reconstrução Nacional, a apelarem ao povo por disciplina e vigilância, com exortações a que não se fizesse justiça pelas próprias mãos, facto que viola o código revolucionário.

Vinte anos atrás, numa casa da zona sul do Rio de Janeiro, acompanhávamos com exilados cubanos — deportados ao Brasil pela ditadura de Fulgêncio Baptista, — as transmissões de rádio de Cuba quando, após descerem de Sierra Maestra, as colunas do Ché



e de Camilo Cienfuegos ganhavam a batalha de Santa Clara e avançavam sobre os últimos bastiões da tirania.

Na realidade, a História não se faz com datas fixas, nem a luta dos povos oprimidos se conta por semanas ou meses. Entre ambas as transmissões decorreram duas décadas. E se disso se pode extrair uma lição, é que a libertação dos nossos povos do jugo imperialista é um processo duro e custoso, mas possível. Em vinte anos, a revolução cubana enfrentou muitas dificuldades, mas consolidou-se, e a gesta sandinista — iniciada há meio século, — venceu.

A população civil nicaraguense manifestou sempre um carinho infinito pelos seus combatentes, aos

quais chama familiarmente “muchachos”. Muitos desses “muchachos” morreram na guerra. O número total ainda é desconhecido, mas só a ofensiva final custou a vida de mais de trinta mil pessoas, entre civis e guerrilheiros. Dezenas de milhares de casas foram destruídas ou danificadas, noventa por cento da capacidade produtiva do país foi afectada, as colheitas arrasadas, meio milhão de pessoas deslocadas dos seus lares pelos bombardeios, pelo napalm e o fósforo branco.

Mas por trás dos rostos juvenis, alguns ainda sem barba, dos combatentes, há um projecto bem implantado. Uma revolução que triunfa no próprio centro vital do sistema de dominação do inimigo, que desafia o poder de imensos interesses económicos e estratégicos, com poucos recursos militares e uma débil estrutura diplomática, que enfrenta e derrota uma ditadura cruel, mantida pelas transnacionais e apoiada por Washington, não é o resultado de uma improvisação ou de um golpe de sorte.

A resistência ao somozismo nunca cessou na Nicarágua, e os combatentes que continuaram a luta do General de Homens Livres — como ficou conhecido Augusto César Sandino, — nunca baixaram as bandeiras da libertação nem deram tréguas ao inimigo. Quando iniciava a sua luta guerrilheira contra a invasão norte-americana, Sandino disse: “É preferível morrer como rebeldes e a viver como escravos”.

REALISMO E UNIDADE

Como foi possível esta vitória? — perguntámos a uma combatente sandinista que acabava de chegar do trato de operações. “Actuar sobre a realidade e com unidade foram os factores decisivos e talvez a contribuição mais importante que a nossa experiência pode dar aos outros processos revolucionários que ainda não alcançaram a vitória”, respondeu-nos.

Segundo essa militante, durante decénios os grupos de resistência cometeram erros, sem conseguir forjar uma estratégia correcta, baseada na realidade do país: “Quando conseguimos, após muitos fracassos, compreender essa realidade e sobre ela traçáms o nosso projecto de luta e de reconstrução, então o caminho ficou aberto. Só falta que nos uníssemos”.

O processo de unidade foi lento, complexo e difícil. Os sandinistas dividiram-se em três tendências: a que preconizava a “Guerra Popular Prolongada” como tática guerrilheira baseada prioritariamente na montanha; a “proletária” que negava validade às alian-

ças com a oposição burguesa e a “insurreccional” ou “terceirista”, que sempre foi maioritária e cuja linha de acção — que incluiu o levar os combates às cidades e a formalização de acordos com todos os opositores, — acabou por prevalecer.

Na longa marcha até ao bunker de Somoza, uma parte importante do tempo foi utilizado na discussão ideológica, e muitas vezes esta degenerou em choques pessoais e de grupos. Na guerra estas divergências relativizaram-se, e finalmente reduziram-se ao mínimo, o que permitiu um acordo global.

Desde que o sandinismo se reunificou, a luta tomou um novo curso. A criação de um comando unificado permitiu um desenvolvimento acelerado das actividades políticas e das operações militares.

O ASSASSINATO DE CHAMORRO

O comando político actuou com grande flexibilidade, o que permitiu ampliar a base anti-somozista. Quando mandou matar o jornalista Pedro Joaquin Chamorro, director do diário *La Prensa*, posteriormente incendiado pelos esbirros, Somoza pensava que com isso consolidaria o seu poder. Julgava que Chamorro seria o homem que o substituiria, apoiado por Washington, e que seria capaz de sucedê-lo e implantar um regime de estilo social-democrata, com o respaldo dos diversos sectores do Partido Conservador.

Somoza equivocou-se. O assassinato de Chamorro convenceu a oposição — e

dentro dela a grande parte do Partido Conservador (único com representação parlamentar, além do Partido Liberal Nacionalista, de Somoza), — de que já não havia possibilidades de uma transição pacífica à democracia. Em vez de capitular, uniram-se os sandinistas em armas, não sem tentarem primeiro ser eles os dirigentes do movimento anti-somozista.

Os sandinistas, por sua vez, deram mostras de uma exemplar capacidade política, considerando prioritária a construção de uma grande frente popular, em detrimento das especulações ideológicas sobre o “modelo” de sociedade a construir. Isso permitiu que o conjunto da oposição se radicalizasse na luta, e chegasse a questionamentos profundos do sistema que engendrou o somozismo; esse processo abarcava mesmo aqueles que não partiam de uma perspectiva socialista.

Assim foram lançadas as bases da grande coligação que desembocaria no Governo de Reconstrução Nacional, cuja Junta é integrada pelo comandante sandinista Daniel Ortega Saavedra; pelo dirigente do Movimento Povo Unido (organização de massas implementada pelo sandinista Moisés Hassan); por um intelectual estreitamente ligado à Frente Sandinista e membro do “Grupo dos Doze”, Sergio Ramírez; pela senhora Violeta Barrios de Chamorro, viúva do jornalista assassinado; e por Alfonso Robelo, dirigente da organização de empresários democráticos.

Essa mesma fórmula de



A alegria da vitória, festa popular

alianças reflecte-se na composição do gabinete ministerial, onde há representantes do sector empresarial, do "Grupo dos Doze" — como o sacerdote Miguel D'Escoto, o Ministro das Relações Exteriores, — e dos sandinistas "puros e duros", como o comandante Tomas Borge, único sobrevivente do grupo fundador da FSLN, agora Ministro do Interior, e o padre Ernesto Cardenal, cuja valiosa produção literária, a incorruptável posição ideológica e a vasta cabeleira branca, o tornaram conhecido internacionalmente.

RELAÇÕES COM WASHINGTON

O novo governo não tem dúvidas de que os problemas e dificuldades a enfrentar serão imensos. O programa de reconstrução exige recursos superiores a mil milhões de dólares e significa apenas iniciar a tarefa de reconstrução e preparar uma base de arranque económico e de mudança social.

Os Estados Unidos tentaram ganhar com a paz, depois de haver perdido com

a guerra. Envoltos numa crise interna de gravidade insofismável, e a atravessarem o pior período nas suas relações com a América Latina — quando se lhes opõem até mesmo governo tradicionalmente dóceis como os do Brasil, da Venezuela, Bolívia e outros, — os Estados Unidos viram fracassar todas as suas tentativas de intervir para salvar o essencial do sistema e impôr um "somozismo sem Somoza". O episódio final, com o governo títere do dr. Urcuyo a anunciar que "governaria" até 1981, não foi apravado por Carter e

pelo Departamento de Estado, mas teve o beneplácido do Pentágono e do imenso lobby somozista no Congresso norte-americano.

Quando o triunfo sandinista era já inevitável, Washington tentou infiltrar-se através de um embaixador hábil no manejo das tramas diplomáticas, Lawrence Pezzullo, que se tornara famoso no Uruguai. Pezzullo aconselhou moderação e esqueceu-se daqueles que sofreram na própria carne o peso de meio século de tirania.

Sérgio Ramírez disse claramente que não podiam acreditar agora nas promessas de Washington, que durante 50 anos mentiu e enganou o povo nicaraguense. O tom das declarações dos principais dirigentes do novo regime foi duro para com os Estados Unidos.

“O passado já passou — disse o dr. Hassan — e desejamos ter boas relações com os Estados Unidos. Mas não queremos amos. Disso, já tivemos demasia-do”.

Por sua vez, Daniel Ortega recordou que os Estados Unidos apadrinharam o regime somozista e defenderam na OEA uma intervenção militar: “Jamais aceitaremos uma intervenção, seja militar, política ou económica”.

O comandante Borge disse claramente: “Não trairemos o nosso povo, a Revolução será defendida a todo preço”. Eden Pastora, o “Comandante Zero” concorda: “Temos o olho atento para que a revolução não seja traída”.

Os primeiros actos da Junta não deixam dúvidas sobre a intenção de realizar transformações profundas:

os bens da família Somoza (cuja produção representa 30 por cento do Produto Bruto do país) foram nacionalizados, a Guarda Nacional, o Congresso títere e o sistema de “justiça” mais injusto e servil que a América Latina conheceu, forma todos dissolvidos. Anunciou-se a nacionalização do Comércio Exterior.

Com tantos exemplos presentes, os revolucionários nicaraguenses não cometeram o erro de convocar, para o dia seguinte, eleições em que, precisamente em nome da democracia e da liberdade pelas quais lutou todo o povo, os instrumentos da reacção e as manobras da contra-revolução pudessem destruir as bases mesmas da Revolução.

O FUTURO

Que futuro espera esta jovem revolução? O seu caminho não será, certamente, florido e pacífico. Dentro do conjunto das forças vitoriosas, há revolucionários decididos a abrir caminho ao socialismo, e sectores que desejam não

mais do que uma modernização do capitalismo. A luta anti-somozista uniu-os a todos, mas é possível prever no futuro discrepâncias em torno dos limites da Revolução. O essencial é que os verdadeiros revolucionários controlem firmemente os aparelhos do poder e continuem a contar com o apoio virtualmente unânime que lhes outorga o povo.

Washington vai continuar a manobrar para dividir as forças vitoriosas. E tudo fará para pressionar através de alguns dos seus aliados na América Latina o novo governo, para que este reduza o ritmo do processo transformador. Mas são muitos os amigos que os nicaraguenses conquistaram nessa luta. E entre eles José Lopez Portillo, do México, Aristides Royo e Omar Torrijos, do Panamá, Rodrigo Carazo, da Costa Rica, e tantos outros líderes que foram aclamados no dia do triunfo e que continuarão a acompanhar o processo que valentemente defenderam. Uma revolução forjada na luta e no sangue do seu povo não re-



Sergio Ramirez, da Junta de Reconstrução estende a mão a um sandinista



A reconstrução nacional será uma árdua tarefa

nunciará facilmente aos seus princípios fundamentais para preservar interesses económicos alheios.

Na América Central, enquanto isso, o medo acentua-se nas ditaduras, particularmente nas de El Salvador e Guatemala. Talvez seja esse o primeiro impacto latino-americano da vitória: o apoio e o incentivo às forças populares desses países, como resultado do triunfo sandinista.

Mas não será o único resultado: ao longo de todo o subcontinente americano, fortalece-se a convicção de que as tiranias podem ser derrubadas e que é possível abrir as vias da revolução às próprias portas do imperialismo norte-americano, que desde o século passado ocupou a Nicarágua, trans-

formando-a em terra particular das transnacionais e do pior da algarquia local expressa no somozismo.

Há um facto histórico de extraordinária importância, quando se analisa essa admirável epopeia revolucionária e se tenta esquadriñar o seu futuro: a presença viva de Augusto Sandino.

A luta desse revolucionário, de profundas raízes populares e com um compromisso apaixonado com a independência da sua Pátria, e com a unidade e a libertação da América Latina, teve duas vertentes fundamentais: a guerra aos imperialistas norte-americanos e o combate sem tréguas às oligarquias cipaias, que actuam como agentes do inimigo externo.

Cinquenta anos depois de Sandino ter levantado nas montanhas nicaraguenas a bandeira da luta anti-oligárquica e anti-imperialista, a revolução latino-americana não trocou de bandeiras, nem tem hoje outros inimigos prioritários.

E é por isso que a Nicarágua — e com ela toda a América Latina, — vive a hora de Sandino, na vitória contra a tirania somozista e os seus amos norte-americanos. Um momento de euforia, mas também de compromisso com o sangue derramado por milhares de patriotas, na conquista da independência e da libertação.

A ofensiva final no plano militar

a estratégia do punho fechado

Roberto Remo

A Frente Sandinista aprendeu muito bem as lições da ofensiva geral de Setembro de 1978, desencadeada durante a segunda greve geral organizada pela FAO (Frente Ampla da Oposição) e afogada em sangue pela aviação de Somoza: fazia-se necessária uma direcção única do movimento civil — a greve, — e o militar — a conquista de cidades, — e, por outro lado, a insurreição armada requeria um comando unificado.

Assim, a partir do momento do recuo (onde não houve derrota, apesar do que afirmou Somoza, mas pelo contrário, um notório aumento nas hostes sandinistas), a Frente consolidou a sua unidade interna, reunindo sob uma Direcção Nacional Conjunta as suas três tendências: a “insurreccional” — maioritária, — e as denominadas “guerra popular prolongada” e “proletária”.

Impulsionou-se, também, a organização popular através do Movimento Povo

Unido, e foram depuradas as filas da oposição com a criação da Frente Patriótica, que excluiu aqueles membros da FAO que aspiravam a substituição do ditador, mas não a mudança das estruturas da ditadura, esperando ainda resgatar a Guarda Nacional.

A nova ofensiva foi preparada pacientemente, passo a passo. Milhares de combatentes foram treinados em áreas libertadas próximas à fronteira com a Costa Rica, e a opinião pública internacional foi mobilizada em solidariedade com o povo nicaraguense.

COMEÇA A OFENSIVA

Nos últimos dias de Maio, foi anunciada oficialmente o começo da “ofensiva final”. Em poucas horas, combatentes sandinistas entraram em dezenas de povoados e, com o apoio efectivo dos simpatizantes, tomaram-nos. Incapaz de

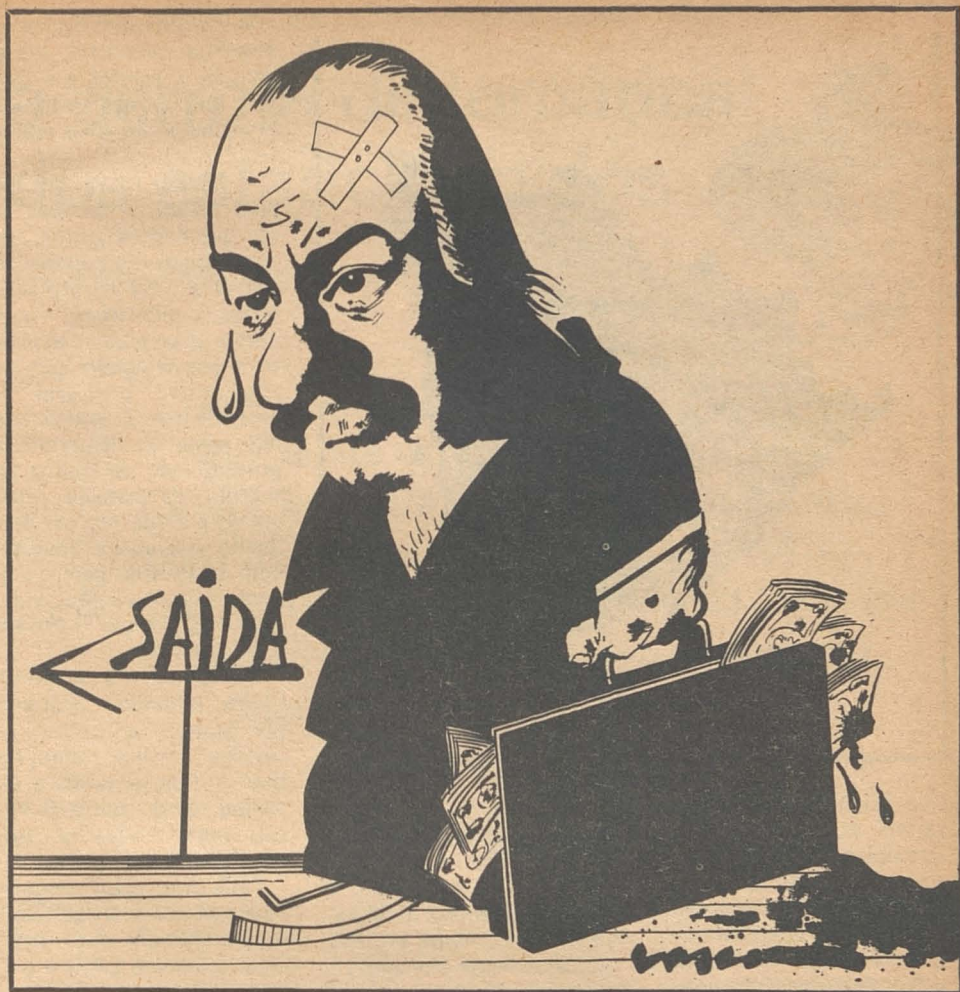


lutar em tantas frentes simultâneas, a Guarda Nacional foi obrigada a recuar. Um a um caíram os quartéis, e as armas “recuperadas” engrossaram o arsenal sandinista.

Uma semana depois, a 4 de Junho, a Frente Sandinista convocou uma greve geral. Nesse momento já controlava vinte e cinco povoados e cidades da província. A Frente Sul Benjamin Zeledón toma Piedras Blancas, na fronteira com a Costa Rica, e avança para o norte, disputando cada centímetro do terreno com as tropas de elite da Escola de Treinamento Básico de Infantaria, comandada por Anastasio Somoza Portocarrero, filho do ditador. Logo chega aos arredores de Rivas, sobre a Auto-Estrada Panamericana, que manteve sitiada por longo tempo.

A Frente Norte Carlos Fonseca Amador, comandada por Germán Pomares, toma Estelí, Chinandega, e finalmente, León, a segunda cidade do país. Outras frentes são abertas na região selvagem e pouco povoada do Caribe, e na própria capital, onde toda a zona oriental é tomada e defendida por barricadas nas ruas.

Foi aí que, derrotado no terreno e vendo os seus oficiais recuarem, mesmo con-



trariando as suas ordens, Somoza recorre à aviação. Os **Arava** israelitas, os tristemente famosos **Push and Pull** (aviões a reacção de carga e passageiros convertidos para fins militares) começam a bombardear indiscriminadamente. A população civil indefesa é a mais castigada nessas operações, de efeito militar reduzido, uma vez superado o medo depois do primeiro encontro.

Pilotos enojados pelo genocídio e diante da possibilidade de ter que bombardear as suas próprias famí-

lias, fogem para a Costa Rica com os seus aviões. Nos primeiros dias de Julho, já não são utilizadas bombas explosivas, mas sim aquelas com **napalm** e fósforo branco. A desmoralização grassa nas fileiras da Guarda Nacional, entre rumores de golpes e da renúncia do "chefe". Muitos oficiais superiores começam a encaminhar as suas famílias — e as suas fortunas, — para um lugar seguro: Miami.

Foi nessa situação que houve em 2 de Julho um recuo dos sandinistas de Manágua para Masaya. So-

moza anuncia que iniciou a sua contra-ofensiva. Mas mesmo com a superioridade do seu armamento — que continuou a chegar ininterruptamente nesta fase da guerra, apesar do repúdio internacional, — o ditador não conseguiu articular uma estratégia vitoriosa.

A BATALHA DE MANÁGUA

Na realidade, a batalha nos subúrbios de Manágua não era a chave da estratégia sandinista. O seu objec-



tivo principal era fixar na capital as tropas de elite que defendiam o **bunker**, e aliviar a pressão nas outras frentes... Assim, enquanto a Guarda Nacional se desgastava em Manágua, as batalhas decisivas travavam-se na consolidação das frentes norte e sul. Quando estas tropas avançaram de Manágua para Masaya, defendida por milhares de sandinistas, a pressão dos rebeldes intensificou-se sobre Rivas, no sul, e de León e Diriamba, a Frente Norte começou a marcha sobre a capital.

Na concepção militar sandinista, a tomada de Manágua deveria ser e foi o último episódio da ofensiva, quando se concentraram sobre a capital as colunas procedentes de todas as frentes, numa estratégia de punho fechado que lembra

a ofensiva geral dos vietnamitas sobre Saigão em Abril de 1975.

É por essa razão que a tomada e a defesa de Masaya (a apenas vinte e cinco quilómetros de Manágua) e o cerco a Rivas (a cento e nove quilómetros da capital), onde provavelmente seria instalado o Governo de Reconstrução, foram os elementos centrais da ofensiva, enquanto que os combates nos subúrbios de Manágua nos fins de Junho cumpriam um papel complementar.

TERRA ARRASADA

Também foi militarmente secundária, mas de grande impacto psicológico, a aparição em cena da Força Aérea Sandinista: avionetas do tipo Cessna que, com as

cores vermelha e negra da bandeira sandinista, sobrevoaram a capital e o próprio **bunker**, descarregando granadas sobre alvos militares.

O **bunker** foi construído para resistir a bombas de até quinhentos quilos, que requeririam um poderio aéreo (e a infra-estrutura de pistas, combustível, munições e abastecimento) muito superior àquilo que atualmente possuem os guerrilheiros. E se bem que não possa ser descartada a possibilidade de que o resultado da batalha final, possa, por sua vez, ser acelerado por algum bombardeio sandinista, parece evidente que os combates decisivos são os que se travam sobre o terreno.

E nesse caso, a tática da "terra arrasada" utilizada por Somoza ao reduzir as cidades a ruínas, cumpria mais a função política de ganhar tempo, que a de iniciar uma verdadeira contra-ofensiva militar.

Cada hora assim conquistada por Somoza significou uma maior quota de sacrifícios que teve pagar o povo nicaraguense. Mas também implicava um maior isolamento da ditadura que dia a dia perdia aliados e interlocutores, e cavava assim a sua própria sepultura, ao ser cada vez menos concebível uma solução "negociada" e que deixava como única alternativa a sua derrota total.

E os sandinistas sabem muito bem que nenhuma vitória será definitiva até que, no dizer de Brecht, não seja extirpada "a matriz que engendrou o monstro".

a derrota diplomática dos estados unidos



*Pouco antes da vitória popular,
que se via eminente, os Estados
Unidos intensificaram os seus esforços
para impor uma solução «moderada»
que mantivesse no poder a Guarda Nacional
e o partido de Somoza. A sua diplomacia
intervencionista sofreu uma
histórica derrota.*

Diego Achard

EM meados de Junho, com dezenas de cidades e povoados nicaraguenses sob o seu controlo, a Frente Sandinista de Libertação Nacional convidou cinco personalidades do país a constituírem um Governo de Reconstrução e Unidade Nacional, como alternativa ao regime de Somoza que já se confessava politicamente derrotado e aferrava-se à resistência da sua Guarda Nacional para prolongar a agonia.

Os acontecimentos na Nicarágua polarizaram-se de tal maneira as forças nos últimos dois anos, que o convite da direcção guerrilheira teve de imediato, bom acolhimento. A 18 de Junho, a Junta de Governo

dava a sua primeira conferência de imprensa na Costa Rica (ver quadro).

Os cinco membros do Governo de Reconstrução representam as diversas tendências do leque político nicaraguense. A sua composição revela, também, a correlação de forças entre os sectores que realmente enfrentaram o general Anastasio Somoza.

O doutor Sérgio Ramírez, que encabeça esta junta de governo, é membro do Grupo dos Doze a são conhecidas as suas simpatias pela luta da guerrilha sandinista. Prestigioso escritor e historiador de trinta e oito anos de idade, Ramírez participou activamente nas negociações aus-

piciadas meses atrás pelos Estados Unidos — através da OEA, — para encontrar uma “solução política” para o conflito. A sua participação foi decisiva nessa oportunidade para evitar que se concretizasse o projecto norte-americano de retirar Somoza e conservar intacta a sua estrutura de poder, conforme uma fórmula que a burguesia opositora não rejeitava claramente.

A senhora Violeta Barrios Chamorro, viúva do jornalista Pedro Joaquim Chamorro (cujo assassinato em Fevereiro de 1978 motivou a primeira greve geral contra a ditadura), é membro da equipa directiva do jornal *La Prensa*, destruído

durante a guerra. Ela mantém estreitas vinculações com os sectores moderados da Frente Ampla Opositora (FAO) e do Partido Conservador. Seu filho, filha e genro combateram nas fileiras da Frente Sandinista.

O engenheiro Alfonso Robelo, dirigente do Movimento Democrático Nicaraguense (grupo político formado por jovens empresários) representa oficialmente a FAO na junta de Reconstrução.

O doutor Moisés Hassan, matemático de renome internacional e prestigioso dirigente universitário, representa o Movimento Povo Unido, coligação de forças progressistas formada em meados de 1978, como alternativa de esquerda à FAO.

Finalmente, o quinto membro da Junta é o comandante Daniel Ortega Saavedra, membro da Direcção Nacional Conjunta da Frente Sandinista. Tanto Hassan como Ortega Saavedra estiveram nas frentes de combate no interior da Nicarágua, o primeiro em Masaya e o segundo em León, nos últimos dias do confronto.

Se a Junta não se apresentou à Imprensa no interior do país (poderia ter sido na própria cidade de Manágua, na altura com muitos bairros sob controlo sandinista) foi somente para evitar uma escalada de represálias contra a população civil. No entanto, rapidamente foram constituídos governos locais nas cidades libertadas, que organizaram a distribuição de alimentos (escassos após várias semanas de greve geral), os cuidados aos feridos, a luta contra a ameaça de epidemias e as primeiras



Alfonso Robelo, Sergio Ramirez e Violeta Chamorro ampliam a representação política da Junta

actividades de reconstrução. A Junta anunciou a sua intenção de instalar-se em território libertado, o que foi feito em León, após a saída de Somoza seguida da irrealística tentativa de Francisco Urcuyo em continuar o somozismo. León foi a capital do novo governo por poucos dias.

A formação deste governo acelerou o isolamento de Somoza. Bolívia, Equador, Brasil, Peru e Panamá seguiram o México e a Costa Rica na ruptura de relações diplomáticas com a ditadura. O Panamá e Granada reconheceram de imediato o Governo de Reconstrução.

A composição progressista da Junta suscitou receios por parte do governo norte-americano que defendeu a necessidade de "ampliá-lo" a outros sectores políticos, insistindo particularmente na integração de representantes do Partido Conservador (único com representação no Parlamento dominado pelo Partido Liberal nacionalista de Somoza) e do empresariado. No entanto, o próprio Conselho Superior da Iniciativa Privada nicaraguense expressou o seu total acordo

com a Junta na sua composição actual.

DERROTA DE WASHINGTON NA OEA

A 22 de Junho realizou-se em Washington, a pedido do Governo norte-americano, a 17.^a Reunião de Consulta a nível de Ministros de Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos, com um único ponto na agenda; a crise na Nicarágua.

A vitoriosa ofensiva sandinista pôs em xeque a diplomacia norte-americana. O secretário de Estado Cyrus Vance foi o primeiro orador na sessão inaugural. Nos termos mais ambíguos que encontrou no seu vocabulário, Vance — que teve papel activo na invasão à República Dominicana em 1965, — propôs a formação de uma força interamericana de paz para intervir militarmente na Nicarágua, e expressou ao mesmo tempo a convicção do governo de Carter de que não era possível solucionar a crise enquanto Somoza estivesse no poder.

A "Força de Paz" teria como objectivo separar os

dois contedores — como se fossem a mesma coisa o exército do ditador e a insurreição popular, — e supervisionar a criação de um “Governo de Reconciliação”.

Vários países latino-americanos encabeçados pelo México opuseram-se categoricamente à intervenção. A diplomacia brasileira deu uma resposta exemplar: ante as pressões norte-americanos, o representante do Itamarati disse que tinha “recordações muito más de São Domingos”, onde em 1965 os brasileiros e outros países latino-americanos secundaram com as suas tropas a invasão dos marines.

O discurso do ministro mexicano Jorge Castañeda, com um claro e enérgico conteúdo anti-imperialista, impediu, segundo observadores diplomáticos, uma intervenção unilateral dos Estados Unidos na Nicarágua, possibilidade que era impulsionada pelos sectores mais reaccionários do Departamento de Estado e que naquele momento era tido como iminente.

Vance ficou totalmente isolado. Um facto sem dúvida insólito num organismo que muitos latino-americanos conhecem como o “Ministério das Colónias dos Estados Unidos”. E revelador de que uma nova correlação de forças se está a criar no hemisfério.

Após breves negociações, o México e os países do Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) redigiram uma moção comum de rejeição à intervenção, apontando para a formação de um governo representativo da oposição (que deixava aberta a possibilidade de reconhecer como tal a Jun-



Os somozistas Júlio Quintana, Ministro, e Sevilla-Sacasa, embaixador nos EUA; total isolamento na OEA

ta de Reconstrução) afirmando, ainda, no documento que “a solução do grave problema da Nicarágua corresponde exclusivamente ao povo nicaraguense” e deve ter entre as suas bases a “substituição imediata e definitiva do regime de Somoza”.

Pela primeira vez uma resolução da OEA exigia sem deixar margem a dúvidas a substituição de um governo membro. E não só de um governante, mas também do seu “regime”, dado que se pronuncia claramente contra a continuidade de um “somozismo sem Somoza”.

Na hora de votar, surgiram surpresas. O delegado norte-americano, sub-secretário de Estado Warren

Christopher (depois da sua desastrosa intervenção, Cyrus Vance não apareceu mais na sede da OEA), aderiu no último momento à resolução maioritária, que obteve assim 17 votos a favor, cinco abstenções (as do Uruguai, Chile e países vizinhos da Nicarágua, Honduras, El Salvador e Chatemala) e dois contra: Nicarágua e Paraguai.

Com esse “salto mortal”, a diplomacia de Washington tratou de evitar o seu definitivo isolamento na busca de uma solução “moderada” para o problema. Posteriormente a imprensa norte-americana esforçar-se-ia — com descaradas tergiversações da realidade, — por apresentar a resolução da reunião ministerial co-

mo um triunfo da posição da Administração Carter.

O sacerdote Miguel D'Escoto, embaixador do Governo de Reconstrução, expôs diante da OEA uma posição clara. Com assento na representação panamiana que assim permitiu que os revolucionários estivessem presentes e se manifestassem, declarou: "Na Nicarágua a insurreição popular só terminará quando Somoza se for e não fique nenhum vestígio do seu regime".

Em relação à eventual intervenção norte-americana, o padre D'Escoto reafirmou a oposição do seu governo a qualquer manobra deste tipo e a resolução do povo nicaraguense de lutar até o último homem contra qualquer invasor.

TENTATIVA DE RECUPERAR POSIÇÕES

Após esta derrota na OEA, Cyrus Vance, o sub-secretário para os assuntos latino-americanos Byron Vacky e o encarregado da América Latina no Conselho de Segurança Nacional, Robert Pastor, decidiram implementar com urgência uma solução para a sua crise diplomática, na tentativa de recuperar o terreno perdido.

Uma vez mais o vertiginoso desenvolvimento das operações militares na Nicarágua e o carácter massivo da insurreição popular parecem ter tomado de surpresa os analistas do Departamento de Estado, que poucas vezes deixaram transparecer publicamente um desconcerto tão grande.

O embaixador Lawrence Pezzullo deixou o seu car-

go em Montevidéu para assumi-lo em Manágua. Deveria apresentar as suas cartas credenciais apenas em Agosto, mas adiantou a sua viagem para entrevistar-se com Somoza. Mas não apresentou as cartas e declarou à Imprensa que a sua missão era implementar a resolução da OEA... dando a entender que voltaria com a cabeça de Somoza.

Esta insólita atitude, tão afastada das normas diplomáticas, foi justificada pelo porta-voz do Departamento de Estado como resultado da "situação anormal" na Nicarágua.

Se o embaixador Pezzullo pediu ou não a renúncia de Somoza, provavelmente só se saberá quando algum deles publicar as suas memórias. É mais plausível, contudo, pensar-se que nessa reunião foi negociada a saída de Somoza numa forma tal que permitisse salvar ago do aparelho burocrático-militar da ditadura. Este foi o primeiro passo do Departamento de Estado, procurando manter a sua capacidade de manobra com o general Somoza, sem ter de romper com uma oposição que se fortalecia dia a dia.

Enquanto Pezzullo se reunia com Somoza, William Bowdler, chefe de "inteligência" do Departamento de Estado, reunia-se em São José da Costa Rica com o Governo de Reconstrução. O delegado norte-americano pressionou — em negociações secretas, — para que a Junta fosse alargada a elementos "moderados", representantes do partido do governo e da própria Guarda Nacional.

A Junta respondeu energeticamente que o Governo de Unidade e Reconstrução

Nacional conta com o apoio de todos os nicaraguenses, e que no dia anterior tinha tornado pública a criação de um organismo de trinta membros para cumprir funções consultivas e legislativas, com a participação de todos os partidos que se opuseram ao regime.

PEQUENA MARGEM DE MANOBRAS

Embora os embaixadores norte-americanos dedicados à questão insistissem em que estavam em condições de fazer renunciar Somoza a qualquer momento, os analistas opinavam que a sua margem de manobra era muito reduzida, como se comprovou mais tarde. Os Estados Unidos tinham perdido capacidade para moderar uma saída progressista e radical.

Somoza era, com efeito, uma figura insustentável para Washington. Mas os esforços norte-americanos apontavam para a manutenção de parte do aparato institucional somozista (Guarda Nacional e Partido Liberal). Por outras palavras, levar a que os derrotados assumissem o poder através de intermediários menos "queimados".

Mas as opções eram poucas. Os Estados Unidos têm na Nicarágua interesses económicos muito menores do que os que tinham por exemplo, no Irão. Os estrategas do Pentágono temem, porém que a revolução nicaraguense sirva como detonador na explosiva área centro-americana, muito próxima das suas fronteiras e no istmo em que projectam construir um canal que possa substituir o do Panamá no ano 2000.

Enquanto Somoza bombardeava com napalm e fósforo branco as cidades, na tentativa desesperada de ganhar tempo, os Estados Unidos faziam nos círculos diplomáticos o mesmo que o tirano genocida no campo de batalha. Ante a firme rejeição da Junta de Reconstrução no que diz respeito às propostas "moderadoras", Washington pressionava os governos da Costa Rica, Panamá, Venezuela e República Dominicana para que adoptassem o esquema "conciliador" norte-americano. Ameaçavam com a intervenção militar unilateral se este novo governo — nas palavras de um alto oficial do exército estadunidense, — "não for capaz de manter a ordem e a paz social" na etapa pós-somozista.

A 8 de Julho aterravam no aeroporto de Lanos Grandes de Libéria, Costa Rica, dois helicópteros e um avião Hércules norte-americanos, provenientes da Zona do Canal do Panamá. Entretanto, outros transportes aguardavam na base Howard da Zona e barcaças dos Estados Unidos pairavam no litoral caribenho da Costa Rica.

Esta mobilização não podia ser destinada, como se disse, ao eventual transporte de civis norte-americanos, já que estes tinham sido evacuados semanas antes. Os aviões continham equipamentos de comunicações que poderiam servir para coordenar um desembarque em grande escala na Nicarágua. É igualmente possível deduzir-se, o que os acontecimentos posteriores parecem confirmar, que aqueles meios se destinavam também, a evacuar

Somoza e os seus próximos.

As manobras norte-americanas levaram à ridícula e efêmera tentativa de colocar Francisco Urcuyo, presidente do Parlamento e primo do ditador, na chefia do somozismo, na sequência da renúncia de Anastasio Somoza Debayle. A manobra esboroou-se em três dias, terminando com a fuga de Urcuyo para a Guatemala, juntamente com os oficiais da Guarda Nacional que haviam substituído a centena dos mais comprometidos que se tinham retirado com Somoza.

A inquestionável vitória política dos sandinistas conduziu ao desmoronamento de todo o aparelho militar do somozismo e à completa derrota das manobras diplomáticas norte-americanas.

GARANTIA: O POVO EM ARMAS

Como será o futuro da Nicarágua? Os germens da nova estrutura administrativa e política pós-somozista já se vinham criando nas áreas libertadas.

O Governo de Reconstrução Nacional, já instalado em Manágua e reconhecido por quase todos os países do Mundo, pode negociar sobre outras bases com os enviados de Washington. O povo nicaraguense não dependerá exclusivamente dos dólares norte-americanos para a reconstrução do seu país.

Os primeiros passos do novo governo serão determinados pela trágica realidade de um país com dezenas de milhares de mortos, gaves carências alimenta-



Vance: uma intervenção desastrosa

rs e meio milhão de pessoas (uma em cada quatro) com as suas habitações destruídas pelos bombardeamentos.

Dois dos princípios básicos do novo Governo foram reiterados desde o começo da insurreição: a nacionalização de todos os bens de Somoza e sua família — aproximadamente 40 por cento da economia nacional total, — e a formação de um novo exército, integrado pelos combatentes sandinistas e pelos militares honestos da Guarda Nacional.

Esses objectivos, cumpridos cabalmente, marcarão a revolução nicaraguense com um sinal progressista e anticapitalista. Há uma única garantia para que esse processo não seja desvirtuado: o povo em armas, tendo a Frente Sandinista como vanguarda, que não deixará que o seu sacrifício seja roubado na hora da vitória pelas estruturas internacionais que alimentaram a ditadura genocida.

à sombra do general Sandino



México, 1929: Pavletic (indicado pela seta) ao lado de Sandino (ao centro).

Episódios da luta sandinista narrados pelo último sobrevivente do Estado-Maior Revolucionário Americano.

Esteban Pavletic

* Nestas páginas que hoje se publicam pela primeira vez, o militante peruano Esteban Pavletic, já idoso, narra episódios da gesta sandinista nos quais participou directamente. Por isso mesmo, este testemunho detém-se na viagem de Sandino ao México, em 1929.

Como se sabe, Sandino retornou do México à Nicarágua e reempreendeu a luta guerrilheira contra os invasores norte-americanos e a Guarda Nacional. Sandino só depôs as armas em 1933, quando acreditou que a sua missão estava cumprida, ao terem os Estados Unidos retirado até o último dos seus homens. Sandino não compreendeu que a Guarda Nacional, criada, instruída e treinada pelos marines, continuaria a ocupação sob formas disfarçadas. Esse erro custou-lhe a vida: foi assassinado à traição no dia 21 de Fevereiro de 1934, por ordem de Anastasio Somoza Garcia, comandante da Guarda Nacional que pouco depois assumiria o Poder, mantido até há poucos dias pela sua dinastia.

A primeira intervenção armada dos Estados Unidos na Nicarágua estendeu-se por doze anos. Teve início em 1912, a pedido do então presidente Adolfo Díaz, antigo empregado da empresa *La Luz y Los Angeles Mining Co.*, de propriedade da firma *Fletcher*, cujo representante e advogado em Wall Street era Philander Chase Knox, secretário de Estado norte-americano. Antes de os invasores abandonarem o país, realizaram-se eleições "limpas e livres" sob a vigilância das forças ianques.

Nelas foi eleito Carlos Solórzano, cunhado de Adolfo Díaz, para presidente, e Juan Bautista Sacasa, a "nulidade sorridente", como o qualificou Rubén Darío, para a vice-presidência. Mas um ano depois, Emiliano Chamorro impôs-se como General do Exército, expurgou o Congresso e tomou o poder.

A reacção que se gerou no país contra esse regime determinou que os Estados Unidos impusessem, após a farsa de um governo interino de Sebastián Uriza, a reinstalação na presidência do conservador Adolfo Díaz. É nesse momento que, com o apoio da pequena burguesia mexicana, se constitui um governo liberal em Puerto Cabezas, encabeçado por Sacasa com o apoio das forças comandadas por José Maria Moncada.

Mas no calor da guerra civil, em vez de acompanhar os esforços de Sandino para criar uma força revolucionária nas Segovias, Moncada tenta por todos os meios anulá-la, integrando-o ao grosso do seu exército. Tempos mais tarde, este dirigente liberal, confessaria que desconfiou de Sandino desde o instante em que o escuto exprimiu-se sobre a "necessidade que havia de que os trabalhadores lutassem contra os ricos, e outras coisas que constituem os princípios do comunismo".

A TRAIÇÃO DE MONCADA

Mas Sandino conseguiu armar a sua pequena força, que foi crescendo no decorrer da luta. Quando Moncada, derrotado e cercado na Ronda de los Chontales, procurou desesperadamente o seu apoio, Sandino marcha com oitocentos homens e consegue salvá-lo do cerco.

Sandino dispôs-se então a atacar Managua. Mas já se multiplicavam as "zonas neutras", proclamadas pela infantaria da marinha norte-americana sob as ordens

do general Julian Latimer. Os seus barcos de guerra ocupavam ambas as costas e patrulhas aéreas dos *marines* mantinham sob constante vigilância as forças liberais. O diplomata norte-americano Henry Stimson convida Moncada a conferenciar, com prévia aceitação de uma trégua. As condições para a traição estavam criadas.

E mais ainda: Moncada, que não perdoava a lição de estratégia militar que lhe dera Sandino, tenta por duas vezes montar-lhe uma cilada, ordenando-lhe que se dirija com as suas forças a Boaco, praça que, segundo ele, tinha sido evacuada pelos conservadores. Mas não só este tinha sido transformada num ponto forte da resistência conservadora, como, para lá chegar, Sandino devia atravessar um caminho guardado por forças liberais às ordens do general José Campos, o qual não tinha sido avisado do transito das forças aliadas, havendo portanto o risco de que os seus homens fossem exterminados num encontro.

GENERAL DE HOMENS LIVRES

É então que Sandino recusa o pacto de Moncada com os norte-americanos. (Naquele momento aparece, então, em cena Anastasio Somoza, a quem Moncada encomenda a missão de contacto com Stimson. O pacto impõe a "supervisão, por parte das forças norte-americanas, das eleições de 1928", e, naturalmente, a permanência das forças de ocupação, bem como a desactivação das forças liberais e conservadoras. Enquanto isso, continuaria no poder Adolfo Díaz, o documento estipulava, ainda a divisão dos altos cargos públicos entre liberais e conservadores.

Sandino vale-se, então de um estratagema para aparentar interesse na entrega das suas armas: solicita entregá-las em Jinoteca, onde está o grosso das tropas que o seguem. Tão pouco assina a rendição, embora diga a Moncada, para salvar a vida, que está disposto a aceitá-la. Em Jinoteca, Sandino anuncia a sua decisão de não entregar as armas e de continuar a luta contra os invasores até à morte.

O desconhecido artesão Augusto Sandino, subitamente convertido no General do Exército Constitucionalista da Nicarágua, por decisão dos seus companheiros de luta — camponeses, mineiros, monta-

nheses, gente simples do povo, — alcançará num breve espaço de tempo uma ressonância universal, a lutar quase solitário contra a mais poderosa potência militar do mundo.

SOLIDARIEDADE MUNDIAL

As posições nessa época não estavam definidas e a atmosfera encontrava-se impregnada de um lírico sentido populista. A grande imprensa do continente e os sectores intelectuais progressistas iniciaram uma campanha, de transcendência mundial, de solidariedade com as lutas de Sandino pela libertação da Nicarágua. Barbusse e Romain Rolland exprimem-lhe o seu apoio Europa. Gabriela Mistral exalta a figura do ousado guerrilheiro. O sexto Congresso da Terceira Internacional, reunido em Moscovo, envia "saudações fraternais aos operários e camponeses da Nicarágua e ao heróico exército de emancipação nacional do General Sandino". Em Havana, ao reunir-se a VI Conferência Panamericana, Coolidge e o seu séquito são recebidos aos gritos de "Viva Sandino". A Liga Anti-Imperialista das Américas, com sede no México, voltou toda a sua atenção solidária para o apoio à causa nicaraguense. Um dos animadores deste movimento foi José Carlos Mariátegui, no Peru. Na longínqua China, uma divisão do exército do Kuomintang, antes da traição de Chian Kai Shek, tomou o nome do lutador nicaraguense.

A transcendência da campanha de Sandino era de tal ordem, que até Cecil B. de Mille fez pressões sobre o Departamento de Estado para ser autorizado a registá-la em filme, o que obviamente lhe foi negado.

O poeta e escritor hondurenho Froilán Turcios transforma-se em representante do movimento libertador no continente difundido na sua revista "Ariel", não apenas noticiar sobre a campanha, manifestos e apelos, mas também toda a documentação enviada por Sandino, desde Las Segóvias.

Até à sua desistência, quando foi nomeado cônsul do seu país em Paris, Froilán Turcios foi o agente para contactos de Sandino, e graças a ele, pôde incorporar-me àquela luta. A renúncia de Turcios decreta o isolamento de Sandino e este, ante a impossibilidade de encontrar res-



Somoza

sonância para a sua luta, resolve, envolvido nas intrigas de Zepeda, sair da Nicarágua e procurar aliados e colaboradores no México, onde adere à maçonaria, em Yucatán, em 1929.

JUNTO DOS TRABALHADORES

A partir de Maio de 1927, Sandino, sempre a burlar a tenaz perseguição dos marines, da Guarda Nacional e da aviação, estabelece o seu acampamento em Nova Segóvia, mantendo sob controlo uma vasta zona englobando San Fernando, Cidade Antiga, Telpaneca, Quilali, El Jicaro, Murra e outras povoações. Dispersa as suas forças por várias colunas, comandadas por Pedrón Altamirano que operava ao norte de el Jicaro, e Carlos Salgado, um general indígena, que o fazia em Somoto. Sandino ocupou momentaneamente, pela segunda vez, San Rafael del Norte. Ali completou os seus 32 anos e casou-se com Blanca Arauz, telegrafista do povoado.

O plano de Sandino consistia em desorientar os seus perseguidores, enquanto instrua e fortalecia os seus homens. É assim que a 29 de Junho, onze dias de-

pois do correspondente da UPI ter assegurado desde Manágua que “nada se sabia do caudilho liberal Sandino”, ele ocupa com a sua coluna a mina de ouro de San Albino, de propriedade norte-americana, apodera-se de apreciável quantidade de dinamite e de algum ouro com o qual se dá ao luxo de cunhar moedas que recebem o nome de “El Indio”.

Foi aliás em San Albino, que Sandino começava a sua acção revolucionária, já que ao trabalhar na mina, tinha tomado conhecimento dos problemas do seu povo e a exploração que este sofria.

REDENÇÃO PARA OS OPRIMIDOS

Sandino assinava os seus manifestos em diferentes lugares. O primeiro, em San Albino, a 1 de Julho: “O homem que não exige da sua Pátria nem um palmo de terra para a sua sepultura, merece ser ouvido e não só ser ouvido, mas também acreditado... sou nicaraguense e sinto-me orgulhoso de que nas minhas veias circule o sangue índio americano mais do que qualquer outro. O vínculo de nacionalidade dá-me o direito de assumir a responsabilidade dos meus actos nas questões da Nicarágua e ainda da América Central e de todo o continente de nossa fala, sem me importar com o facto dos pessimistas e os covardes me darem o título que melhor tranquilize aos eunucos.”

“Os grandes dirão que sou pequeno para a obra que empreendi, mas a minha insignificância é sobrepujada pela altivez do meu coração de patriota, e, assim, juro ante a Pátria e ante a História, que a minha espada defenderá o decoro nacional e será a redenção para os oprimidos”.

“Aceito o convite para a luta e eu mesmo a provooco. E ao desafio do invasor covarde e dos traidores da minha Pátria, respondo com o meu grito de combate, e o meu peito e o dos meus soldados, que são soldados da liberdade da Nicarágua, formarão muralhas onde se espatifarão as legiões inimigas. Poderá morrer o último dos meus soldados, mas antes, mais de um batalhão dos vossos, invasor loiro, terá mordido o pó das minhas agrestes montanhas...”

Quinze dias mais tarde, a 16 de Julho, efectuar-se-ia o temerário ataque a El Ocotal, uma das cidades mais belas da Nicarágua. Esta acção foi iniciada com ape-



General de Homens Livres.

nas 60 soldados armados com velhos fuzis, atacando uma praça defendida pela elite da infantaria da marinha. Acompanhavam os atacantes 800 camponeses liberais, aos quais se distribuíram bombas improvisadas, de dinamite, e uma grande quantidade de “cutachas”, a terrível ar-

ma branca que atemorizava os soldados ianques.

Sandino chegou a ocupar quase toda a cidade, aproveitando a surpresa e o escuro da noite, mas o grosso das tropas e a Guarda Nacional entrincheiraram-se num lugar a que Sandino, por compaixão para com os habitantes, não quis pôr fogo.

Até que às duas horas e meia da tarde, aviões **De Havilland 5** iniciaram o ataque contra as forças de Sandino e metralharam sem piedade os camponeses. A carnificina foi atroz e Sandino perde mais de 400 homens. Foi a primeira vez que os camponeses viram aviões "que vomitavam fogo". O próprio Sandino manifestava-se assombrado por ter saído com vida do bombardeamento.

Sandino instala o seu acampamento em El Chipote e desde então, qualquer que seja o sítio em que se encontre, assinará os manifestos em El Chipote ou El Chipotón, que era um nome inventado por ele.

GUERRA DE GUERRILHAS

Sandino compreende que correlação de forças não lhe permite o combate frontal com o inimigo e começa a desenvolver a sua tática de guerra de guerrilhas. Desde então, os americanos operam fundamentalmente com a força aérea, introduzem na luta o **Vougts Corsairs** e o **Curtiss Falcon**, que tinham mais capacidade para bombas, 7 anfíbios **Loening** e 5 trimotores **Fokker**. Este poder aéreo era avassalador, se se considerar a época e a área reduzida das operações. As forças de Sandino protegem-se ocultando-se nas montanhas, tomam o cuidado de não acender lume nem de mostrar peças de roupas estendidas para secar, montam metralhadoras nos montes e, quando os aviões descem para atirar sobre alvos fictícios, abrem fogo. Assim foram derrubados muitos aviões americanos.

Era um exército irregular. Os camponeses entregavam-se à guerra nos intervalos entre a sementeira e as colheitas. As forças que participavam nas acções eram voluntárias, intervindo geralmente os camponeses mais pobres, porque a luta lhes dava a oportunidade de se vestirem e, até, de obter coisas que os soldados ianques levavam consigo. O povo apoiava Sandino e apresentava-se espontaneamen-

te quando tinham notícia de que se preparava uma acção militar importante.

Os índios "mosquitos" da costa atlântica foram fiéis colaboradores de Sandino. Com os seus barcos, frágeis mas ágeis, chamados "pipantes", transitavam à vontade pelos rios Cocco e Bocay, levando e trazendo notícias.

As mulheres acompanhavam os homens nas batalhas e inclusive participavam delas. Eram as famosas "soldaderas" que apareceram também na revolução mexicana. A disciplina na tropa era estrita e os soldados que cometiam tropelias, como a violação de mulheres, eram passados pelas armas.

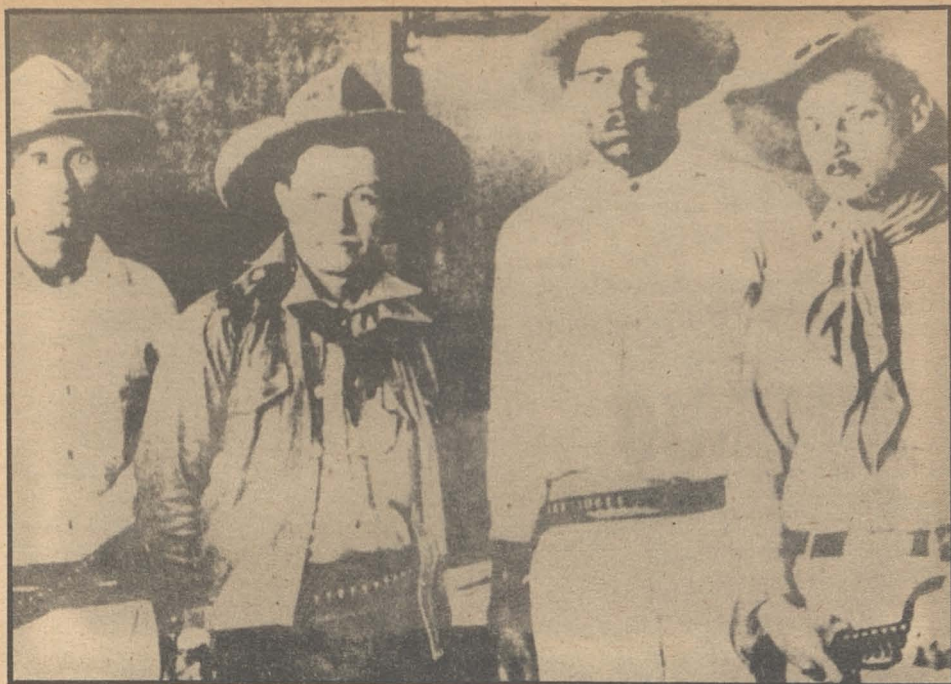
Após a ocupação e destruição da mina **La Luz**, Sandino passou uma nota ao gerente em que dizia: "As perdas que teve na sua mina, pode cobrá-las ao governo dos Estados Unidos".

E acrescentava: "O pretexto que Coolidge dá para a sua intervenção — proteger a vida e os interesses dos norte-americanos e de outros residentes estrangeiros —, é uma tremenda hipocrisia. Nós, nicaraguenses, somos homens respeitosos e jamais na nossa história ocorreram coisas como as que agora têm lugar, frutos colhidos pela estúpida política do seu governo. Vocês, os capitalistas, serão apreciados e respeitados por nós, enquanto nos tratarem como a iguais e não se convencerem de que são amos e senhores da nossa vida e propriedade".

Finalmente, em 1928, Moncada tornou-se Presidente, por designação dos Estados Unidos. Hoover reuniu numa festa no barco "**Maryland**" o presidente eleito e o presidente em exercício. Anastasio Somoza também estava na festa. A presença dele representava, segundo Hoover, "a consolidação das forças e da paz interna. Demonstra que a grave crise nacional, e na qual o meu próprio país esteve interessado, chegou agora a uma base de solução que merece a mais profunda gratidão de todos os nossos povos e pela qual desejo felicitar a nação nicaraguense".

A SOBERANIA NÃO SE DISCUTE

Desejosos de obter um acordo com Sandino, que também esteve presente na recepção do "**Maryland**", o almirante D. F. Sellar, Comandante Especial da Armada nas águas da América Central, e o brigadeiro-general da Infantaria de Marinha



Sandino, numa foto histórica, ao lado de combatentes que ajudaram a expulsar os *Marines*.

estacionada na Nicarágua, dirigem-lhe longas cartas, a 4 de Dezembro de 1928, convidando-o para uma conferência em sítio e data que ele indicasse.

Sandino respondeu a 1 de Janeiro ao almirante Sellers: "O patriotismo para que V. apela é o que me tem mantido decidido a repelir a força com a força, a desconhecer em absoluto toda a intromissão do seu governo nos assuntos internos da nossa nação e a demonstrar que a soberania de um povo não se discute, mas se defende com as armas na mão, e é esse mesmo sentimento o que me leva a manifestar a V. que eu somente poderia entrar num acordo para uma paz efectiva no nosso país, com o general José Maria Moncada, já que, sendo membro do Partido Liberal, ao qual traiu, ele pode rectificar os seus erros mediante o compromisso que assumir perante nós, para com o povo nicaraguense e para com o mesmo Partido Liberal, de respeitar as bases que lhe serão propostas quando for oportuno pelo nosso Exército Libertador. Com esse fundamento é que exponho a V. que, para chegar a esse acordo efectivo de paz, pomos como condição absolutamente indispensável a retirada das forças norte-americanas sob o seu comando no nosso

território".

Cópias das notas americanas e da sua resposta, foram enviadas por Sandino a Moncada no mesmo dia em que este tomou posse, com a advertência de que, com relação à proposta de uma conferência, "não se equivoque, tomando-a por debilidade nossa, porque neste caso, o que nos anima é o desejo de que os ianques não encontrem pretexto para continuar a pisar o nosso solo pátrio e, ao mesmo tempo, provar ao mundo civilizado que nós os nicaraguenses, somos capazes de cuidar dos nossos assuntos de Nação Livre e Soberania".

Moncada não só não respondeu a Sandino como organizou um "Exército Voluntário" convencido de que a infantaria de marinha norte-americana era incapaz de controlar as forças de Sandino. Este continuava a assestar golpes nos *marines*.

FALA GABRIELA MISTRAL

Nessa altura, produziu-se a detenção do general guatemalteco companheiro de Sandino, Manuel Girón Ruano, que se negou a traír Sandino para salvar a vida, e foi fuzilado. Ruano era um militar de

grande preparação intelectual, vinte anos mais velho que Sandino.

As forças repressivas anti-Sandino, sob o comando do general Juan Escamilla, qualificado pela imprensa como "assassino, ladrão e degolador", realizaram toda a espécie de violências e assassinatos contra a população da zona sandinista, sem conseguir nunca encontrar-se com a guerrilha.

A situação de Sandino em fins de 1928 e princípio de 1929 tinha-se agravado consideravelmente. Fazia frente aos norte-americanos (infantaria, marinha e aviação), à Guarda Nacional e ao Exército Voluntário. Do exterior só chegavam declarações que fizeram Gabriela Mistral comentar: "Os políticos hispanizantes que ajudam a Nicarágua do seu escritório ou dum clube de estudantes, fariam coisa mais honesta se fossem ajudar o homem heróico, herói legítimo como talvez não lhes toque ver outro, tornando-se seus soldados rasos. Pelo menos, se, apesar dos seus arroubos verbais, não querem oferecer-se a si mesmos, deveriam fazer uma colecta continental para dar testemunho visível de que os preocupa a sorte desse pequeno exército louco, de vontades de sacrifício. Nunca os dólares, os sures e os bolívares sul-americanos estariam melhor doados".

Mas Sandino, mais que homens, precisava de médicos e medicamentos. Os feridos morriam por falta de atenção.

ESTIRPE DE AVENTUREIROS

Antes dos Estados Unidos se converterem numa potência imperialista, já a Nicarágua tinha sido o cenário da actividade de empresas ianques, seduzidas pelas condições naturais do país. Ao descobrir-se o império do ouro no Vale de Sacramento, as multidões que queriam trasladar-se de uma costa a outra nos Estados Unidos, na busca da rota mais curta, utilizam a via do Rio San Juan e do Lago da Nicarágua para realizar essa travessia. Os barcos da *Accessory Transit Company*, cheios de aventureiros, navegavam pelo Caribe até a desembocadura do Rio San Juan, atravessavam a Nicarágua pelo rio até a costa do Pacífico e prosseguiam dali para o norte estadunidense em outras embarcações.

Paralelamente, desenvolvia-se a luta entre os Estados Unidos e a Inglaterra pela

posse dos três canais centro-americanos: Panamá, Nicarágua e Tehuantepec. Mas o objectivo essencial nessa ocasião era a rota do Rio San Juan e Lago de Nicarágua, devido às suas condições excepcionais. Homens de empresas, sob a protecção dos governos, encarregavam-se de financiar as revoluções "que lhes assegurasse o controlo desta via". O escândalo chegou tão longe que, em 1855, o pirata norte-americano William Walker torna a Nicarágua o seu centro de operações e faz-se nomear presidente até 1860. O governo de Walker foi reconhecido oficialmente pelos Estados Unidos. As personagens políticas da Nicarágua eram de formação bem confusa. Por exemplo, Adolfo Díaz iniciou-se como guia turístico, passou a empregado de *La Luz & Los Angeles Company*, e daí foi retirado pelo Departamento de Estado e transformado em presidente.

Anastasio Somoza era um ex-presidiário na Filadélfia, encarcerado por falsificação. Graças aos seus vínculos familiares, a *Rockefeller Foundation* nomeia-o inspector das latrinas. Devido à lanterna de regulares dimensões que empregava na tarefa, alcunharam-no "inarchal das latrinas". O golpe de sorte que o levaria à presidência, foram as suas relações com a jovem esposa do velho ministro ianque na nicarágua, Matthew Hanna.

A esta estirpe de grandes aventureiros sem escrúpulos pertencia Pedro José Zepeda. Viajou desde muito jovem, esteve na Inglaterra e daí viajou para o México num barco de carga. Ali casou-se com uma sobrinha de Dom Venustiano Carranza, então presidente da República. Sacasa, quando dirigiu a luta constitucionalista desde Porto Cabezas, designa-o o seu representante no México, e é através dele que se obtém o apoio militar deste país para a campanha contra Díaz. Logo após a capitulação de Moncada e ao começar a resistência armada de Sandino, este nomeia Zepeda como seu representante no México.

Foi desta forma que os contactos com o exterior foram estabelecidos por Zepeda e Froylán Turcios. Quando Turcios troca a sua participação na luta de Sandino por um consulado em Paris, fica Zepeda como o único responsável pelos contactos. Foi ele quem incitou Sandino a ir para o México com o seu Estado-Maior.

Após longas manobras de Zepeda, con-



O heróico e «pequeno exército louco» em acção contra os invasores ianques.

cretiza-se, por meio de uma entrevista com o presidente Emilio Portes Gil, a resposta deste à carta na qual Sandino explica a sua situação e pede asilo e ajuda para a sua luta. Isto ocorre a 6 de Janeiro de 1929. O portador da carta é o capitão José de Paredes. Portes Gil oferece-lhe asilo, mas recusa o seu apoio material e em armas, em razão das suas boas relações com os Estados Unidos.

EA. BUSCA DE UM PONTO DE APOIO

Antes de partir para o México a 12 de Março, Sandino dirige-se aos governos de El Salvador, Guatemala, Honduras e Costa Rica.

“No afã de libertar a minha Pátria, quis fazer-me representar ante os quatro governos que ainda restam na América Central (exclua a Nicarágua por razões óbvias). Não podendo chegar em pessoa,

faço-o por meio de um símbolo. Anexa encontra-se uma folha da selva segoviana, onde se encontra resistindo, a honra da Nicarágua. O nome desta folha é *alavanca*. Nestes momentos a Nicarágua tem uma *alavanca*, como a que tinha Arquimedes, e necessita de um ponto de apoio, como a que ele pedia. Rogo-lhe para perguntar ao seu povo se aí se encontra o ponto de apoio que esta parcela da Pátria Grande procura por meu intermédio. Se a Nicarágua não encontrar nesse povo irmão o ponto de apoio que procura, talvez esta nota encontre um lugar na sua História. Com os meus melhores desejos de progresso colectivo para a América Central, no período que V. dirige, atentamente o seu fiel servidor, Pátria e Liberdade, A.C.Sandino”.

os seguidores de sandino



Há vinte anos, os companheiros de armas de Sandino voltaram às montanhas para continuar a sua luta, a mesma de que hoje participa todo o povo da Nicarágua.

Myrna Torres Rivas

MARCHAREMOS rumo ao sol da liberdade — escreveu certa vez o general Augusto César Sandino, nas montanhas nicaraguenses, — ou para a morte. Se morreremos a nossa causa continuará viva, outros nos seguirão”.

O fundador do Exército Defensor da Soberania Nacional foi assassinado por Somoza — à traição, — a 21 de Fevereiro de 1934, após ter cumprido o seu objectivo de expulsar do país o invasor norte-americano. Mas a ocupação estendeu-se por meio da Guarda Nacional que os próprios marines criaram. É com ela, continuou a luta dos nicaraguenses por todos os meios ao seu alcance, inclusive a intrepidez suicida de Rigoberto López Pérez, que executou o tirano Somoza-pai em 1956.



Luciano Vilches e seu filho Lucianito, duas gerações de sandinistas. Luciano morreu em combate anos depois, nas fileiras da FSLN.



Combatentes da Frente Revolucionária Sandino. O terceiro, de pé a partir da esquerda, é o actual «Comandante Zero» da FSLN. A sua esquerda, Luciano Vilches.

Mas Anastasio Somoza Garcia teve como sucessor Luis Somoza Debayle seguido de Anastasio Somoza Debayle, que aspirava deixar algum dia o poder ao seu filho, Anastasio Somoza Portocarrero.

Não bastava eliminar o ditador e a sua linhagem. Havia que derrotar o sistema nas suas raízes e isso foi compreendido pelo general Ramon Raudales, companheiro de luta de Sandino, que, em 1958, voltou a fazer vibrar as montanhas das Segovias, com o grito "Pátria e Liberdade".

A RETOMADA

Danli, pequena aldeia hondurenha próxima da fronteira nicaraguense foi o lugar do encontro. Vinte e dois homens ali se reuniram sob o comando do general Raudales. Era preciso aproveitar a escuridão da noite para não serem detectados e cruzar a fronteira sem problemas.

Uma vereda aberta a gol-

pes de machete foi o caminho que utilizaram os velhos sandinistas, vinte e cinco anos depois de terem deposto as armas. Ali estavam o general Heriberto Reyes, que aos catorze anos tinha sido comandante das colunas punitivas de Sandino, encarregadas de executar invasores ianques e traidores na retaguarda do inimigo; Julio Alonso Lecler, ex-capitão da Guarda Nacional, que se passou para as filas sandinistas, enojado com os crimes que os Somoza cometiam; o coronel Lázaro Salinas, velho mas resistente, um dos chefes do Estado-Maior do Exército Defensor da Soberania Nacional; José Salinas, seu irmão, atirador de metralhadora do exército de Sandino; Alberto Rugama, outro antigo combatente sandinista.

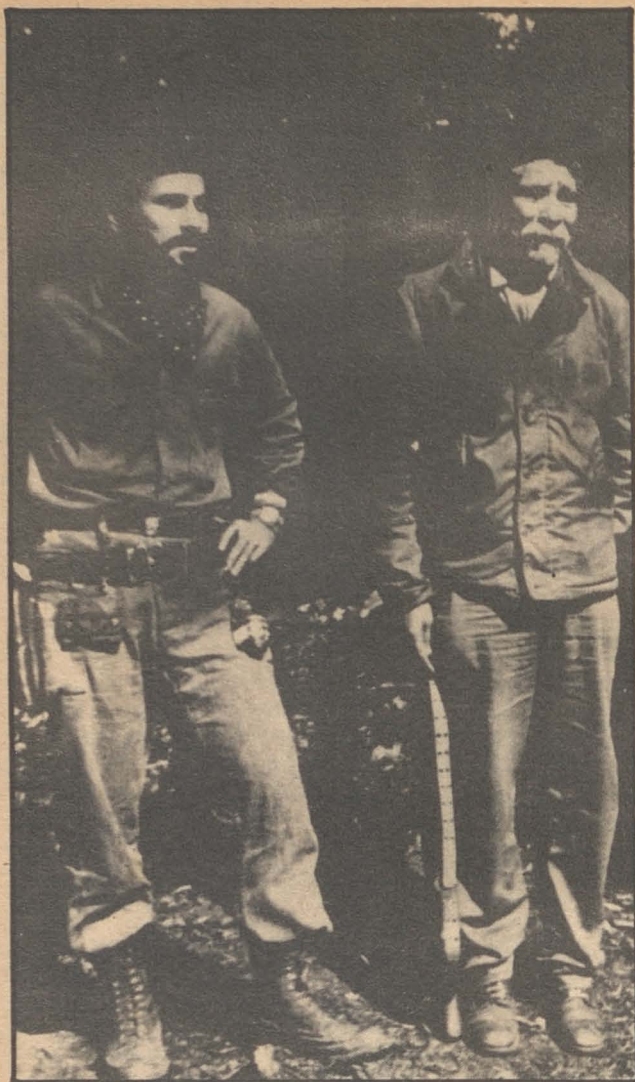
Seguiam-se os jovens que deixavam as salas universitárias e a comodidade do México para recomeçar a luta: K.K.; A.D.; Manuel Baldizón Richardson (al-

cunhado **el Chele**); Jesus Ocón, (de Chihuahua, México); o filho do escritor Ramón Romero, autor do livro "Somoza, assassino de Sandino"; o valente segoviano Moncada, que deixou a família e as terras para se incorporar na nova gesta libertária; M.A. de apenas 14 anos; H.M.; dois filhos do general Raudales, alguns índios da região e o actual combatente da Frente Sandinista de Libertação Nacional, comandante Alejandro Martinez.

O PRIMEIRO COMBATE

Tinham como armamento algumas espingardas obsoletas que conservavam desde a luta contra os **marines**, dezoito metralhadoras com munições limitadas, machetes, facas e uma enorme dose de coragem.

O primeiro combate travou-se no povoado de Los Encinos, de dois mil habitantes, na sua maioria mineiros. O posto da Guarda Nacional foi tomado com



O coronel Lázaro Salinas, companheiro de Sandino, junto a Alejandro Martínez, hoje comandante da FSLN. A foto é de princípios de 1969, nas montanhas.

grande facilidade pela vanguarda, sob a chefia do comandante Alejandro Martínez. Os nove guardas fugiram aos primeiros disparos. A povoação ficou em mãos das forças sandinistas. O povo foi reunido e explicou-se-lhe os objectivos da luta. "Era emocionante — relatam os sandinistas, — como aqueles homens, mulheres e crianças compreendiam com facilidade o que se lhes explicava em

língua simples e corrente".

Foi-lhes dito que nada temessem, que não sofreriam nada e pediu-se-lhes colaboração.

A resposta foi entusiasta. Do meio da multidão sai um homem de cabelos brancos, a caminhar com dificuldade, que procura o general Raudales e lhe diz: "Hombre, eu te conheço, és Monchito Raudales! Não te lembras de mim?"

Raudales faz um esforço e responde com surpresa:

— Peralta!

— Sim, Ismael Peralta.

Um forte abraço foi a saudação entre os velhos combatentes. Ismael Peralta vivia ali, com outro nome, desde a dissolução do Exército de Sandino. A alegria foi transbordante e os vivos ao "general dos homens livres" repetiram-se.

NUNCA DEIXOU AS ARMAS

Na região de Chachaguón, nas Segóvias, actuava em menor escala outro velho sandinista, Zacarias López, que nunca depôs as armas. Já fazia um quarto de século que estava na guerrilha, a lutar ao lado de um pequeno grupo de homens e da sua família.

Zacarias López tinha sido o famoso chefe do chamado "Coro dos Anjos", esquadrão de adolescentes cuja missão era justicar ianques e delatores, após infiltrar-se na retaguarda inimiga.

O general Heriberto Reyes tinha sido seu companheiro. Apresentou-se ao general Raudales e este explicou-lhe os objectivos da luta e a sua concepção táctica. Não puderam chegar a um acordo. Zacarias tinha a ideia de permanecer na montanha e fundar territórios livres. Raudales entendia que era preciso ir ao encontro do inimigo e fusti-gá-lo.

A despedida foi de camaradas, com promessas de um novo encontro para breve.

O general Raudales ordenou tomar o rumo de Jícaro. Acamparam na região de Yauli, num sítio chamado Los Manguitos, onde o



Guerrilheiros sandinistas em 1959 com capacetes recuperados à Guarda Nacional.

general Reyes devia chegar com provisões. Avistaram uma companhia de cento e vinte guardas e Raudales ordenou à sua coluna ocultar-se e não disparar até que ele o fizesse.

A MORTE DE RAUDALES

O combate começou às dez da manhã e durou até depois das seis da tarde. O inimigo teve vinte e nova baixas e abandonou o campo de batalha, derrotado, aproveitando a obscuridade da noite. Os sandinistas tiveram sete feridos, mas sofreram também a morte do general Raudales.

O general costumava combater de pé, como nos tempos de Sandino, quando só se combatia de pé ou a cavalo. Foi sepultado sob a sombra de um velho carvalho, com honras militares. A salva de homenagem, repetida pelo eco das colí-

nas proclamou que ali ficavam os seus restos, mas que o seu exemplo de dignidade e valor continuaria a comandar a coluna.

NASCE A FRENTE REVOLUCIONÁRIA SANDINO

Sob a direcção dos comandantes Manuel Baldizén e Alejandro Martínez, as forças sandinistas marcharam até às planícies de Jalapa. Próximo ao povoado Las Delicias, tem lugar um novo recontro com a Guarda Nacional, que foge deixando quatro mortos no local.

Lencho, o filho mais velho do general Raudales guia os patriotas para a quinta de outro sandinista, Leonidas Rodríguez, que imediatamente une-se à luta.

Os revolucionários decidem que é necessário conseguir mais armas e deci-

dem que os velhos sandinistas permaneçam nas montanhas enquanto os jovens vão ao exterior.

Em 1959, nas margens do rio Pateca, em Capira, reorganiza-se o núcleo guerrilheiro. Os combatentes voltam a reunir-se. O grupo cresce com a incorporação de jovens universitários: Héctor Zelaya Alger, Carlos Medina, Palacios, Orlando Castillo, o argentino Ché Bazante, Édén Pastora (hoje conhecido como Comandante Zero) e outros.

Também se integraram muitos camponeses: José Martínez, Duarte, Edgar Bojorge, Pedro Pablo, Luciano Vilches e o seu filho Tayano, Manolito (capitão Segovia), Francisco González, Jimmy Rodríguez, Majin Zamora, Fabricio Paz, Fanón Rodríguez, Guandique e cerca de outros trinta.

Juntos, os novos e os "velhos", que lutaram com



Sandino, decidem adoptar o nome que propunham os jovens universitários chegados do México: a força insurgente se chamará **Frente Revolucionária Sandino**.

Começava outra etapa da luta. Novos combates: El Dorado, El Jícaro e outros.

Enquanto isso, no mesmo ano de 1959, surgia nas cidades a Juventude Patriótica, que começa a realizar ações armadas. Nela mili-

tavam, entre outros, Daniel Ortega Saavedra, José Evaristo Escobar Pérez, Felix Chifle, Edmundo Pérez. Carlos Fonseca Amador, por sua vez, organiza o grupo Nova Nicarágua, com exilados de diferentes países. Entre 1958 e 1960, ocorrem sessenta levantamentos armados. Da soma desses esforços surgirá, em 1961, a Frente Sandinista de Libertação Nacional

(embora esse nome, proposto por Carlos Fonseca Amador, só seja oficialmente adoptado em 1964). Santos López Gómez, sobrevivente da noite em que mataram Sandino, é o primeiro instrutor militar.

Assim, com profundas raízes na História da Nicarágua, os herdeiros da Sandino retomaram a sua luta. Negar a legitimidade da bandeira sandinista nas mãos do povo nicaraguense — como o fazem certos comentaristas com determinados nicaraguenses, — equivale a negar que a dinastia da Somoza é o legado da ocupação dos marines, contra a qual Sandino combateu.

cadernos do
terceiro
mundo

guía del **1979**
tercer mundo

\$85.00

Suplemento anual de
tercer mundo

ASIA, AFRICA
Y AMERICA LATINA
EN UN SOLO VOLUMEN

HISTORIA
GEOGRAFIA
ECONOMIA
POLITICA

MAPAS DETALLADOS
DE MAS DE
130 PAISES

GUIA terceiro mundo

suplemento anual
dos «Cadernos»
foi um sucesso editorial
na edição em espanhol
para 1979.

A versão 1980 está a ser preparada,
também em português,
para sair em Dezembro deste ano



AFRICA

NAMÍBIA

a actual etapa da guerra de libertação



*SAM NUJOMA, líder da SWAPO, fala-nos
sobre os avanços do povo da Namíbia
na luta pela sua independência.*

João Belisário

SAM Nujoma, presidente da SWAPO — South West African People's Organization, — concedeu-nos em Luanda, capital de Angola, uma nova entrevista em que explica o desenvolvimento da luta de libertação da Namíbia até os dias actuais, e onde assume uma posição inequívoca frente às manobras dos países imperialistas e diante das recentes decisões da África do Sul em proclamar a independência unilateral da Namíbia com o apoio de uma assembleia fantoche.

Quando e em que condições começou a luta de libertação do povo namíbio?

A SWAPO, vanguarda dos interesses do povo oprimido da Namíbia, foi formada em Abril de 1960. O objectivo era lutar e libertar a Namíbia do colonialismo e da ocupação ilegal pela União Sul-Africana.

Quando fundámos o nosso movimento, tínhamos a esperança de que, através de manifestações, greves e boicotes contra a administração ilegal sul-africana, conseguiríamos a liberdade e a independência, tal como sucedeu na Tanzânia, Camarões, Burundi, Ruanda e Togo, que foram colónias alemãs até à I Guerra Mundial como a Namíbia. Depois da derrota alemã, estes territórios tiveram um estatuto especial como mandato da Sociedade das Nações; e depois da II Guerra Mundial ficaram sob tutela das Nações Unidas. Tínhamos toda a esperança de que a África do Sul racista, que ocupou a Namíbia em 1915, diante da pressão das manifestações e greves, entregasse o poder ao povo.

Contudo, para nosso desgosto e decepção, as nossas acções pacíficas enfrentaram-se com a força bruta. Por exemplo, em 1959 fizemos uma forte oposição às autoridades da Namíbia, que pretendiam implantar no país a diabólica política de discriminação racial, o "apartheid". Dizia o então Primeiro-Ministro Verwoerd, entre outras coisas, que devia existir uma zona tampão de cerca de 500 jardas entre as zonas residenciais para brancos e para negros. Ordenaram então que abandonássemos as nossas antigas áreas residenciais na capital, Windhoek, com o fim de materializar a política do "apartheid".

Resistimos à mudança e, como resultado, os tanques e os blindados sul-africanos abriram fogo contra os manifestantes desarmados e pacíficos, do que resultou 12 namíbios mortos e mais de 50 feridos à bala.

Isto foi a 10 de Dezembro de 1959.

Fui preso e encarcerado, como muitos camaradas. Em consequência, tivemos de pensar duas vezes. Estávamos frente a uma situação em que o inimigo usava métodos brutais, atirava e matava a sangue a população civil, e não tínhamos uma pistola sequer para responder, para defender o nosso povo. Portanto, começamos a fugir do país, em busca de asilo nos então poucos países africanos independentes.

Escapei da Namíbia no 1.º de Março de 1960 e com alguns camaradas mais fomos capazes de treinar alguns guerrilheiros no uso de armas. Em 1966, exactamente a 26 de Agosto, iniciámos a luta armada de libertação nacional. Desde então, temos lutado com resultados progressivamente vitoriosos. Hoje temos áreas libertadas na zona Norte e Leste e estamos a expandir as nossas acções militares em direcção ao Centro e regiões do Sul. Houve ataques guerrilheiros em Windhoek, a capital, e em outras cidades da região central.

O EXÉRCITO POPULAR

Quando foi formado o Exército Popular de Libertação da Namíbia — PLAN? Quais são os seus objectivos e que progressos conseguiram efectuar no terreno?

A SWAPO foi criada como um movimento de libertação pacífico, mas diante da opressão e dos métodos fascistas da administração ilegal de Pretória, fomos forçados a treinar os nossos membros no uso de armas de fogo. Por essa razão, a 26 de Agosto a SWAPO lançou a luta armada através, da sua ala militar, o Exército Popular de Libertação da Namíbia (People's Liberation Army of Namibia —



Guerrilheiros do PLAN combatem as tropas de ocupação sul-africanas desde 1966



PLAN). Desde 1966, lutámos contra as tropas fascistas de Pretória e reconhecemos que, durante esta luta, ganhámos uma considerável experiência sobre como responder ao inimigo na frente de combate.

Já somos capazes de derrubar caças a reacção e aniquilar forças de infantaria do inimigo no terreno. E agora que temos as áreas libertadas, como já disse, o nosso objectivo é estender essas áreas com a finalidade de derrotar o inimigo e declarar um governo popular na Namíbia, que vele pelos interesses do povo namíbio, sem consideração à cor, religião ou lugar de origem. Esse é o principal objectivo do PLAN, braço armado da SWAPO.

Nós valorizamos a ajuda oferecida ao povo da Namíbia, através do nosso movimento, pelo camarada presidente Agostinho Neto, e pelos camaradas revolucionários angolanos. Valorizamos também o apoio em termos de uma assistência material concreta concedida por outros países da Linha da Frente, Zâmbia, Moçambique, Tanzânia, e de todos os membros da OUA. Apreciamos e agradecemos também a ajuda dos países socialistas que apoiam os movimentos de libertação na África Austral em geral e da Namíbia em particular. Agradecemos também a ajuda de outras forças democráticas do mundo capitalista e países como a Suécia, e a Holanda, cujos governos contribuem com

uma parte do dinheiro dos seus orçamentos nacionais para a assistência humanitária ao nosso movimento.

E apesar das manobras e das intrigas do regime fascista de Pretória, para frustrar a revolução do povo namíbio, nós continuaremos a luta e venceremos.

O PLAN comprometeu-se, de facto, cada vez mais na guerra de libertação e não há dúvida de que num futuro próximo as nossas forças armadas conseguirão a vitória definitiva. Temos levado a cabo operações militares com sucesso. Embora, como é natural, haja dificuldades na luta, elas serão superadas.

WALVIS BAY

Mesmo antes do início das conversações propostas pelas Nações Unidas, a África do Sul tinha manifestado a intenção de anexar Walvis Bay, ponto estratégico para o comércio exterior da Namíbia. Qual é a posição da SWAPO com respeito a este problema?

De facto, há uma agressão ao povo da Namíbia, quando a África do Sul decidiu anexar Walvis Bay. No que respeita à SWAPO, essa agressão é condenada, rejeitada e considerada inaceitável pelo povo namíbio. Nós lutamos por libertar toda a Namíbia, incluindo Walvis Bay, ocupada

ilegalmente pelo inimigo, assim como o resto do país.

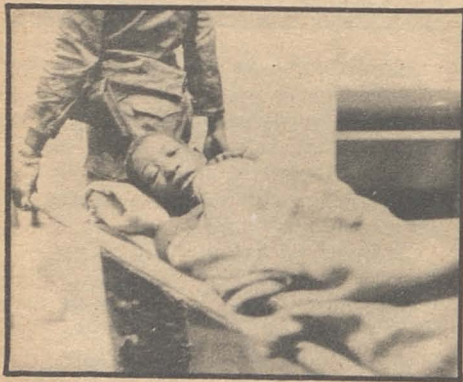
A LUTA DIPLOMÁTICA

Poderia fazer um resumo de como se desenvolveu a luta pela libertação da Namíbia no campo diplomático, os seus participantes e a situação actual?

Desde a fundação das Nações Unidas, em 1946, em São Francisco, tomaram-se resoluções e mais resoluções na Assembleia Geral a pedir o fim da administração colonial da Namíbia pela África do Sul. No entanto, infelizmente, todas essas resoluções foram ignoradas.

A mais significativa delas foi a Resolução 2145 de 27 de Outubro de 1966, que dá por finalizado o mandato sul-africano sobre a Namíbia e a Resolução 2248, de 9 de Maio de 1967, que criou a Comissão das Nações Unidas para a Namíbia.

Esta Comissão foi encarregada de administrar a Namíbia até à obtenção da independência. Contudo, não foi capaz de desempenhar as suas tarefas, devido à falta de cooperação do regime fascista de Pretória. Fizeram-se, igualmente, tentativas através do Conselho de Segurança, com a aprovação em Setembro do ano passado da Resolução 435 a endossar o plano do Secretário-Geral da ONU para a descolonização da Namíbia. Segundo este plano, dever-se-ia conseguir uma solução negociada entre a SWAPO, de um lado, e o regime fascista e racista da África do Sul, por outro, sob a coordenação e a assistência das Nações Unidas, que instaurariam o cessar fogo e destacariam uma força de paz da ONU para pôr em prática



Mulher de uma aldeia angolana ferida num bombardeio sul-africano

um armistício entre as forças guerrilheiras da SWAPO e as forças armadas repressivas de Pretória. Este plano estabelecia também que as forças sul-africanas seriam evacuadas da Namíbia, deixando apenas 1500 homens nas bases de Grootfontein, Othivelo e Otonbody. As forças guerrilheiras da SWAPO também se instalariam na Namíbia, com vistas ao encontro da via política que conduzisse à independência, através de eleições livres.

A ALTERNATIVA DA SWAPO

A SWAPO aprovou este plano de descolonização, dando garantias ao Secretário-Geral das Nações Unidas de que respeitará estritamente o cessar fogo e aderirá fielmente à implementação das resoluções do Conselho de Segurança.

No entanto, embora num primeiro momento o regime racista de Pretória estivesse de acordo com o plano de descolonização, posteriormente, retirou o seu apoio, argumentando que as forças guerrilheiras da SWAPO deveriam ser retiradas da Namíbia pelas tropas das Nações Unidas e acantonadas em Angola e na Zâmbia. Evidentemente que isto não faz parte do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas e por isso foi rejeitado e condenado pela SWAPO.

A guerra de libertação continua tenazmente. A África do Sul proporciona diariamente dados estatísticos ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o número de combates e soldados sul-africanos mortos.

No que respeita à SWAPO, não fomos nós os promotores desta Resolução 435, e sim as potências ocidentais: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental e Canadá, que afirmavam desejar uma solução negociada. Primeiro contactaram a África do Sul e depois fizeram o mesmo connosco. Manifestámos alegria por uma solução negociada e estamos dispostos a participar em eleições genuínas e justas, livres e democráticas, sempre quando tais eleições tiverem lugar sob a supervisão e controlo das Nações Unidas.

Apesar dessa boa vontade e da aceitação por Pretória do acantonamento dos restantes 1500 homens sob controlo das forças das Nações Unidas, também deverão ser entregues todas as armas que forneceram aos fantoches do exército negro boer, aos exércitos tribais e aos civis

Das áreas libertadas do norte e leste, as acções da SWAPO estendem-se rumo ao centro e sul do país



brancos. Estas armas terão de ser reunidas e entregues à força de Paz das Nações Unidas.

A SWAPO não tinha outra alternativa que a de intensificar a luta armada de libertação nacional, expulsar o inimigo da Namíbia e tomar o poder. Esses são os nossos objectivos e estamos dispostos a implementar as resoluções das Nações Unidas, o programa e a exigência do povo da Namíbia pela liberdade e independência genuínas.

APOIO LATINO-AMERICANO

Muitos governos latino-americanos não puseram em prática as resoluções das Nações Unidas sobre a Namíbia contra a ocupação racista. Que espera a SWAPO dos governos e povos da América Latina?

Nós pensamos que a libertação da Namíbia é, primeiro e sobretudo, responsabilidade do povo namíbio. O povo iniciou a luta, leva-a a cabo e tem de passar por sacrifícios e sofrimentos. Estamos pre-

parados para fazer sacrifícios maiores ainda. Estamos preparados para lutar 5, 10, 25 ou até 100 anos mais, para construir uma base revolucionária sólida sobre a qual as futuras gerações da Namíbia se fortalecerão e protegerão a si mesmas e à integridade territorial do seu país.

Recebemos apoio e assistência de países latino-americanos como Cuba, Jamaica, Guiana e outros que apoiaram as resoluções das Nações Unidas sobre a Namíbia. As manifestações de solidariedade e simpatia para com a nossa luta, provenientes da América Latina, comprazem-nos e estimulam-nos. Valorizamos a ajuda proporcionada por meio do nosso movimento ao povo da Namíbia, seja ela material, política ou diplomática, mas somos nós que assumimos a responsabilidade de libertar o nosso país. Apreciamos ao mesmo tempo contribuições tais como as dos jornalistas progressistas que denunciavam a conspiração imperialista e os colaboradores do regime racista.

cadernos do
terceiro
mundo

BENIN



a dura batalha pelo socialismo

A criação do Partido Revolucionário Popular abre neste pequeno país da costa ocidental africana uma nova etapa histórica. Foi iniciado um fecundo período de discussão democrática nos centros de trabalho, que reflecte os avanços de sete anos de governo por militares revolucionários.

Hugo Rius

A República Popular do Benin (antigo Daomé) tem sido objecto, desde 1972 — doze anos depois da sua independência do colonialismo francês —, das mais diversas modalidades de **complot**, todas elas destinadas a derubar o governo militar encabeçado pelo tenente-coronel Kerekou. Capitais estrangeiros com base em Paris moveram alavancas económicas para lhe criar dificuldades; velhos caciques politiqueiros no exílio promoveram campanhas difamatórias com evidentes apoios financeiros e deram alento a conspirações no interior do país; oficiais facciosos cheios de ambições tentaram quarteladas; e até se chegou a produzir uma invasão aérea de mercenários na própria capital, Cotonou.

A direcção militar, entretanto, empreende o saneamento da vida política tradicional, proclama uma opção socialista marxista-leninista e mobiliza as massas. Estas assenhoreiam-se e algumas consignas-chave: “A Pátria ou a morte”; “prontos para a revolução”, “a luta continua”. E por onde se vá ou se escute, nas concentrações, nos discursos, as canções, nos muros sempre se grita: “Ehuzu”, que na língua local quer dizer **revolução**.

O “BAIRRO LATINO” DE ÁFRICA

O Daomé (como se chamou esta país de 112 600 quilómetros quadrados e de cerca de 3 milhões de habitantes, até que a 30 de Novembro de 1975 adoptou o nome de República

Popular do Benin) gozava desde os tempos coloniais de uma reputação singular. Afirmava-se que era a principal fornecedora de quadros administrativos para todo o conjunto das colónias francesas na África Ocidental. Chegou-se a dizer, inclusive, que a gente instruída representava a sua principal riqueza.

Claro está que o colonialismo sabe escrever a história dos povos que oprime à sua imagem e conveniência, e não era de todo causal que determinadas etiquetas se facturassem no país ou em outras metrópoles europeias. Aí traçavam-se os perfis económicos dos seus enclaves, à margem das suas reais potencialidades, de maneira que ficaram condenadas a servir de fontes de mão-de-obra e matérias-primas baratas.

As instalações portuárias, estradas, linhas férreas e serviços administrativos básicos que se construíram no Benin, ou em qualquer das antigas colónias, respondiam exclusivamente às necessidades concretas de uma exploração económica. Com esse mesmo sentido se estabeleceram as "ilhas" de instrução escolar. Fazia falta criar aparelhos locais, com funcionários e empregados que assegurassem a administração indirecta, e perpetuassem a presença neocolonial nos territórios que eventualmente se convertessem em repúblicas.

No Daomé, com muitos escassos recursos em exploração (azeite de palma, algodão), o projecto de instrução foi mais amplo, cada vez que se procurava fabricar quadros com formação e mentalidade neocoloniais para todo o conjunto da comunidade franco-malgaxe: Alto Volta, Togo, Níger, Tchade, Congo-Brazzaville, Gabão, Camarões, Costa do Marfim, Guiné, Mali e Senegal.

Uma original "divisão de funções" fazia do Senegal fornecedor de soldados e o Alto Volta fornecedor de mão-de-obra barata para as colónias vizinhas.

Tanta foi a reputação intelectual que se lhe outorgou em tais circunstâncias e esferas regionais, que o Daomé foi alcunhado de "bairro latino de África", uma subtil maneira de o alienar à cultura metropolitana, com tudo o que implicava de despersonalização da própria cultura autóctone. Na realidade os alunos dos estabelecimentos de ensino do Daomé tinham que aprender as obras de Corneille e de Ra-



O presidente Mathieu Kerekou

cine, estudar a dinastia dos Capetos, mas não sabiam nada da cultura e da história do seu país.

Só nos últimos seis anos se conseguiu romper com aquele sistema de educação alienante e reconquistar os mais legítimos valores da identidade nacional, em toda a sua rica variedade de povos e culturas: fons, Yorubas, adjas, baribas, peuls e sombas, entre os principais, com as suas línguas, tradições orais e manifestações artísticas peculiares.

TRIBALISMO À MEDIDA

As frequentes querelas tribais que o fenómeno africano comportava eram, pelo contrário, o aspecto cultural que despertava mais crescente interesse nas

potências coloniais. Como se sabe, as disputas tribais acompanharam e serviram historicamente a conquista colonial, contribuindo, se convenientemente estimuladas, para debilitar a resistência africana ao invasor estrangeiro.

Com o processo de descolonização que se avizinhava após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o tribalismo também se incrustou adequadamente na vida política interna e sobreviveu para além da independência, em 1960, durante doze anos de convulsões e crises para maior proveito dos interesses neocoloniais. Ao longo de mais de duas e agitadas décadas, um punhado de caciques políticos extasiaram-se numa contínua luta partidária

rista de influências regionais e repartiram alternadamente o poder com fins puramente pessoais. Os nomes de Hubert Maga, Justin Ahomadégbé, Sorou Migan Apithy e Emile Zinsou açambarcaram até ao desgaste a cena eleitoral do Daomé em todo esse período.

Em 1970, um Directório Militar de Salvação viu-se na obrigação de anular uma das mais fraudulentas e violentas eleições e procurou estabilizar o país mediante uma fórmula de governo conjunto Maga-Ahomadegbe-Apithy, que na prática se revelaria estéril. Escandalosas discussões teriam então lugar a respeito da repartição dos departamentos ministeriais, enquanto a subordinação ao presidente em exercício estava condicionada ao reflexo dos interesses de grupo. Ninguém cumpria a promessa de "realizar a unidade nacional" prometida na Carta de solução de 1970.

A população beninense não ficou, portanto, surpreendida, que o Exército desse por terminada a experiência do triunvirato e assumisse a direcção plena do país dois anos depois, a 26 de Outubro de 1972.

"As instituições do Estado estão seriamente abaladas — afirmava a proclamação militar — por acções contraditórias e destrutivas dos membros do conselho presidencial, do governo e dos seus cortesãos ou partidários. É por isso que no sector público, semipúblico ou privado, a filiação a tal facção política e a aliança a tal homem político constituem as proteções suficientes graças às quais a injustiça e a arbitrariedade foram solidamente instauradas".

PROGRAMA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

As intenções do novo governo militar revolucionário, encabeçado pelo então comandante de batalhão Mathieu Kerekou, pareceram num primeiro momento encaminhadas unicamente a pôr cobro à deteriorada atmosfera política. Porém, seis dias mais tarde, a 30 de Novembro, o novo chefe de Estado apontava num discurso-programa o verdadeiro alcance económico e social do movimento militar que acabava de se produzir.

Outra trilogia, mas esta de princípios, substituiu a desgastada troika e quanto esta significava do passado.

1. "Contar com as nossas próprias forças, com os nossos próprios recursos, com a iniciativa criadora das amplas massas na nossa luta para nos libertarmos da dominação estrangeira, para desenvolver a nossa economia e para dar ao nosso povo a dignidade e a personalidade de um povo livre.

2. Reorganizar toda a estrutura económica, cultural e social do nosso país no sentido de uma libertação da dominação estrangeira, de uma erradicação da corrupção, do nepotismo e de uma maior eficácia.

3. Desenvolver as nossas relações exteriores com todos os países sem discriminação, na base do respeito à soberania nacional, da igualdade e do benefício mútuo."

LEI FUNDAMENTAL DA REPÚBLICA POPULAR DO BENIN

Art.o 4 — Na República Popular do Benin, a via de desenvolvimento é o socialismo. Seu fundamento político é o marxismo-leninismo, que deve ser aplicado de maneira viva e criadora às realidades beninenses.

Todas as actividades da vida social nacional na República Popular do Benin se organizam nesta via sob a direcção centralizada do Partido da Revolução Popular do Benin, destacamento de vanguarda das massas exploradas e oprimidas, núcleo dirigente de todo o povo beninense e da sua revolução.

Art.o 11 — As relações da República Popular do Benin com os países estrangeiros repousam sobre os princípios do não-alinhamento, igualdade, respeito mútuo da soberania, as vantagens recíprocas e a dignidade nacional.

A República Popular do Benin é solidária com todos os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o apartheid; apoia e estimula activamente todos os povos do Mundo na sua luta de libertação nacional e em luta revolucionária.



Gaudié: uma cidade sobre o lago

O programa abarcava em detalhes os domínios do mundo rural, a indústria, o comércio e as finanças, a educação e a formação de quadros, a saúde e os assuntos sociais, a administração e a política externa.

As tarefas enumeradas pertenciam ao movimento revolucionário de libertação nacional segundo uma posterior caracterização feita por Kerekou: "o seu objectivo principal é a consequente luta anti-imperialista em todos os aspectos e a democratização do poder revolucionário".

As etapas seguintes seriam "a revolução democrática e popular" e a "revolução socialista".

De acordo com a própria visão do Comité Central do Partido da Revolução Popular do Benin, levaram-se a cabo muitos avanços dentro do movimento revolucionário de libertação nacional e levantaram-se alguns marcos fundamentais para a etapa da democracia popular no curso dos pri-

meiros cinco anos de mudança.

CONTROLAR A ECONOMIA

O governo militar revolucionário de 1972 começou por exercer um maior controlo sobre a economia do país. Quase imediatamente depois, em Fevereiro de 1973, decretou que todas as firmas estrangeiras que operavam no país tivessem a sua sede social em Cotonou e pusessem em dia a sua contabilidade e obrigações fiscais antes de 30 de Novembro desse ano.

Progressivamente, o Estado foi tomando conta de um número de sectores vitais, como as instituições bancárias, que viriam a ser reagrupadas em dois bancos nacionais: o Comercial do Benin e o Beninense de Desenvolvimento. Ao mesmo tempo, foram instituídas a Sociedade Nacional de Seguros e a Caixa Nacional de Crédito Agrícola. Passou-se a exercer o mo-

nopólio da importação e exportação, através de sociedades importantes como a Nacional de Comercialização do Petróleo. Assumiu-se o controlo directo da produção, importação e distribuição de energia eléctrica por meio da Sociedade Beninense de Água e Electricidade e criou-se a Sociedade Nacional de Transportes e Consignações para assegurar as operações de transporte às empresas estatais e mistas. Política de controlo esta que abarcou também o sector de turismo, dando lugar ao Bureau Nacional de Turismo e Hotelaria. A acção estatal tinha tocado os pontos-chave da estrutura económica do país que era sustentada, essencialmente, pela exploração agrária destinada à exportação, a pesca em limitada escala e um activo comércio interno, que requeriam de determinados serviços e infra-estruturas elementares.

A actividade industrial teve um peso menor, como

era de se esperar em condições de subdesenvolvimento. Um inventário fabril circunscrever-se-ia a topar com algumas instalações de processamento de azeite de palma, unidades produtoras de massas alimentícias, fábrica de cerveja, padaria, duas unidades de enlatados de camarão, duas importantes unidades têxteis, bicicletas e calçados entre outras fábricas ligeiras.

O maior acento teve que ser posto necessariamente no desenvolvimento da produção agrícola, com o objectivo essencial de atingir um auto-abastecimento no plano alimentar e obter reservas que permitissem enfrentar eventuais problemas climáticos e calamidades naturais, bastante frequentes nestas latitudes tropicais. Quase 85 por cento da população é camponesa e 75 por cento dela vive da agricultura.

Foram criadas sociedades estatais que se ocupam do incremento da produção arroseira (SADEVO), do desenvolvimento do cultivo do algodão (SONACO), do fornecimento de matérias-primas para as duas importantes unidades têxteis situadas em Cotonou e em Parakou, a capital da província de Borgou, principal algodoeira nacional.

TRANSFORMAÇÃO E LUTA DE CLASSES NOS CAMPOS

A necessidade de introduzir métodos de exploração agrícolas mais produtivos e técnicos deu lugar a uma política, de acordo com a opção socialista, de exploração colectiva da terra, que começa a materializar-se com a organização

de associações e cooperativas camponesas.

O movimento cooperativo iniciou-se nas províncias setentrionais de Bourguou e Atacora, caracterizadas pelas suas vastas terras aráveis, e foi-se ampliando, com as suas particularidades, às províncias meridionais de Zou, Mono Atlântico e Cueme, que possuem menos campos de cultivo que as primeiras e onde a tradição feudal se manifesta mais fortemente.

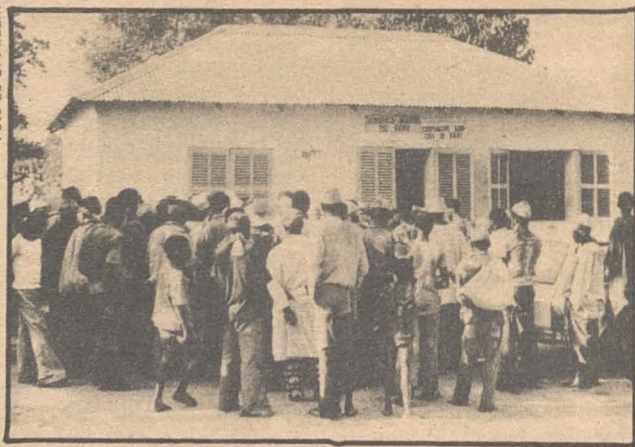
De acordo com as directivas do Comité Central do Partido da Revolução Popular do Benin, são estimulados dois tipos de organização agrária, a Associação Revolucionária de Vocação Cooperativa, que se define como uma associação voluntária de camponeses que se ocupam de todo o tipo de cultivo debaixo de uma certa disciplina de trabalho; e as Cooperativas Agrícolas de Tipo Socialista (CATS), que se caracterizam por uma colectivização efectiva dos meios de produção, uma organização científica e centralizada do trabalho colectivo e uma gestão democrática.

Em Bori, província de Borgou, encontra-se aquilo que pode ser qualificado como a experiência socialista piloto, que arrancou em Abril de 1977, com a previsão inicial de que se chegaria a organizar na primeira fase umas doze cooperativas; no entanto, devido à própria pressão das massas camponesas, num par de anos conseguiu-se estruturar já 26 cooperativas.

Segundo nos contaram os camponeses Tabé David, Sariki Allou e Kramba Ibrahim, respectivamente presidente, contador e organizador da cooperativa de Bori, assim como o jovem técnico do organismo regional de desenvolvimento agrícola, Thinhoun Fé-mix, a implantação dessa avançada experiência teve de ser acompanhada de um paciente labor de sensibilização e esclarecimento de uma activa luta de classe.

O que nesta região se designa como oposição feudal refere-se aos tradicionais chefes de clã ou família, aos quais competia decidir sobre o lugar e ocupação de cada indivíduo, as acti-

Foto de C. Pildain



Cooperativa agrícola de Bori: os seus membros reunidos diante da sede

vidades produtivas, bem como o fruto do trabalho. Geralmente descontentes pelo debilitamento do seu antigo prestígio autoritário, exerceram não poucas pressões e ameaças contra os camponeses interessados na cooperativa, que chegavam até à expulsão do clã; ainda que não faltem também os que procuraram o "entendimento" e optaram por exigir algum tributo dos benefícios do cooperativista.

Porém, a tendência a libertar-se destas peias torna-se cada vez mais crescente, como reflecte o facto de nestes dois anos se ter chegado a contar com um total de 1540 cooperativistas de CATS em todo o conjunto da província. Em certas aldeias, os cooperativistas activos constituem a metade dos camponeses em activo e noutras — como Batran e Goubakaror — as mulheres representam cinquenta por cento dos efectivos do CATS. Nalguns casos, os próprios chefes tribais — os "tata" — chegaram mesmo a incorporar-se, como ocorreu, por exemplo, na coopertiva de Tontasou.

CÉLULAS E PARCELAS

A cooperativa modelo de Bori consta de três órgãos: a Assembleia Geral, que se reúne em princípio cada três meses para adoptar as grandes decisões a serem tomadas; o Comité de Gestão, integrado por seis membros, que se reúne plenariamente todos os meses e faz cumprir as decisões da Assembleia, e o Comité de Controlo, de três membros, que vela pela administração e pelo cumprimento dos estatutos.



Reforma Agrária: principal objectivo do Plano Trienal

O trabalho diário é organizado por células que tomam a seu cargo uma determinada parcela, com um chefe que distribui e dirige o trabalho, enquanto quatro agentes técnicos do Estado administram as orientações gerais sobre o aproveitamento em tempo e forma das áreas de cultivo e sementeira, principalmente de algodão, milho e soja. A distribuição dos frutos do labor efectua-se no final da campanha, sob o princípio de "a cada um segundo o seu trabalho". A Reforma Agrária é considerada objectivo principal dentro do actual Primeiro Plano Trienal da República Popular do Benin, promulgado em Junho de 1977, após uma ampla divulgação que levou a que o projecto inicial tivesse sofrido algumas

emendas. "o problema que mais preocupa a população — assinala-se — é o das terras arrendadas que o Partido e o Estado revolucionário devem abolir definitivamente".

Outra preocupação referida no plano, e de cuja solução fomos testemunhas, é a fabricação nacional de instrumentos agrícolas. Sem pretensões irreais, estabeleceu-se em Parakou uma cooperativa de forjadores individuais de diferentes lugares do país, para a montagem de arados, charruas e carroças com as quais não só se dá resposta à procura interna, como também se promove a exportação para o mercado do Níger. Trata-se, diz-nos um membro do Comité de Direcção da Cooperativa Beninense de Material

Agrícola, de "contar com as nossas próprias forças e com a iniciativa criadora das nossas amplas massas laboriosas".

Em termos igualmente realistas e modestos se projectou a gestão industrial do triénio, apontando para a transformação dos produtos agrícolas, especialmente o café, tabacos, cítricos e oleaginosas, e a mais longo prazo, a exploração de petróleo e calcário, sem contar com as potencialidades de ferro, mármore, fosfatos e urânio.

MOBILIZAÇÃO DAS MASSAS

No campo da educação, considerado da maior importância, procedeu-se a uma reforma do sistema de ensino, tendente a despojar a escola de todos os seus vícios neocoloniais e a orientar os seus programas de acordo com as exigências de um desenvolvimento económico nacional independente. Foi assim que se pôs termo ao ensino privado, se reelaboraram e unificaram os ciclos e programas docentes, com uma marcada atenção para a educação ideológica e patriótica, que inclui os fundamentos do socialismo científico, e se ajustaram os calendários escolares de tal maneira que estes ficaram mais vinculados aos períodos de campanhas agrícolas e que se pôde materializar coerentemente a incorporação dos rudimentos de agrotécnica na nova escola.

Apesar da fama de país instruído atribuída ao Benin em tempos passados, desenrola-se uma intensa

campanha de alfabetização, que de acordo com cifras oficiais, terá que alcançar cerca de 85 por cento da população. Os novos dirigentes mostraram a verdadeira realidade educacional herdada do colonialismo, ao apontar entre outros índices, que os alunos universitários não chegam nem sequer a um por cento da escolarização total, que se carece de homens de ciência e mesmo de Faculdade de Engenharia.

Os esforços de renovação presentes em todas as esferas do Benin não teria frutificado sem que se tivesse mobilizado as massas populares com um programa ideológico definido e dentro de precisas estruturas de enquadramento.

Quando ainda o movimento militar revolucionário não tinha atingido o seu primeiro aniversário, instaurou-se em Setembro de 1973 o Conselho Nacional da Revolução, com as suas instâncias locais, a nível de aldeia, bairro, comuna, distrito e província. Desde então que têm vindo a assumir o papel de Assembleia Nacional Revolucionária,

cujas principais missões são a de conceber e controlar a acção do governo revolucionário militar, encarregado por sua vez da aplicação e correcta execução do curso-programa de 30 de Novembro de 1972. Uma nova lei fundamental da nação votada por referendo público em 1977, estabelece os órgãos populares definitivos que se instalarão logo que se constituam as futuras comissões eleitorais.

A OPÇÃO SOCIALISTA

Foi, no entanto, a adopção da via de desenvolvimento socialista e a proclamação da filosofia marxista-leninista como guia de rumo da revolução que imprimiu um carácter abertamente popular ao processo revolucionário beninense.

Kerekou declarou que o socialismo é "a única via de desenvolvimento historicamente justa para o povo" e que fora dessa via não existe nenhuma possibilidade de um desenvolvimento rápido na dignidade e independência nacional".

Referindo-se aos que de boa fé objectam que o marxismo-leninismo não é uma



Uma assembleia de construção do partido



Mulheres beninenses
cada vez mais par-
ticipantes

ideologia autenticamente beninense, aquele dirigente argumentou que “se equivocam, porque o marxismo-leninismo é o conjunto das leis universais derivadas da luta da Humanidade inteira pela transformação radical do Mundo e da sociedade, a fim de banir para sempre a exploração do homem pelo homem.”

A própria declaração definiu os campos dos amigos e aliados da revolução por um lado, e dos inimigos por outro, segundo palavras de Kerekou: “Em nosso entender, são amigos e aliados do povo do Benin, os camponeses, os operários, os soldados, os oficiais e intelectuais patrióticos, assim como todas as camadas sociais intermédias cujos interesses não estão fundamentalmente ligados ao estrangeiro”.

“São inimigos da nossa revolução, o imperialismo internacional e seus agentes locais, pagos e mantidos pelas empresas estrangeiras, a burguesia político-burocrática e a feudalidade tradicional”.

Exactamente um ano depois, a 30 de Novembro de 1975, na ocasião da mudança de nome de Daomé para o de República Popular do Benin, o seu chefe de Estado anunciou a criação do Partido da Revolução Popular do Benin, “forma suprema de organização política do povo beninense na sua luta nacional para se libertar total e definitivamente da dominação estrangeira, de toda a forma de exploração do homem pelo homem para edificar uma sociedade de democracia popular feita de igualdade, prosperidade e de paz social na base dos princípios do marxismo-leninismo”.

UM PARTIDO DE VANGUARDA

O Partido convertia-se no centro irradiador da vida nacional e exercia a sua direcção política através das organizações de massas de base que se formaram antes e depois, que são: o Comité de Defesa da Revolução (CDR), o Comité de Organização dos Jovens (COJ),

o Comité de Organização das Mulheres (COF) e o Comité de Guarnição das Forças Armadas Populares do Benin.

O CDR, a organização mais relevante, representa, segundo os estatutos, “um instrumento de luta revolucionária do povo beninense, particularmente nas unidades de produção e nos serviços”. Entre as suas obrigações e tarefas figuram a detecção e a denúncia dos actos de sabotagem e actividades contra-revolucionárias, informar os trabalhadores das decisões importantes do Partido, despertar nos trabalhadores a consciência proletária de classe, empreender uma luta activa pela liquidação do capitalismo burocrático e vigiar os meios de produção e a disciplina laboral.

Sendo a organização que possui maior número de membros, o CDR estrutura-se em todo o território nacional de forma paralela às instâncias locais do Conselho da Revolução, e parecia que preencheria por algum momento o vazio do Partido ao nível da célula típica.

No entanto, nos últimos meses, inciou-se nas empresas de produção e serviços um processo de assembleias democráticas para eleger candidatos ao Partido. "A estrutura do Partido deve descentralizar-se, organizar-se a partir da base para que dirija efectivamente o Estado", foi explicado numa assembleia a que estive-mos presentes.

Os aspirantes apresentaram-se voluntariamente e submetem-se às opiniões

abertas dos seus companheiros, os quais, no final, decidirão por votação se reúnem ou não condições para serem candidatos. Os critérios fundamentais de ingresso são: não ter estado ligado anteriormente aos regimes reaccionários, não ter antecedentes penais, oferecer apoio manifesto à Revolução, observar conduta moral, manter disciplina de trabalho, não estar vinculado a agências estrangeiras nem aos velhos partidos tradicionais depois de

1972, não ser proprietário de meios industriais nem de outros de exploração, nem pertencer a qualquer organização secreta religiosa, particularmente às Testemunhas de Jeová.

Os candidatos aceites integram automaticamente um Grupo de Acção Revolucionário (GAR), catalogado como a ante-sala do Partido, enquanto o Comité Central analisa os casos e toma a decisão definitiva sobre o ingresso.

A aspiração de construir um partido de vanguarda com uma militância selectiva, a partir das massas, marcaria talvez o ponto revelador de todo um processo de mudança que começou por ser um aparente golpe militar a mais.

As Forças Armadas experimentaram, por sua vez, uma mudança notória na sua projecção política e hoje assumem, segundo o expressa a Constituição, a missão de "proteger os interesses do povo, em primeiro lugar os interesses dos operários e dos camponeses, de defender as conquistas da Revolução, a independência e a soberania nacional, a integridade territorial e a segurança do país, a liberdade e o bem-estar do povo".

Muitas razões têm as forças neocoloniais apeadas do poder para continuar empenhadas em promover campanhas, conspirações e agressões contra a República Popular do Benin.

Mas nenhuma razão poderá ter mais força que aquela que é capaz de mobilizar um povo que avança ao encontro de si mesmo, e reafirma a sua vontade de estar pronto para a revolução, pela vitória de Ehuzu.

CALENDÁRIO DA REVOLUÇÃO BENINENSE

26 de Outubro de 1972	Tomada do poder pelo movimento militar revolucionário.
30 de Novembro de 1972	Discurso-programa de construção nacional pronunciado por Mathieu Kerekou.
14 de Setembro de 1973	Criação do conselho Nacional da Revolução em distintos escalões.
30 de Novembro de 1974	Proclamação da via socialista de desenvolvimento e do marxismo-leninismo como filosofia política.
30 de Novembro de 1975	É adoptado o nome de República Popular do Benin. Nasce o Partido da Revolução Popular do Benin.
16 de Janeiro de 1977	Agressão mercenária em Cotonou, esmagada em poucas horas.
26 de Agosto de 1977	É adoptada a nova lei fundamental da República.

ZIMBABWE-RODÉSIA a manobra neocolonial



*Muzorewa e seus ministros negros
mascaram uma Rodésia que continua agressiva e repressiva.
A luta da Frente Patriótica continua
até à verdadeira independência do Zimbabwe.*

COM o anúncio da tomada de posse do gabinete liderado pelo bispo Abel Muzorewa, esperava-se que o arriamento da bandeira verde e branco do antigo regime lançaria por terra não só os oitenta e oito anos de dominação colonial inglesa, como ainda significaria o fim do regime rebelde proclamado por Yan Smoth em 1965.

Os sinais exteriores do Zimbabwe-Rodésia, o novo país cujo nascimento foi anunciado no passado 31 de Maio, seriam um novo pavilhão e ainda o hino nacional, que ajudariam a compor o clima adequado à recepção de enviados de governos estrangeiros portanto mensagens de reconhecimento e apoio ao novo regime.

Nada disso aconteceu.

Sobre os prédios públicos e o escritório de Muzorewa, continua a flutuar a bandeira de Smith, o hino nacional cantado nas poucas concorridas cerimónias é o mesmo e, pior ainda,

Etevaldo Hipólito

nenhum país anunciou o reconhecimento do novo governo. Até mesmo o Malawi, que sempre manteve excelentes relações com os colonialistas portugueses e com os dirigentes sul-africanos, retirou os seus escritórios de Salisbury. O motivo oficialmente invocado foi a restrição, por parte da Rodésia, na entrada de trabalhadores provenientes do país vizinho.

Mais do que uma aparente ambiguidade, a própria denominação imposta ao território — Zimbabwe-Rodésia — indica a existência de uma situação de impasse. Zimbabwe e Rodésia são, de facto, duas realidades, dois projectos mutuamente excludentes, que uma solução de compromisso, arquitectada nos bastidores, não conseguirá unificar e viabilizar. Muzorewa, no entanto, anunciou grandes planos.

Em seu primeiro pronunciamento, logo depois da sua posse, o primeiro-ministro prometeu colocar um ponto final na guerra interna, melhorar a situação económica, e manter os estreitos laços existentes com a África do Sul.

A GUERRA INTERNA

Como primeira medida pacificadora, anunciou ser intenção do seu gabinete promulgar uma amnistia abrangendo todos aqueles que se disponham a depor as armas, e para coordenar os contactos com a oposição armada, seus principais opositores, criou um organismo especial que deverá implantar a sua "política de mão aberta".

Chefiado por um branco, Malcolm Thompson, titular da Secretaria do Trabalho e Assuntos Sociais, e responsável pela organização das eleições que levaram Muzorewa ao poder, este organismo coordenará as activi-

dades de diversos departamentos, como programas de rádio, impressão de folhetos e cartazes, e ainda a difusão de mensagens orais por meio de altofalantes montados em aviões. O original plano de pacificação, inclui a perseguição aos rebeldes "onde quer que eles se encontrem", uma formulação não muito subtil de ameaça aos países da Linha da Frente.

A recuperação económica é muitas vezes compreendida como sinónimo de levantamento das sanções. Este equívoco foi novamente alardeado por ocasião da proclamação do novo Estado, quando os líderes do novo regime passaram a exigí-lo como o complemento lógico da realização de eleições.

Antes de mais nada, o actual governo terá de fazer frente a outros problemas concretos que exigem uma solução de conjunto. O influente semanário britânico *The Economist*, em artigo defendendo o levantamento das sanções, faz constatações sobre a situação interna rodésiana, que indicam o grau de deterioração atingido pelo regime.

A SITUAÇÃO ECONÓMICA

Os constantes ataques guerrilheiros contra entroncamentos ferroviários importantes, vieram estrangular o sistema de transportes do país. As contínuas acções de sabotagem, as incursões efectuadas contra a própria capital, obrigaram o deslocamento de parte da população economicamente activa para as forças armadas, ocasionando a escassez de mão-de-obra.

Agravando ainda mais a situação, a fuga de colonos atingiu este semestre uma média mensal de 1200 pessoas. Com a maior parte dos recursos humanos e materiais comprometidos no esforço de guerra, não se pode esperar aumento de produção, nem incremento na produtividade. É sintomático, neste aspecto, que os mais importantes fazendeiros remanescentes, tenham já advertido o governo que, sem protecção adequada contra os ataques desfechados pelos patriotas e ainda sem um preço mais alto para os seus produtos, a Rodésia se encontrará, dentro de um ano, na contingência de importar milho e carne.

Em consequência da mesma guerra, a queda do volume de exportações este ano deverá atingir um ponto crítico. A actividade no sector mineiro, conhecido internacionalmente por sua capacidade, se encontra em franco descenso. Segundo dados fornecidos pelo próprio governo, o Produto Interno Bruto reduziu-se e a produção industrial desceu ao nível de oito anos atrás.

Enquanto o desemprego aumenta, a renda *per capita* em 1978 diminuiu 25% em relação a 1974. E em meio a tantos problemas, a Rodésia suporta uma guerra cujo custo diário é calculado em cerca de 1300 mil dólares. Torna-se pois evidente que o levantamento das sanções só será eficiente, na medida em que, no plano interno seja encontrada uma solução para a própria guerra.

PLANOS FRUSTRADOS

O sonhado desfecho neo-

colonial parece agora mais distante do que nunca.

Militarmente, a situação poderá ser bem avaliada através das medidas de segurança decretada no mês de Maio pelo governo de Salisbury.

O estado de emergência em todo o país, diante da pressão guerrilheira, cedeu lugar à lei marcial. Esta, por sua vez, é aplicada com certas particularidades — em algumas áreas é reforçada por uma espécie de lei marcial interna.

Em todas as regiões, no entanto, estabeleceu-se o recolher obrigatório. A aparente rede de contenção lançada sobre o país, não conseguiu tranquilizar os colonos. Correspondentes estrangeiros que visitaram a Rodésia, dão conta do verdadeiro sopro de histeria que percorre o reduto branco. Tanto nas zonas rurais como nas cidades, é cena comum ver-se pessoas dos mais diferentes grupos etários portando armas. Nos lugares públicos, cinemas ou supermercados, a presença de uma arma automática não é motivo de apreensão, desde que, é claro, esteja nas mãos de um colono.

Para torpedear ainda mais os planos do primeiro-ministro, Robert Mugabe (ZANU) e Joshua Nkomo (ZAPU), anunciaram a conclusão de um acordo, visando a coordenação militar entre os dois movimentos que integram a Frente Patriótica. Com este objectivo, constituiu-se um Conselho Coordenador, organismo voltado para as questões políticas e de estratégia geral. No campo militar, deverá ser criada um Conselho de Defesa, logo seguido de um Coman-

do de Operações Conjuntas. O passo agora dado na melhor utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis contra o regime, além do seu inegável significado político, indica um recrutamento maior em todas as frentes de combate.

Comentando os recentes remanejamentos verificados na Rodésia, o Presidente da ZANU declarou que a luta continuará, mesmo que ela seja mais longa do que aquilo que se esperava.

Sintetizando a sua posição perante a equipe dirigente saída das eleições de Maio último, Mugabe declarou à agência portuguesa ANOP: *"É o mesmo governo, utilizando os mesmos instrumentos, as mesmas táticas e estratégias. Smith continua a ocupar o poder nos bastidores. O exército é o mesmo, e continua a desestabilizar a situação nos Estados da Linha da Frente. Muzorewa não tem qualquer poder."*

A CONSTITUIÇÃO

Ironicamente, a Constituição rodesiana agora em vigor, a arma que Muzorewa dispõe para levar os seus planos adiante, já foi comparada a uma zebra. Largas faixas de continuidade de poder branco, entremeadas com outras significando o princípio de uma maioria negra governante.

Na realidade, o que temos no cômputo final, é uma boa fatia de privilégios enfeixados nas mãos de uma minoria que continua a deter o poder real. Ao contrário do exemplo clássico dos regimes neocoloniais — segundo o qual as antigas potências coloniza-



Muzorewa: a máscara de um poder inexistente

doras deixaram como intermediários, expoentes da burguesia local, — na Rodésia temos uma Administração feita em aparente condomínio. Nem o colonizador se retirou do primeiro plano, fazendo-se intermediar por um aparelho de Estado integrado por nacionais talhados sob medida para o papel, nem o colonizado assumiu estatura dentro da nova feição político-administrativa do país.

Em Maputo, o diário *Notícias* publicou um extrato comentado do documento. Sua leitura, ainda que sumária, não deixa dúvidas quanto à natureza do Estado recém-proclamado, e à correlação de forças no meio do regime.

Antes de mais nada, a divisão racial e tribal da sociedade permanece. Dos

cem membros da Casa da Assembleia, a população branca elegeu 28 colonos, e os negros, em escrutínio separado, os 72 restantes. Para o senado, de 30 membros, a Assembleia de Brancos indicou 10 pessoas, a congênera negra outros 10, e chefes tribais totalizaram a parte que faltava. Embora numericamente a população negra esteja em vantagem, 38 assentos são para os colonos, contra 92 para os negros, e na prática, a divisão de poder não corresponde à representação racial.

Vale observar que, para manter a coesão interna necessária à hegemonia da Frente Rodesiana, a lei proíbe o ingresso de brancos em qualquer organização política integrada pela população negra.

Para administrar o Estado, foram criados quatro comissões: Defesa, Serviços Judiciais, Serviço Público e Polícia. Cada uma delas tem um presidente, secundado por até quatro membros. O seu preenchimento obedece a certas exigências que excluem automaticamente o grosso da população, e dá continuidade ao regime anterior.

Desta forma, na Comissão de Defesa, segundo o artigo 105, o presidente e outros dois membros *devem ter sido pelo menos coronéis do exército rodésiano durante cinco anos*. Para integrar a Comissão dos Serviços Judiciais, é necessário ter sido *juiz ou advogado durante 10 anos na Rodésia*. A mesma identificação com o antigo regime é também condição indispensável para pertencer aos dois outros organismos.

Somente aquelas pessoas que foram *secretário ou vice-secretário em um ministério dos serviços públicos, com períodos de efectividade não inferiores a cinco anos* (art. 92) poderão ser presidente ou simples membro da Comissão dos Serviços públicos.

Por outro lado, a presidência deste organismo é exercida cumulativamente com a de Polícia. E encontram-se em condições de a ela pertencer somente as pessoas que foram *vice-comissários de polícia, durante cinco anos* (art. 100).

Finalmente, sobre estes organismos, o primeiro-ministro, ou o parlamento, não têm nenhum poder. A Constituição é muito clara ao especificar que, "uma comissão não está sujeita à direcção ou ao controle de qualquer pessoa ou autoridade".

O preenchimento destes cargos obedecerá a certas normas consagradas na Constituição. Cada Comissão é obrigada a seleccionar apenas aquelas pessoas que, a seu critério, sejam as mais eficientes e apropriadas para o posto.

Desnecessário se torna dizer que somente no seio da população branca será possível encontrar indivíduos com formação teórica e experiência profissional como o texto exige, dado o carácter selectivo das oportunidades para frequentar escolas e postular um cargo público.

A PROPRIEDADE

Será, no entanto, no capítulo dedicado à propriedade privada da terra, que o texto constitucional melhor se definirá.

Em principio está proibida a sua expropriação, a não ser para o bem público. Ficam automaticamente excluídas deste acto legal, as propriedades que não foram utilizadas durante um período contínuo de pelo menos cinco anos. De uma só penada, os colonos mantiveram a maior parte das suas propriedades intactas.

A propriedade restante poderá ser considerada *oportuna* pelo governo que, para adquiri-la, compensará o seu proprietário. O montante da operação a ser fixado e pago pelos cofres públicos, será calculado em função do mercado livre, isto é, para poder expropriar uma certa área, o governo tomará como preço base a mais alta oferta que o colono afirma ter recebido, sendo-lhe por outro lado garantia a remessa para o exterior da totalidade da compensação recebida. Ao mesmo tempo que asseguram a intocabilidade das suas propriedades, os colonos asseguram uma saída economicamente tranquila do país. A contagem porém, que a contagem dos cinco anos não poderá levar em consideração períodos de crise política ou de calamidade. Isto quer dizer que, mesmo em fuga, uma vez mais o colono mantém o controle sobre sua porção de terra.

MASCARAS

Na Rodésia, percebe-se claramente, não houver uma transferência de poder, muito embora a propaganda orquestrada para de-



Mugabe e Nkomo: a luta continua com a Frente Patriótica mais coesa



monstrar o contrário. Através de um processo eleitoral viciado, o texto constitucional em vigor veio ratificar, em favor da minoria branca, o controle político, administrativo e económico sobre o país. O jornal britânico *Guardian* publicou em data recente um relatório sobre a Rodésia onde aponta os verdadeiros donos do poder.

Em primeiro lugar, ao dominar o Exército e a Polícia, serão os colonos que realmente conduzirão a luta contra os patriotas em armas, ainda que Muzorewa seja nominalmente o titular da pasta da defesa e como tal, o responsável visível pela repressão.

A Constituição não permite ao primeiro-ministro destituir o comandante do Exército, que está directamente vinculado à Comissão de Defesa, e cuja composição, em face das exigências feitas, só é possível realizar apenas com colonos.

Finalmente, a nomeação de Smith para o cargo de ministro-sem-pasta, não significa que tenha sido apa-

gado do cenário político. A presença no novo governo de três elementos-chave do seu gabinete, não é meramente simbólica. David Smith, nas Finanças, William Irvin, na Agricultura, e Chris Andersen, na Justiça, são, de facto, pessoas que darão as cartas.

O dirigente racista teve ainda a habilidade de conseguir colocar nos Transportes, Energia e Correios, o conservador Pieter Van Der Byl, ex-Ministro de Relações Exteriores. Seguramente, a sua nomeação — indica o mesmo jornal, — deve-se aos contactos que dispõe nos meios políticos internacionais, contactos tão importantes, que abriam perspectivas animadoras para romper o bloqueio económico decretado pela Organização das Nações Unidas.

Por outro lado, ao colocar em primeiro plano os colaboracionistas negros, autênticos testas de ferro, o presidente da Frente Rodésiana, o partido dos colonos, poderá se deixar absorver por questões de defesa mais delicadas.

No plano exclusivamente político, o poder desfrutado até agora permanece intocado, uma vez que a nomeação para os ministérios “brancos”, é atribuição exclusiva sua.

E não poderia ser de outra forma. Como o próprio governo norte-americano censurou, as eleições — processo de base para conferir legalidade ao actual regime, — foram levadas à prática por uma constituição que 96% da população não subscreveu e muito menos aprovou.

Ao permitir que a minoria branca exerça o direito de veto em matérias importantes, o documento não deixa dúvidas quanto à identidade de quem maneja realmente os cordões do poder.

E no drama que prossegue, Muzorewa e os seus ministros negros não passam de máscaras de uma Rodésia, em todos os sentidos incompatível com o Zimbabue reivindicado pela Frente Patriótica que, com crescente apoio popular, deverá dizer a última palavra.

MADAGASCAR

rumo ao socialismo



O presidente Didier Ratsiraka define o processo revolucionário naquela grande ilha africana como «nacional e democrático», defende que o Não-alinhamento não pode ser de forma alguma «não comprometimento» e revela o que entende sobre o partido único que conduzirá o processo político.

Luis Camejo e Miguel de la Guardia

TANANARIVE, a capital malgache, apresentava-se envolta numa espessa bruma, anunciadora das frequentes chuvas estivais. Tinham-nos informado que o ciclone Dora se encontrava nas cercanias de grande ilha do Índico e que por isso disporíamos de poucos dias claros, aliás lindíssimo, neste lendário país africano.

Deslocámo-nos à mansão do executivo, situada a menos de cem metros do hotel de frente para uma ampla praça. O Palácio de Ambohisorohitra é uma mansão de aspecto senhorial, que data de 1898. Era então residência dos governantes franceses durante o período colonial, que se estendeu de 1896 a 1960. Depois passou a ser residência dos embaixadores franceses durante a república neocolonial presidida por Philibert Tsiranana. Desde 1975 que passou a ser sede da presidência da República Democrática de Madagascar.

A sala de audiências é enorme. De tecto alto e sobriamente decorado. Na sala, de madeira muito polida, vêem-se magníficas tapeçarias, e o mobiliário e os corti-

nados estão em concordância com a importância do lugar. Poucos minutos depois da nossa chegada, entrou pelo lado esquerdo do salão um homem de imponente presença, elegantemente vestido, com um fato cinzento claro: era o presidente Didier Ratsiraka.

O presidente malgache acercou-se sorridente e saudou-nos em espanhol: **Buenos días? Cómo estan ustedes?** Já nos tinham dito que o presidente costumava saudar os visitantes no seu próprio idioma, e foi com este ar coloquial que se sentou disposto a dar começo à entrevista.

Senhor Presidente, poderia fazer-nos um balanço das realizações da revolução malgache nestes últimos anos?

Como sabem, é ainda muito difícil fazer um balanço, sobretudo por que a revolução tem apenas ainda três anos. No entanto, procurarei, na medida do possível, oferecer-lhes alguns aspectos significativos da tarefa empreendida em 1975.

A primeira coisa que fizemos foi recuperar os principais meios de produção de



O presidente Didier Ratsiraka

Madagascar. Para isso tivemos de fazer uma definição das nossas relações com os países amigos, particularmente a França.

Em 1960, tinha-se firmado com a antiga metrópole um acordo de cooperação que era inaceitável para a República Democrática de Madagascar e para a revolução malgache. Não era aceitável para nós porque, a partir de 1972, e particularmente depois de 1975, o nosso principal interesse era a independência total. Em 1973, sendo eu então Ministro das Relações Exteriores, denunciámos os acordos de cooperação firmados com a França em 1960 e conseguiu-se firmar um novo acordo geral com este país.

Este novo acordo sobre a relações bilaterais entre a França e Madagascar vigora desde 1973. Em virtude deste acordo geral abandonamos a zona do franco, já que queríamos em primeiro lugar uma moeda independente. Criámos, então, um banco emissor propriamente malgache e exigimos à França que se retirasse das bases militares instaladas em nosso território, sobretudo a base naval de Diego Suárez, e a base aérea de Tananarive. Como resultado desse acordo não existem tropas estrangeiras em Madagascar desde 1973.

Paralelamente, lográmos a independência económica e política. Desde então, a política malgache é elaborada em Tananarive; defendemos essa autonomia de decisão acima de tudo. A revolução malgache começou em 1975.

Como caracteriza o actual processo?

Estamos numa fase de revolução nacional-democrática, de preparação das bases da edificação socialista, da construção do socialismo em Madagascar. Para isso tivemos que destruir as velhas estruturas neocoloniais e criar novas estruturas de acordo com esta nova situação.

Em 21 de Dezembro de 1975, organizámos um referendium com o fim de votar uma nova Constituição, eleger o Presidente da República e adoptar o programa definitivo que seria integrado na Carta da Revolução Socialista Malgache, conhecida como "livro vermelho".

A Carta define todos os objectivos a médio e longo prazo, com vista à edificação do socialismo no nosso país, assegurar a independência económica e política, assim como um desenvolvimento autónomo e equilibrado.

Logo que foi iniciado este processo, estabelecemos novas estruturas como o FOKONOLONA, ou seja, a colectividade descentralizada. O FOKONOLONA é uma organização ancestral de ajuda social mútua. Nós quisemos reestruturá-la e dinamizá-la, de modo a que se concentrasse nestas colectividades descentralizadas todo o poder político, cultural, económico, de segurança, etc.

Todos os seus membros são eleitos da base ao topo. Existe, por exemplo, a Assembleia Geral de Fokontany, o qual eleger um Comité Executivo e um Presiden-

te. Depois o escalão imediatamente superior é o **Fraichen**, com os seus Conselhos Populares e seus Conselhos Executivos. Depois estão os **Tiengongona**, os **Farik-tanys** também com os seus Conselhos Populares e seus Comitês Executivos, assim como as suas Comissões Económicas, Sociais, Culturais, Políticas, etc., até ao nível mais elevado que é a Assembleia Nacional Popular.

Também organizámos e celebrámos eleições para eleger os membros da Assembleia Nacional Popular, que é o órgão supremo da Revolução Socialista Malgache. O poder executivo é integrado pelo Presidente da República, o Conselho Superior da Revolução, o Supremo Tribunal Constitucional e o Comité Militar para o Desenvolvimento, o qual se propõe integrar os membros das forças armadas na sociedade como cidadãos de pleno direito, com responsabilidades na vida económica e política da nação.

Pois bem, para que a independência económica seja algo de concreto — já que não há independência política sem independência económica, — recuperámos e nacionalizámos os principais meios de

produção, começando pelos bancos, os seguros, as minas, a energia e a grande indústria. Iniciámos igualmente a Reforma Agrária.

Como sabem, o nosso país é muito grande: 585 mil quilómetros quadrados e 8 milhões e meio de habitantes. O processo iniciou-se com a recuperação das terras que se encontravam nas mãos dos colonialistas franceses. Mas para que esta revolução agrária tivesse alguma utilidade para o povo, criámos paralelamente as cooperativas e as granjas estatais.

Podíamos, evidentemente, ter distribuído individualmente a terra entre os camponeses, mas veio que isso teria sido um retrocesso; por isso decidimos criar cooperativas socialistas de três tipos, conforme o caso, as regiões e a cultura, ao mesmo tempo que criávamos as granjas estatais. Isto no que se refere às realizações económicas.

Quanto ao Ensino, reestruturámos a instrução primária e a secundária, e, actualmente, empreendemos a reorganização da universidade, para que os intelectuais malgaches não continuem a converter-se em desempregados diplomados,

Didier Ratsiraka tem actualmente 42 anos e é pai de três filhos, o mais velho dos quais conta já 14 anos. Refere-nos, como de algo que recordasse muito a sua infância, que ao estalar a revolta dos patriotas malgaches contra o colonialismo francês, em 1947, ele contava apenas 11 anos. Vivia então em Mouramanga, onde teve lugar o início da rebelião e o assalto aos quartéis franceses com o propósito de libertar os prisioneiros políticos. A guarnição colonial reagiu, desencadeando uma brutal repressão contra o povo, e o pequeno Didier viu como a sua casa era incendiada e reduzida a cinzas.

Enquanto se dirigia com o seu pai para a oficina onde este trabalhava, em busca de refúgio, viram-se interceptados por uma patrulha do Exército francês, integrada por senegaleses que os queriam assassinar. Felizmente que então outra patrulha, esta formada por soldados malgaches, se interpôs e evitou o crime.

Decidiram então fechá-los na oficina para depois os enviarem para a capital. Daí, espreitando pelo buraco da fechadura, puderam presenciar o ataque à prisão de Mouramanga e à libertação dos presos, os quais, juntamente com os assaltantes, puderam rapidamente se internar nas montanhas.

Recorda o presidente que nesse tempo havia apanhado pedras do caminho disposto a defender o seu pai no caso deste ser atacado pelos guardas, mas compreendeu facilmente que era muito difícil enfrentar as metralhadoras de pedras na mão. «Penso que foi então — **confidencia-nos** — que nasceu a minha vocação para a carreira militar, nesse momento compreendi que o poder está na ponta da espingarda».

mas sim que ao saírem das escolas encontrem um lugar útil na sociedade e sejam capazes de desempenhar as suas responsabilidades, capazes de criar e produzir.

Pedimos de seguida ao Presidente Ratsiraka que nos falasse dos fundamentos em que assenta a política externa do seu governo.

Como devem saber, Madagascar pertencia à OCAM, Organização de Cooperação Africana e Malgache. Esta organização estava reservada somente a uns quantos países francófonos estreitamente ligados à França. Desde o momento em que abandonámos a zona do franco para possuirmos uma moeda independente, virámo-nos para a OUA — Organização da Unidade Africana, — da qual nos fizemos membros plenos e de vanguarda. Também nos incorporámos ao Movimento dos Não-Alinhados.

Para nós, a nova política de Madagascar consiste numa atitude de abertura em todos os sentidos, no respeito à soberania, à independência nacional, à integridade territorial. Para nós o Não-Alinhamento não quer dizer “não comprometimento”, e por isso estamos firmemente comprometidos com a luta anticolonialista, antineocolonialista, anti-racista e anti-imperialista.

Somos, portanto, não-alinhados, mas estamos comprometidos nessa luta fundamental e por isso colaboramos, cooperamos com todos os países que respeitem a nossa soberania, a nossa dignidade e identidade, particularmente com os países socialistas e progressistas que lutam como nós contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o apartheid.

Desde 1976 que existe em Madagascar, como se encontra previsto na Constituição, uma Frente Nacional para a Defesa da Revolução, constituída pelos partidos de esquerda. Sobre que bases foi possível a integração destes partidos numa frente? Há alguma perspectiva de criação de um partido único?

Como sabem, a estrutura herdada do passado colonial baseava-se no pluripartidarismo. Em seguida, vimos que os antigos partidos se haviam equivocado, pois se se tivessem unido teriam podido ganhar a luta. Por isso me dirigi aos líderes de todos os partidos progressistas: o AK-FM, o MONIMA, o UDEGMA, o MFM, o VONJY, e fiz-lhes ver que aquele o momento de constituir um partido único na

base de um programa comum, anti-imperialista, o qual prepararia a edificação do socialismo. Mas deram-se, porém, litígios de ordem pessoal. Uns não queriam estar sob o domínio de outros, o MONIMA, de Monja Jaona, pediu que os outros partidos se subordinassem a ele e nele se integrassem, proposta que foi repudiada. Propus, então, a criação do AREMA, Vanguarda da Revolução Malgache, com um programa progressista, de revolução nacional-democrática, para criar bases sólidas e sãs com vista à edificação do socialismo. Todos estiveram de acordo quanto

«Estudei em França — diz-nos o presidente — e o meu pai teve de se endividar para pagar os meus estudos. As autoridades francesas permitiram que estudasse estatística e economia, após me terem recusado o ingresso na Escola Naval, pelo simples facto de eu não ser cidadão francês.

Mas como em 1960 nós já eramos independentes, aproveitei para pedir ao Governo de então a minha admissão na escola naval. Nessa altura já não era necessário ser cidadão francês... Foi então que cursei a Escola Naval e depois o Instituto Superior Naval de Guerra. Ao mesmo tempo que realizava estes estudos, desempenhava o cargo de adido militar do meu país em Paris.

Dá-se então — 1972 — a rebelião contra o regime neocolonial de Tsiranana e sou chamado a ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores no Governo de Gabriel Ramanantsoa. Depois, conhecem o resto. Durante o Directório — após o assassinato do coronel Richard Ratsimandrava — fui designado presidente do Conselho Supremo da Revolução e depois Presidente da República. É o que lhes posso dizer da minha biografia. Têm sorte, porque a maioria dos malgaches não a conhecem.»

ao programa e propus então a formação de um partido único em torno desse programa. A minha proposta não foi aceite por divergências individuais, e foi então que propus que ao menos se estabelecesse uma Frente Nacional para a Defesa da Revolução, com o AREMA como núcleo.

Aqui chegou-se a acordo e ficou estabelecido que o objectivo a longo prazo da Frente seria a criação de um partido único. Infelizmente, apareceram entre nós dificuldades, produto de diferenças tácticas. Alguns pretendiam saltar a etapa da

revolução nacional-democrática para precipitar de seguida a etapa do socialismo. Outros pensavam que a etapa da revolução nacional-democrática ia demasiado depressa, já que se tinham feito nacionalizações, a reforma agrária, a cooperativização agrícola... houve conflitos mas felizmente, o MFM acabou por se incorporar na Frente.

Actualmente, a Frente é integrada pelo ARENA, o AKFM, o VONJY, o VSM — ala do MONIMA que permaneceu na Frente — o UDECMA e o MFM. Penso que em momento oportuno, quando as condições amadurecerem, poderemos criar o partido único.

A conversa com o presidente malgache aproxima-se do fim. Como nos contasse uma anedota a propósito da sua infância, perguntámos-lhe qual o papel da criança na revolução malgache, tendo até em conta que 1979 foi designado pela ONU como "Ano Internacional da Criança". Respondeu-nos assim:

O Ano da Criança é também de facto o ano da Juventude. O problema que se coloca em Madagascar, e precisamente o que acabou com a primeira frente nacional da revolução, é que a ala esquerdista da frente — e o esquerdismo é uma doença infantil, — não aceitava a incorporação da burguesia nacionalista no seio da revolução.

No entanto, os únicos profissionais que tínhamos de início eram os da burguesia nacionalista. Eu gostaria, por exemplo, que todos os pilotos de Boeing fossem revolucionários, mas todos os pilotos de Boeing, os bancários, os profissionais de seguros, técnicos agrícolas, de indústria, saíram da burguesia nacional. O mesmo se passa com os magistrados.

Temos, por conseguinte, de preparar o



A banca nacionalizada já emite moeda independente

terreno para dispor de verdadeiros profissionais que sejam ao mesmo tempo defensores da revolução, que perpetuem a acção dos nossos mártires que começaram a revolução em 1947. Por isso penso que o Ano da Criança, o Ano da Juventude, reveste uma importância particular para sensibilizar todo o país na continuação da Revolução, na defesa das suas conquistas e para a preparação dos verdadeiros militantes no seio do exército.

Começámos este ano com uma grande campanha de alfabetização e mais um milhão de crianças entraram na escola primária. Anteriormente, só entravam na primária os filhos da burguesia, só eles tinham acesso ao saber. A 3 de Janeiro do corrente ano inaugurámos o Palácio dos Jovens Pioneiros, em Tamawe, construído com a ajuda da Coreia. Pensámos generalizar esta instituição de Palácios de Jovens Pioneiros, com o fim de preparar os futuros quadros da Revolução.

A finalizar a entrevista quisemos conhecer a importância que atribuiu o presidente malgache e o seu governo à celebração em Cuba da Sexta Conferência Cimeira dos Movimentos dos Países Não-Alinhados. A resposta surge acompanhada de um amplo sorriso:

A revolução cubana é para nós uma espécie de marco, já que os cubanos começaram muito antes da revolução africana. Como sabem, Madagascar, com a Argélia e a antiga Indochina foram dos poucos países que empreenderam a luta armada contra o colonialismo. E a vitória da Revolução Cubana é para nós um exemplo, tal como a vitória do povo vietnamita sobre o imperialismo francês e o imperialismo norte-americano se converteu para nós numa espécie de exemplo e de modelo.

Graças à luta vitoriosa do povo cubano, graças à luta vitoriosa do povo vietnamita, os países de África, a começar pela Argélia, lograram a sua independência.

Neste contexto, nesta perspectiva, a Conferência Cimeira de Havana reveste para nós um significado especial e uma grande importância. Actualmente enfrentámos duas correntes de ideias: a primeira afirma que os Não-Alinhados deveriam ser não comprometidos. Como afirmei anteriormente, nós pensamos precisamente o contrário. Nós seguimos a outra corrente, segundo a qual o não-alinhamento não significa não-comprometimento.

Cooperativas e granjas estatais nas terras recuperadas aos colonialistas franceses agora produzem para o povo



Consideramos que o Movimento dos Não-Alinhados é um poderoso movimento de luta anti-imperialista. Na medida em que somos muitos os países socialistas e progressistas que defendemos esta posição, consideramos que todos temos o dever, como países progressistas e socialistas, de estreitar os nossos laços e de coordenar nossos esforços para que o Movimento dos Não-Alinhados se converta num poderoso movimento de luta contra o imperialismo, o racismo, e o neocolonialismo.

Devemos, por conseguinte, colaborar e cooperar com vista ao triunfo desta ideia de luta anti-imperialista. E na medida em que temos em Cuba uma Revolução que defende esta ideia, consideramos que temos o dever de participar activamente na Reunião Cimeira de Havana para lograr o triunfo dos ideais de Liberdade e de Justiça, de luta anti-imperialista, anti-racista e antineocolonialista.

cadernos do
terceiro
mundo

Partidos da Frente Nacional

- AREMA ou VAREMA:** «Vanguarda da Revolução Malgache», partido cujo secretário-geral é o Presidente Didier Ratsiraka.
- AKFM-KDRSM:** «Partido do Congresso pela Independência de Madagascar — Comité de Defesa da Revolução Socialista Malgache».
- VONJY:** «Partido da Saudação de Madagascar, Uno e Indivisível».
- VSM (MONIMA):** «Vanguarda Socialista do Movimento Nacional para a Independência de Madagascar».
- UDECMA:** «União de Democratas Cristãos de Madagascar».
- MFM:** «Partido do Poder dos Proletários».

MOÇAMBIQUE

Consolidação
do Estado Popular



As reuniões da Assembleia Popular e a V sessão do Comité Central do Partido FRELIMO constituíram etapas importantes na consolidação das vitórias já alcançadas, no fortalecimento da aliança operário-camponesa, na construção do socialismo no país.

NA primeira quinzena de Junho teve lugar em Maputo a V Sessão do Comité Central do Partido Frelimo. No discurso de abertura, o presidente Samora Machel fez uma retrospectiva dos principais acontecimentos verificados no país e nesta organização política desde a sessão anterior, realizada há dois anos.

No plano interno o partido foi estruturado através de uma campanha que mobilizou a população em todos os sectores de actividades. Os candidatos a membros tiveram que submeter-se, em seus locais de trabalho e de residência, a um processo de selecção em que prevaleceu um apurado sentido crítico manifesto pelos trabalhadores. As reuniões públicas de avaliação da vida e qualidades de cada aspirante tornou possível reduzir ao mínimo as possibilidades de que elementos reacçãoários, comprometidos ou não com o regime colonial, se infiltrassem no seio da FRELIMO. Contra a mesma barreira esbarraram pessoas cujo comportamento as caracterizavam como marginais e corruptos.

A experiência adquirida na organização político-administrativa das zonas libertadas, que se estende com a construção de aldeias comunais, permitiu um importante passo no tocante à redefinição dos centros urbanos. Amplo debate popular precedeu a realização de um encontro a nível nacional onde se repensou o papel das cidades e bairros comunais na construção da nova sociedade, desta forma tendo início o "assalto ao reduto principal da mentalidade burguesa

e colonial" existente no país.

Ainda em relação à organização dos trabalhadores, o balanço apresentado indica um importante avanço na área de segurança. Diante das acções desestabilizadoras levadas a cabo pela reacção interna e externa, o partido desenvolveu uma intensa campanha de esclarecimento sobre a actuação do inimigo e a melhor forma de combatê-lo. A resposta foi a expansão dos Grupos de Vigilância e das Milícias Populares.

Uma referência especial mereceu a transladação dos corpos de heróis moçambicanos do exterior para Moçambique. No passado dia 3 de Fevereiro, numa concorrida cerimónia pública, chegaram provenientes da Tanzânia urnas contendo os restos mortais de alguns dos mártires tombados durante a luta contra o colonialismo português. Entre eles se encontram Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO, e Josina Machel, comandante do Destacamento Feminino desta organização. Significativamente, a cerimónia teve lugar na mesma semana que em Maputo decorria a reunião do Bureau de Coordenação dos Países Não-Alinhados. A aparente coincidência foi, na realidade, um tributo prestado à memória daqueles que lutaram por uma pátria livre, soberana, com activa militância na arena internacional.

Depois de abordar a série de contactos mantidos com as organizações congéneres dos países socialistas, o presidente Samora Machel focou a questão da África Austral. Apesar da forte pressão exercida pelo impe-

rialismo e seus aliados contra a República Popular de Moçambique, uma vez mais foi reafirmado o apoio solidário para com os povos do Zimbabwe e da Namíbia. A posição do Partido FRELIMO não é motivada, apenas, pelo facto do Zimbabwe e da Namíbia se situarem geograficamente na nossa região. Esta nossa posição é uma questão de princípio do Partido FRELIMO, a materialização consequente do espírito internacionalista que, desde sempre, caracterizou a luta do povo moçambicano — declara a mensagem.

AVALIANDO TAREFAS

Esta V Sessão do Comité Central esteve voltada para a discussão das grandes questões económicas e sócias que afectam o país. E isto implicou uma análise crítica do processo de implantação das tarefas determinadas pela sessão anterior. Os temas então predominantes foram a situação económica e a política financeira a ser implantada. No plenário recentemente realizado, um passo em frente veio a ser dado com o estudo da definição de uma política de investimento.

Outro ponto da agenda foi a definição dos princípios fundamentais do anteprojecto de três importantes leis, uma sobre a terra, outra sobre a habitação e a terceira abordando a questão do comércio interno. Posteriormente, estes textos seriam objecto de discussão na IV Sessão da Assembleia Popular. A iniciativa tomada pelo partido no tocante às leis deve-se à concepção do Estado e do próprio partido em um

país socialista. Tomando o Estado como instrumento para a construção de uma nova sociedade, ao partido cabe "traçar as linhas de orientação fundamentais de desenvolvimento em todas as esferas da vida social". Os deputados, por sua vez, estudariam as propostas com o objectivo de adequá-las aos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

Considerada uma questão fundamental para a libertação da classe trabalhadora de Moçambique, os problemas existentes no sector da Educação foram abordados de forma que se pudesse extrair o máximo das experiências até agora adquiridas. O tema central da preocupação apontava para o encontro de respostas, a curto prazo, que conciliassem a quantidade de alunos atendidos sem comprometer a qualidade do ensino ministrado.

Seguindo a tradição herdada dos anos em que decorreu a luta de libertação, um período da V Sessão do Comité Central foi dedicado ao estudo do comportamento dos seus membros. Conforme salientou na ocasião o presidente Samora, "quando o nosso comportamento, reflexo das nossas ideias, é submetido ao exame profundo da crítica dos camaradas, é possível ao partido detectar os tecidos doentes do próprio organismo". O resultado desta análise foi sucintamente anunciado no comunicado emitido por ocasião do término do encontro, no qual se declara a detecção de comportamentos contrários aos princípios do partido, e que são manifestação de valores decadentes das sociedades tradicional-feu-

dal e burguesa. O documento informa sobre um caso de infiltração no Comité Central por parte de um elemento comprometido com as estruturas de repressão colonial-fascista. Na mesma sessão, foi ainda analisada a conduta de deputados à Assembleia Popular.

É importante notar o esforço realizado pelo partido no sentido de que cada facto maior ou menor verificado na vida nacional seja levado ao conhecimento da população, com a finalidade de educá-la politicamente. Neste sentido, o Comité Central decidiu tornar público o relatório elaborado pelo seu Comité de Controle, o qual serviu de base para a sessão de crítica e de autocrítica verificada durante o encontro. Definindo mais precisamente o inimigo, tanto no plano interno como no externo, e denunciando os seus métodos de actuação, o Partido Frelimo procura um duplo objectivo: garantir a unidade ideológica no seu próprio seio e se afirmar cada vez mais junto à classe trabalhadora.

Os trabalhos de encerramento da IV Sessão da As-

sembleia Popular decorreram na Companhia Vidreira de Moçambique, situada nos subúrbios da capital. Iniciada no dia 19 de Junho e concluída no dia 22 do mesmo mês, nela teve lugar um balanço da concretização das decisões emanadas tanto do III Congresso do Partido, em 1977, como daquelas determinadas pelo Comité Central ou ainda acordadas nas sessões anteriores deste órgão de poder popular. Simultaneamente à análise efectuada sobre o estágio actual do desenvolvimento do país, os deputados estudaram a implantação de novas medidas nas áreas económica e social.

No conjunto, foram ratificadas cerca de dez leis relacionadas com problemas situados em sectores definidos como prioritários. A sua promulgação havia sido feita pela Comissão Permanente da Assembleia Popular, no intervalo entre as duas sessões. A Lei de Organização Judiciária, apreciada nesta sessão, surge como o resultado da discussão levada a todo o país do seu anteprojecto. Com a promulgação deste texto legal, cria-se um poderoso



Samora Machel: «realizar as aspirações do povo»



instrumento para a liquidação do sistema judicial herdado do colonialismo. Em todas as reuniões do país, dos grandes centros urbanos à mais distante aldeia comunal, implantam-se os Tribunais Populares. O fim último da sua instituição é a “criação de um Direito novo, que sirva os interesses do Povo”.

Por outro lado, pela primeira vez no país, as províncias e os distritos se integraram no estudo e discussão de um orçamento do Estado. A participação sectorial sobre o mesmo, será definida sempre tendo em conta as prioridades já mencionadas. Entre elas, sobressaindo a educação e a defesa. Ao comentar o processo de elaboração da respectiva lei, o deputado Rui Baltazar, ministro das Finanças, ressaltou a necessidade de que as empresas estatais aportem maior parcela nas receitas do Estado. E isto será possível, na medida em que cresça a cons-

ciência política dos trabalhadores.

No tocante à própria dinâmica de funcionamento dos organismos máximos do Estado, foi criado o Conselho Executivo do Conselho de Ministros, que deverá actuar entre as sessões do mesmo. Ao exercer funções de direcção, execução e controle, estará garantido o princípio de direcção individual dos ministros.

Para garantir a protecção dos bens do Partido, do Estado e das Organizações Democráticas de Massas, os deputados sancionaram a lei correspondente, que abrange ainda as empresas cooperativas. Sempre observando o princípio de que uma sanção não tem apenas um carácter punitivo, mas sim educativo, o documento estabelece penalidades severas para os crimes de sabotagem económica, negligência, desvios de fundos, apropriação indevida e outros afins.

A Lei dos Crimes Contra a Segurança do Povo e do Estado Popular é uma consequência directa da escalada terrorista verificada nos últimos tempos. Em estreita ligação com agentes com base no estrangeiro, especialmente na Rodésia, grupos de sabotadores realizavam, no campo, ataques contra machambas estatais, cooperativas agrícolas e aldeias comunais. Nas cidades verificaram-se actos criminosos em fábricas, armazéns e lojas. Ao mesmo tempo que evitavam confrontos directos com as Forças de Defesa e Segurança, intensificavam as agressões contra unidades administrativas e de produção e lançavam campanhas de descrédito contra o país e os seus dirigentes. O objectivo de todas estas acções — que não se encontram desarticuladas de um contexto geral, — é a liquidação do poder popular em Moçambique e de um estado revolucionário na África



Produzir: tarefa prioritária

ca. A lei sancionada contempla com igual rigor tanto o autor de um crime como o seu cúmplice, tenha ele sido concretizado ou não. Da mesma forma que a sua planificação e execução dentro ou fora do país não permite distinção na pena a ser aplicada. As diversas penalidades estabelecidas, entre as quais se prevê a condenação à morte por fuzilamento, abrangem os autores materiais dos delitos independentemente da sua nacionalidade.

O aparente choque entre o texto agora promulgado e a tradicional política de

clemência da FRELIMO foi abordado pelo deputado Óscar Monteiro, ministro de Estado na Presidência. A certa altura da sua exposição, declarou: "A política de clemência significa respeitar normas do Direito da guerra, respeitar a vida dos prisioneiros, reconhecer a qualidade de seres humanos envolvidos numa guerra nacional. A política de clemência põe-se ao procedimento do inimigo, que nunca hesitou em torturar e assassinar os prisioneiros de guerra. É por isto que durante a guerra, a FRELIMO libertou prisioneiros e que no fim da

guerra a FRELIMO procedeu a novas libertações, enquanto o inimigo não tinha prisioneiros para libertar. A política de clemência manifesta-se em relação àqueles que inconscientemente se engajam ao lado do inimigo, aqueles que são recrutados à força para participar no exército de agressão. Ela nunca significou, nem significa, tolerância em relação ao inimigo de classe irredutível, aos mercenários, aos traidores, aos tortionários, aos genocidas". O texto desta lei será massivamente difundido no país em forma de folheto.

CENSO NACIONAL

Com a finalidade de dispor de dados fidedignos sobre a realidade moçambicana, em 1980 terá lugar o primeiro censo nacional. Ao contrário dos recenseamentos realizados no período colonial, cujo objectivo primordial era identificar a mão-de-obra disponível e controlar a expansão da população negra, a consulta programada deverá fornecer subsídios à planificação da economia em termos globais, permitindo estabelecer metas e planos acordados com as necessidades da população. A Assembleia aprovou a lei correspondente, tendo ressaltado a importância de se lograr o engajamento da população nesta tarefa.

Ainda dentro do esquema de uma campanha, está prevista a divulgação do documento relativo ao uso e aproveitamento das terras em Moçambique. O Artigo 8 da Constituição estabelece que a propriedade pertence ao Estado, situação que corresponde a um dos

objectivos proclamados pela FRELIMO quando desencadeou a luta de libertação nacional.

A nacionalização dos prédios de rendimento está entre as medidas mais valorizadas em consequência do seu largo alcance social. A liquidação da exploração que se verificava no sector de moradias permitiu que um crescente número de moçambicanos pudesse ter acesso a habitações mais humanas. De relegados que estavam pelo colonialismo às favelas que rodeiam os grandes centros, com a libertação do país, foi-lhes reconhecido o direito a uma vivenda decente. No entanto, os anos decorridos indicaram ser necessário evitar o surgimento de distorções, derivando em novas formas de exploração. Para valorizar económica e politicamente esta conquista, foi ratificado o texto que define os direitos e deveres do Estado e do inquilino e estabelecidas normas para a sua correcta utilização.

Com a retirada do colono português, que detinha o controle da rede de comércio interno, Moçambique viu-se afectado especialmente no que se relaciona com a canalização de produtos de consumo corrente. Se por um lado foram tomadas medidas para o fortalecimento das Lojas do Povo e das Cooperativas de Consumo, por outro, o comércio privado foi reequilibrado para dar uma resposta a um problema com profundas ressonâncias no campo social. Como ressaltou a Imprensa local, o Estado não se pode dedicar à venda de pequenos artigos e de quantidades mínimas, descartando-se igualmente a ideia de se empregar milhares de assalariados para se ocuparem de todas as lojas abandonadas. Aqueles comerciantes que se dispuserem a estabelecer-se em zonas prioritárias (fronteiras, rurais e periféricas dos centros urbanos) poderão contar com apoio oficial. Este apoio inclui a garantia de uma remuneração

justa pelo trabalho realizado, como ainda a salvaguarda do capital investido.

No término da sessão, uma vez mais o papel à participação popular — ideia que permeou tanto a reunião do Comité Central como de forma especial esta Assembleia Popular, — esteve presente. Finalizando o seu discurso, o presidente Samora Machel declararia: “As preocupações populares que trouxemos para esta Assembleia soubemos transformá-las em leis, instrumentos eficazes para realizar as aspirações do povo, para consolidar as nossas vitórias, para fortalecer a aliança operário-camponesa, para construir o socialismo no nosso país. Saibamos materializá-las, mobilizando o nosso povo, explicando-lhe o alcance das nossas leis e resoluções, engajando-o através do nosso próprio empenhamento”.

cadernos do
terceiro
mundo

Publicidade

Lê — Assina — Divulga
FAROL DAS ILHAS
(Quinzenário)

A voz democrática das Regiões Autónomas

Assinatura anual 150\$00
Sede: Rua Mãe de Água, 13-2.º Fte.
1200 Lisboa

CABO VERDE

país rumo ao futuro



Independência de Cabo Verde: Vasco Gonçalves, então Primeiro-Ministro português, e Aristides Pereira, Presidente da já então República de Cabo Verde, selam com um abraço o Acordo Geral de Cooperação assinado entre os dois países

Margarida G. Fernandes

*Um povo decidido a construir
uma nova sociedade,
onde o combate à seca se tornou
uma causa nacional.*

NO passado dia 5 de Julho, o povo de Cabo Verde comemorou o quarto aniversário da sua independência. Um novo Estado tinha surgido no mapa de África; desmoronava-se o império colonial português, o último no Mundo.

As conseqüências do domínio colonial no arquipélago de Cabo Verde foram verdadeiramente catastróficas. A economia não satisfazia, no essencial, as exigências do povo cabo-verdiano. O comércio, os transportes e as esferas de serviços proporcionavam 62 por cento do rendimento nacional, a indústria encontrava-se em estado semi-artesanal e a agricultura — ocupava 90 por cento da população, — fornecia apenas 5 por cento de todos os víveres necessários. As secas prolongadas e periódicas causavam calamidades e prejuízos incalculáveis.

A luta anticolonialista do povo cabo-verdiano começa a fazer-se sentir a partir do fim da Segunda Guerra Mundial em que, sob a influência dos êxitos dos países socialistas no campo internacional e do desenvolvimento dos movimentos de libertação nacional em África, iniciando-se o desmoronamento do sistema colonial do imperialismo, se desencadeia em Cabo Verde uma vaga de manifestações, greves e revoltas. Este movimento vem a culminar com a fundação, em 1956, do PAIGC (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde), que constituiu o ponto de viragem na história de Cabo Verde e da Guiné.

UM PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÕES RADICAIS

Com a conquista da independência e a chegada ao poder do PAIGC, o governo da República elaborou um amplo programa de transformações sócio-eco-

nómicas, com o objectivo de extirpar as conseqüências do colonialismo e alcançar a independência económica.

A parte principal do programa é dedicada à agricultura, no sentido de se proceder, por etapas e com base na cooperação, à reforma agrária, de forma a assegurar-se o auto-abastecimento do país em víveres. As terras foram nacionalizadas, estabeleceu-se o arrendamento em novos moldes.

O combate à seca transformou-se numa causa nacional. A questão não é apenas sobreviver, mas também prevenir o flagelo. São realizados em grande escala os trabalhos de irrigação, plantadas florestas, construídos canais, barragens e tanques para a colheita das águas da chuva e perfurados os poços.

As explorações pecuárias estatais criadas no campo tornaram-se o símbolo da nova vida. Foi organizado o abastecimento regular da população em arroz, milho e carne. O consumo de farinha de trigo e do arroz aumentou quase para o dobro, em comparação com o período colonial. Os especialistas são de opinião que se for bem organizado o sistema de abastecimento em água, as ilhas poderiam alimentar meio milhão de pessoas (a população é de 300 mil pessoas).

PREMISSAS PARA O PROGRESSO

Neste problema da alimentação cabe também um papel importante ao desenvolvimento da pesca. Segundo os planos do governo, dentro de dez ou doze anos o volume do pescado

deve duplicar. Dezenas de jovens aprendem a arte de navegar e de pescar. São criadas cooperativas de pescadores, prestando o Estado uma ajuda substancial na venda do peixe e na compra de barcos e instrumentos de pesca.

O PAIGC e o governo da República de Cabo Verde depositam grandes esperanças no desenvolvimento do sector estatal da indústria e outros ramos da economia nacional. Foram nacionalizados a banca, os seguros, o transporte marítimo e aéreo, e estabelecido o controlo estatal sobre as operações de importação e exportação. Em 1977, o Banco Nacional pôs em circulação a moeda nacional. Criado em 1976, o Fundo de Desenvolvimento Nacional financia a actividade das empresas estatais, cooperativas de produção e programas de construção civil.

Nos quatro anos de independência, o país alcançou sensíveis êxitos na instrução, saúde pública e desenvolvimento da cultura nacional. Praticamente em cada núcleo de população foram abertas escolas, e duplicou o número de médicos. O desenvolvimento do ensino escolar e preparação de quadros nacionais é rigorosamente seguido, já que constitui uma das premissas para o avanço do país na via de progresso social.

Nestes quatro anos muito foi feito. O povo da República de Cabo Verde está decidido a construir uma nova sociedade. Para alcançar este grande objectivo, todos os esforços são poucos.



AMERICA LATINA



BOLÍVIA

os operários definem rumos

No seu V Congresso, a poderosa Central Operária da Bolívia adapta a sua estratégia à nova etapa política que se abre no país e constitui-se no pilar fundamental do futuro governo de raiz popular eleito democraticamente.

Renato Andrade

A realização do V Congresso Nacional da Central Operária Boliviana (COB) na primeira semana de Maio, marcou o ponto mais alto do actual processo democratizador e de organização classista do movimento operário e popular boliviano.

Dentro da acumulação de conquistas populares que a nova situação política na Bolívia vai configurando, este Congresso e a consequente reorganização do movimento operário é tão importante como a criação da "União Democrática Popular", coligação

que obteve a maioria nas eleições gerais de 1 de Julho último. Ambas são partes de um mesmo processo de maturação das massas populares.

Enquanto a UDP abre caminhos políticos imprescindíveis nas estruturas de governo e do poder estatal,

Declaração Política do V Congresso da COB

A despeito do seu poderio bélico e da agressão descarada que empregam, o imperialismo e as suas ditaduras sofreram humilhantes derrotas no Vietnã, Angola, Moçambique, Etiópia, Cambodja, povos que sacudindo as suas cadeias, empreendem o caminho da libertação nacional, rumo ao socialismo. Porém, a consolidação da independência nacional só pode culminar no socialismo sob a direcção da classe operária(...)

Durante o governo de Torres, patriótico e anti-imperialista, organiza-se a Assembleia do Povo, como gérmen do poder das massas, na sua luta contra o imperialismo e a oligarquia. Alguns sectores denominados de esquerda não souberam perceber devidamente nesse momento que o objectivo principal do povo não era derrubar Torres e estabelecer um governo operário, mas sim aglutinar forças para impedir o golpe fascista(...)

O objectivo estratégico da classe operária é a conquista do socialismo, único sistema económico e social que resolve a secular exploração do homem pelo homem, a desigualdade de classe e a opressão política que caracteriza o regime burguês capitalista(...)

O socialismo não é possível à margem da luta sem trégua contra a opressão imperialista, ou seja, sem conquistar a soberania económica e política do país. Desta realidade surgem as tarefas principais e a linha de acção imediatas do movimento operário na presente situação nacional(...)

Os perigos que enfrenta a classe operária são dois: a) o golpe fascista, que pretende por tempo ao processo democrático e b) a instalação de um governo pró-imperialista por via eleitoral. Ante estes riscos, a classe operária e o povo devem mobilizar-se para aprofundar a brecha democrática, reabrir o processo anti-imperialista e libertador rumo ao socialismo. Tal mobilização deve realizar-se garantindo a independência política, orgânica e ideológica do proletariado.

O proletariado tem o dever de continuar a sua luta juntamente com os camponeses, os universitários, as camadas médias das cidades, os intelectuais progressistas e revolucionários, os sacerdotes comprometidos com o povo, os militares progressistas, etc..., na grande batalha contra o fascismo, a direita conservadora e o imperialismo, pela democracia, pela libertação nacional e a justiça social(...)

A independência sindical que, na prática, se expressa através da adopção de uma posição ideológica, orgânica e política livre da influência do regime burguês e dos seus inimigos de classe, é também o instrumento que lhe permite combater as tentativas de colocar o movimento sindical sob a esfera de um determinado partido.

A democracia sindical é um princípio irrenunciável do nosso movimento, a sua aplicação a todos os níveis torna possível a prática salutar e renovadora da crítica e autocritica, a aprovação das grandes decisões na base da participação de todos os trabalhadores, aplicando a vontade da maioria e respeitando a opinião da minoria procurando o seu consenso. Ela permite aos trabalhadores vigiar a conduta dos seus dirigentes, seleccionar os seus quadros mais esclarecidos e resguardá-los dos desvencionismos e da corrupção.

a COB vai dando as bases para uma incorporação maciça do povo trabalhador ao processo de mudanças.

A classe operária e os seus aliados, no contexto da actual abertura política, poderão ir definindo as bases e orientações de um futuro governo popular e revolucionário. E tudo indica que é nessa direcção que se dirige o actual momento político da Bolívia.

POLÍTICA E SINDICATOS

A acção política e os sindicatos caminham indissociavelmente unidos. Assim o mostra a moderna história deste país, desde a Guerra do Chaco na década de 30 (1). Política e sindicatos amalgamaram aquilo que se denominou o "co-governo MNR-COB" nos primeiros anos da revolução de Abril de 1952 (2). E foi também uma aliança entre grupos políticos e sindicatos nesta década que esteve na origem da experiência de poder popular durante o curto governo do general Juan J. Torres.

Na Bolívia não existem grandes partidos da classe operária que tenham a papel preponderante na vida e estrutura política. Por outro lado, a debilidade congénita da burguesia determinou uma organização estatal e jurídica débil e atrasada. Tudo isto dá aos sindicatos e à sua estrutura centralizada, a COB, um papel preponderante na vida política do país.

O IV CONGRESSO

Foi nos primeiros meses do governo nacionalista militar do general Alfredo

Ovando, em Maio de 1970, que se realizou o IV Congresso da C.O.B. Politicamente esta reunião teve o significado de definir — tal como o havia feito a famosa tese de Pulacayo⁽³⁾, aprovada pelo II Congresso da Federação de Mineiros em 1946, — uma concepção e objectivos de classe verdadeiramente revolucionários, apontando para o socialismo o movimento operário boliviano.

A condução do MNR, no entanto, caiu sob as pressões dos Estados Unidos e por fim, em 1964, surgiu o golpe militar reaccionário do general René Barrientos.

No entanto, a grande maioria dos trinta e três membros do principal corpo executivo da COB eleitos nesse IV Congresso pertenciam ao MNR de Paz Estenssoro e inclusive à Falange Socialista Boliviana, os dois partidos que colaboraram directamente com o então coronel Hugo Banzer no governo reaccionário e anti-operário que este instaurou ao derrubar o general Torres em 1971.

DISCUSSÕES PRELIMINARES

Todos estes antecedentes explicam a importância das discussões no seio do V Congresso. Para muitos observadores desprevenidos, não tinha explicação o facto dos setecentos e cinquenta delegados titulares e os quinhentos suplentes ou adstritos se “entretivessem” numa longa e apaixonada discussão sobre o informe da Comissão de Poderes. Foram quatro dias intensos com momentos de azedas discussões onde se culpabilizaram “os colabo-

racionistas” da ditadura de Banzer⁽⁴⁾. E aí ficou claro a razão pela qual da velha direcção “cobista” apenas sobreviveram à borrasca política quatro dos seus dirigentes. Entre estes, dois pertenciam ao PC pró-chinês (agora aliado de Paz Estenssoro) e faziam todo o possível para sabotar a realização deste V Congresso. Pretendiam reabilitar a gestão dos “coordenadores”, que em número de quinze se apresentaram como delegados ao Congresso. Os ex-“coordenadores” foram apoiados por mais de cinquenta delegados da organização camponesa pró-chinesa que exercia a repre-

sentação em exclusividade dentro da COB do movimento camponês boliviano.

Nessa discussão prévia, o Congresso ameaçou dividir-se. Houve provocações e todo o tipo de agressões. Mas finalmente o plenário do V Congresso condenou os “coordenadores-colaboradores” de Banzer e aprovou o informe da Comissão de Poderes, que incluía na representação camponesa o Movimento Tupak Katari de Genaro Flores e outros sectores que não comungam das ideias dos pró-chineses. Ante esta resolução, os delegados que defendiam a Aliança do MNR de Paz Estenssoro e os pró-

Plataforma de luta

1. Pelo aumento de soldos e salários para enfrentar o elevado custo de vida. Luta pela estabilidade dos preços dos alimentos, vestuário, serviços públicos, habitação e educação.
2. Novas fontes de trabalho ante o crescente desemprego e rejeição de qualquer forma de despedimento.
3. Revogação das leis fascistas que vulneram o foro sindical, o direito de greve, os convénios com a OIT e a actividade sindical.
4. Defesa de todos os nossos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Defesa dos recursos da flora e fauna nacionais.
5. Defesa e fortalecimento das empresas estatais: COMIBOL, YPFB, CBF, ENFE, etc., rejeição de todo e qualquer intento de privatização aberta ou a encoberto.
6. Nacionalização das empresas da média indústria mineira ligadas ao capital imperialista, da Banca estrangeira, e do Comércio Externo.
7. Plenô restabelecimento da autonomia universitária e fortalecimento económico das universidades. Formação profissional identificada com a realidade nacional, educação científica, popular, nacional, democrática e anti-imperialista.
8. Retirada de todas as forças militares das minas e zonas rurais.
9. Identificação com os camponeses na sua luta contra os remanescentes do pacto militar-camponês. Apoio aos seus esforços por estruturar a sua unidade numa só organização sindical filiada na COB. Robustecimento da unidade operário-camponesa como forças motrizes da revolução. Luta pela assistência económica, técnica e preços justos para os seus produtos. Luta para impedir o renascimento do latifúndio, contra a apropriação de terras pelos ex-latifundiários. Abolição das médias propriedades.

-chineses, que pensavam utilizar o peso conservador dos seus militantes camponeses para influir no curso do Congresso, ao verem frustrados os seus planos, abandonaram a reunião. Inicia-se então o V Congresso, que dedicou a totalidade das suas energias criadoras à discussão da ordem de trabalhos.

AS DELIBERAÇÕES CENTRAIS

Cada comissão (política, económica, social, cultural e de organização e disciplina) foi como que um congresso em pequeno, tanto pelo número dos que as in-

tegravam, como pelo nível e preocupação posta nas discussões. Na comissão política manifestaram-se três correntes. Uma, a maioritária, que representava os dirigentes operários que defendiam a orientação política da UDP, corrente esta em que se destacava, quer pelo seu peso numérico quer pela preparação dos seus quadros, os militantes do Partido Comunista da Bolívia; os do Movimento de Esquerda Revolucionária, bem como de outros grupos "udepistas" que no seu conjunto contavam com muitos delegados. Mas não se pode afirmar que tivessem exer-

cido uma influência ideológica.

Na extrema esquerda, encontravam-se os remanescentes do velho trotskismo, que reiteraram a sua argumentação de "socialismo ou nada", reivindicando uma política maximalista que excluía qualquer aliança táctica com outros sectores sociais não operários na luta pelos direitos democráticos.

No centro do espectro político apareceu uma tendência que se caracteriza a si mesma como "a terceira posição". Esta, de escassa representatividade, reivindicou preservar a Central Operária e o sindicalismo numa concepção apartidária, e portanto afastada de toda a confrontação político-eleitoral. A sua ideologia e os seus propósitos, bem intencionada no que respeita a manter a unidade orgânica do movimento operário, reflecte, no entanto, uma abstracção ascéptica que cerceia os trabalhadores de intervir na luta pelo controle do aparelho do Estado. Poder-se-ia caracterizá-la como um anarquismo renovado, que deixa a luta política ao arbítrio das correntes burguesas.

Habilmente, a facção da UDP levou a discussão sobre se se mantinha ou revia a tese socialista de 1970, propondo ela a sua ratificação. A discussão centrou-se então num texto de Declaração Política apresentada pela Federação de Mineiros. Nela se faz um balanço dos sete anos de ditadura banzerista e se aborda a actual conjuntura (ver caixa).

Enquanto a Tese de 1970 faz uma caracterização histórica da luta de classes, centrando a sua ar-

10. Estabelecimento de uma política externa independente, de respeito mútuo, zela autodeterminação dos povos. Delineamento de uma conta patriótica para a solução da nossa mediterraneidade e reivindicação marítima da nossa pátria.

11. Denúncia e repúdio de todos os planos para o estabelecimento de um enclave racista na nossa pátria através da imigração de colonos da África do Sul e da Rodésia.

12. Defesa dos preços do estanho das manipulações dos monopólios consumidores e do imperialismo norte-americano. Defesa de preços justos para o gás, o açúcar e as exportações não tradicionais.

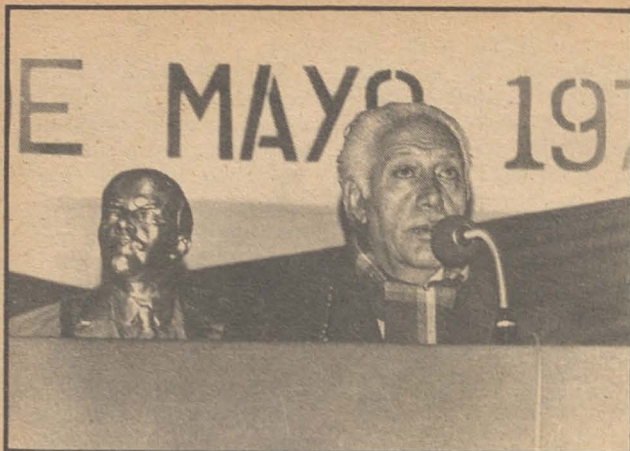
13. Luta contra os intentos de descarregar os efeitos da crise económica causada pelo banzerismo nas costas do povo. Luta pela suspensão das importações sumptuárias para evitar a fuga de divisas e pela sua utilização nos sectores reprodutivos. Controle de câmbios para evitar o contrabando.

14. Fortalecimento da Central Obrera Boliviana (COB), da democracia e independência sindical. Combate a toda a intromissão sindical amarela como a ORIT, CIOLS, LADSL, etc.

15. Prática militante do internacionalismo proletário com todos os trabalhadores do mundo, especialmente com os latino-americanos, na luta comum para construir os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

La Paz, Maio de 79.

Assinaturas: Juan Lechín, Presidente do V Congresso; Luis López e Gonzalo Guzmán, Vice-Presidente; Nilo Soruco, Oscar Sanjinés, Oscar Peña Franco, Felix Lacunza, Secretários; Juvenal Castro e Raul Omereis, Vogais.



Juan Lechin, Secretário Executivo da COB, reeleito pela 5.ª vez consecutiva, dirige os trabalhos do V Congresso



Genaro Flores dirige-se ao plenário em nome do Movimento Camponês Tupac Katari. Veio a ser eleito membro do Comité Executivo da COB

Simón Reyes, mineiro, dirigente do PCB, candidato a deputado pela UDP, actual Secretário de Relações Internacionais da COB



gumentação de que a única solução para os problemas de uma sociedade atrasada está no socialismo, a Declaração Política aborda o momento presente, no que poderíamos denominar a tática do movimento operário.

Argumentou-se na discussão que se pretende submeter o movimento sindical às perspectivas de um colaboracionismo com o futuro governo nacionalista — seja da UDP ou de um pacto de ambos os MNR, — o de Siles Zuazo e o de Paz Estenssoro.

Na verdade, tal risco existe. Para impedi-lo, isso depende em grande medida que a tática esboçada na Declaração não signifique submeter ou subordinar a estratégia socialista tanto da Tese de 1970 como do programa aprovado na Plataforma de Luta. O sentido e a capacidade política da direcção, e uma vida política democrática no interior do movimento sindical, que permita que as bases militantes da classe operária possam fazer-se ouvir, e, em última instância, decidir, serão a garantia de que os objectivos históricos socialistas e revolucionários não serão postergados.

No plano das reivindicações económico-sociais, o Congresso decidiu a luta por um **salário mínimo vital**, a escala móvel de salários, a cogestão nas empresas estatais e o controle operário em empresas privadas.

Além disso, a Plataforma de Luta da Declaração Política compreende pontos programáticos como sejam “a nacionalização das empresas mineiras ligadas ao capital imperialista, da banca estrangeira e do comércio externo”.

A NOVA DIRECÇÃO

Ao cabo de uma semana de intensas discussões, o Congresso elegeu a sua nova direcção. Desta vez, corrigindo os erros do IV Congresso, foi respeitado a proporcionalidade na composição do órgão dirigente que os estatutos estabelecem.

Assim, com um critério ideológico qualitativo, a maioria passa a pertencer ao proletariado, com cerca de 60 por cento. Dos trinta

e três postos dirigentes, dezoito são para as organizações sindicais do proletariado, onze para as de origem da classe média e quatro para os sectores camponeses.

Pela sua própria composição política, é a UDP quem detém o controle da maioria destes trinta e três novos dirigentes. E em geral o conjunto da direcção responde em sua ideologia às correntes marxistas ou às denominadas como "esquerda nacional".

Ao mesmo tempo, e por unanimidade, o Congresso voltou a eleger no posto mais elevado de Secretário Executivo Juan Lechín, que vem exercendo o cargo há cerca de 27 anos, ao longo dos cinco Congressos realizados pela Central Operária. A sua reeleição, na realidade, corresponde ao novo papel que Lechín procurou para si. Afastado agora dos seus amigos "movimentistas" e dos pró-chineses, e de certa maneira afastado da actividade partidária prática (5), Lechín foi neste Congresso um factor de equilíbrio entre as diferentes correntes políticas. E ao mesmo tempo que a sua figura emerge como um símbolo semilendário do movimento operário boliviano, ele já não tem, na presente direcção, nem o peso orgânico nem a capacidade de decisão pessoal que caracterizaram a sua actuação no passado.

UM INSTRUMENTO REVOLUCIONÁRIO

Há que assinalar, para uma melhor compreensão do que significa a COB na Bolívia, que neste organismo centralizador das mas-



Em cima: dirigentes da Confederação da Imprensa participam das deliberações do Congresso. E os delegados da rádio mineira



Domitilia Chungara, mulher mineira, segue atentamente os debates

sas se encontram todos os sectores sociais do país. Desde os mineiros aos camponeses; dos operários fabris aos pequenos comerciantes; desde os empregados aos estudantes universitários; desde os artistas aos homens da literatura; desde as donas de casa aos inquilinos.

Praticamente os 100 por cento da população traba-

lhadora boliviana-se organiza e reconhece como sua a direcção político-sindical, a Central Operária. Além disso, um fenómeno pouco comum no movimento operário latino-americano e mesmo mundial, na Bolívia existe um só sindicato por empresa, uma só federação por ramo laboral, uma só confederação nacional. Todos os intentos em dividir,



Os operários e trabalhadores bolivianos mostram a sua força e organização nas ruas de La Paz

esmagar ou criar sindicatos paralelos fracassaram rotundamente.

Se bem que se possa dizer, se a compararmos com outras centrais operárias do continente — como por exemplo a CNT do Uruguai ou a CUT do Chile, — que a COB ainda sofre de carencias organizativas — só existem as Centrais Operárias Departamentais, segundo a divisão política do país, — é evidente que este carácter de organismo centralizador único lhe confere uma força socio-política imensa. Daí, pois, a sua força e o papel político que tem desempenhado, e que sem dúvida continuará a jogar na Bolívia.

A partir do próximo dia 6 de Agosto, com o juramento do novo presidente constitucional, abre-se na Bolívia uma nova etapa histórica. Na medida em que a classe operária e os seus dirigentes se sintam e actuem como parte desta nova etapa, como objectos e prota-

gonistas da História, é evidente que a COB deverá jogar um papel preponderante na nova experiência política em que entra a Bolívia.

(1) Guerra entre a Bolívia e o Paraguai de 1932-1933, instrumentalizada pela Standard Oil e a Royal Dutch Petroleum Co., na disputa pelos jazigos petrolíferos existentes na região. A guerra custou a ambos os países mais de cem mil mortos. Pela primeira vez, porém, as grandes massas camponesas bolivianas sentiram-se protagonistas da história do país. O conflito viria a provocar entre os intelectuais mais lúcidos e progressistas um movimento renovador que desembocou na revolução de 1952.

(2) O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que liderou a revolução de 1952 encontra-se actualmente dividido em dois grandes blocos: o MNR de esquerda, conduzido por Siles Zuazo e o MNR "histórico" de Paz Estenssoro.

(3) Tese política inspirada

na concepção da "Revolução Permanente" e no programa de Transição da IV Internacional, fundada por León Trotsky em 1938. Em seus enunciados programáticos constituiu-se na bandeira de luta do movimento operário contra a oligarquia latifundiária e os grandes senhores que monopolizavam a exploração das minas de estanho. Sobre essas bases ideológicas foi constituída a Central Obrera Boliviana, a 17 de Abril de 1952, uma semana depois do triunfo da revolução desse ano.

(4) "Coordinadores", nome que se dá aos dirigentes sindicais designados pelo governo de Banzer e que participaram de negociações e privilégios que a ditadura lhes concedeu.

(5) Lechín, separou-se do MNR em princípios da década de 60 formando o Partido Revolucionário de la Izquierda Nacional (PRIN). O PRIN foi-se desagregando até perder peso e influência no movimento operário e nas lutas políticas. Para as eleições do 1.º de Julho, Lechín, a título pessoal, declarou apoiar o Partido Socialista de Marcelo Quiroga Santa Cruz.

ARGENTINA a oposição partidária moderada



Lentamente, as forças partidárias recuperam um espaço e começam a manifestar-se, embora com moderação. Os militares ganham tempo e não conseguem formular propostas concretas.

Jorge Luis Bernetti

APÓS três anos de governo da Junta Militar estabelecido com a ruptura da ordem constitucional em 24 de Março

de 1976, a realidade político-partidária argentina manifesta-se num processo de lenta recomposição crítica. Essa recomposição pro-

duz-se no contexto de uma recuperação notória do movimento operário. A greve geral de 27 de Abril passado demonstrou-o. A

reconstituição das forças realiza-se com a ausência quase total daquelas organizações da esquerda peronista e não-peronista que foram um sector protagonista do processo prévio e posterior ao governo justicialista, entre 1973 e 1976.

É necessário recordar a peculiar disposição com que as forças partidárias maioritárias se alinham frente ao chamado "processo de reorganização nacional", para distinguir a especificidade da ditadura militar argentina no contexto das suas primas-irmãs do Cone Sul da América Latina.

Com sensível diferença da esquerda do Chile ou da esquerda e do sector maioritário do Partido Nacional do Uruguai, estas forças não se expressam como opositoras globais ao governo militar. Desde o golpe militar, tanto o peronismo derrubado, como a segunda força nacional, a União Cívica Radical, o Partido Comunista, os diversos socialistas, as variantes democrata-cristãs, o Partido Intransigente, caracterizaram o regime militar como inevitável. Isto, tanto pelo funcionamento do governo peronista de Isabel Martínez de Perón, em grave deterioração, quanto pela actuação da guerrilha urbana e rural, peronista e não-peronista, à qual estas forças se opuseram com vigor. Estê facto explica porque as suas principais figuras não se encontram no exílio, como no caso do Chile e Uruguais, porque os partidos não foram formalmente dissolvidos, mas apenas "suspensos", e que o exílio argentino seja, fundamentalmente, o exílio da derro-

ta daquela guerrilha e suas frentes de massa.

REACTIVAÇÃO DOS PARTIDOS

Os partidos actuam, basicamente, com declarações públicas emitidas por *cidadãos*. Estes são, na realidade, os seus dirigentes formais e reais que opinam sobre a realidade nacional. A cada intervalo, o governo aplica, com critério que varia segundo o caso, a lei de suspensão da actividade política e prende os grandes papas das forças partidárias, para recordar-lhes a vigência do seu poder.

Apesar desta formalidade do processo, os partidos maioritários que abrangem do centro à esquerda reformista, censuram quase todos os aspectos da política oficial. Em primeiro lugar, a crítica é dirigida à política económica do ministro José Alfredo Martínez de Hoz, de orientação ultra-conservadora, com que o sector hegemónico da oligarquia agrária tenta reformular em seu proveito a estrutura capitalista dependente. Em segundo lugar, sem abandonar um alinhamento na "luta contra a subversão", de aplauso às Forças Armadas, as declarações e reuniões dos partidos insistem na necessidade de pôr fim ao estatuto repressivo dos desaparecimentos, sequestros e torturas, vigorosamente existente na Argentina do último ano, como mecanismo de resposta ao movimento popular.

A crítica à política económica e as reivindicações de término da repressão levantadas pelos partidos, respondem a um sentimento maioritário do amplo es-

pectro das camadas populares argentinas. Os partidos, além disso, reclamam a plena vigência da sua legalidade e prerrogativas, exigindo o restabelecimento pleno da actividade política, mas — nota importante, — sem reclamar um calendário eleitoral. De facto, procuram estimular o "desemboçar democrático" dirigido pelas Forças Armadas.

No período compreendido entre o final do ano de 1978, quando culminava o tenso conflito de fronteiras com o Chile, e o 27 de Abril de 1979, dia em que se produziu a primeira greve geral durante o governo militar, os partidos acentuaram a sua actividade política.

PROJECTO VIDELISTA

Até o próprio governo de Jorge Videla procurou iniciar um caminho de sondagens para medir o grau de apoio a que poderia aspirar da parte do espectro político. Nessa tarefa o governo de Videla, por meio do seu ministro do Interior, do general Albano Harguindeguy, não pôde fazer grandes descobrimentos. Apenas pequenas forças da direita, partidariamente dispersa e eleitoralmente reduzida, manifestam aspirações a formar um partido oficial. As Forças Federalistas Populares (FUFEPO), pequena coligação de pequenos partidos provinciais, que em 1973 apoiaram a candidatura direitista de Francisco Manrique à presidência, movem-se nesta direcção, junto com sectores do quase desaparecido tronco conservador. Formar ou não um partido oficial, entrar num jogo de-

mocrático ou não, constituem, também, os matizes diferenciadores da política de militares *duros* e *brandos* na estrutura do poder militar vigente.

A filosofia oficial da Junta sustentou sempre o seu apego a uma democracia formal, duradoura e restaurada, sem o peso negativo do "populismo". Na prática, o governo militar executa um projecto de poder absoluto que substitui o antigo monarca pelas Forças Armadas, como tutores da ordem capitalista dependente em vigor. Os duros, particularmente actuantes em sectores do Exército e da Força Aérea, querem, em primeiro lugar, postergar para toda a definição política, ganhar tempo.

O projecto videlista parece navegar numa variante do esquema brasileiro de dois partidos, com a quota de proscricção das actuais forças políticas e dos seus dirigentes. Na Armada, o seu ex-comandante, o almirante reformado Emilio Massera, que desenvolve uma intensa actividade política, assumiu já a tarefa de converter-se no auto-candidato do previsível MDB. Quer dizer, enquanto Videla e a sua equipa navegam no território das forças liberais direitistas, Massera trata de situar-se como "a oposição à Sua Majestade" com a busca de apoios peronistas.

O governo não formulou nenhuma definição precisa sobre o que constitui a sua "proposta política". A sua atitude parece ser a de durar o mais possível. Entretanto, as críticas do almirante Massera à política económica, situam-no cada vez mais em terrenos próximos aos das grandes forças



partidárias quanto à sua atitude crítica frente ao poder.

MANIFESTO DE NOVEMBRO

Em Novembro de 1978, precisamente no dia 19, as forças partidárias maioritárias realizaram, através de um documento público, o que foi talvez o mais forte acto declarativo de oposição desde Março de 1976. Numa declaração de 18 pontos, os dirigentes Felipe Bittel e Eloy Camus (peronistas), Vicente Solano Lima (do Partido Conservador Popular), Raul Rabanque Caballero (Partido Intransigente), Simón Lazara,

Victor Garcia Costa (Partido Socialista), José António Allende, Enrique de Vedia, Martín Dip e Francisco Cerro (Partido Democrata Cristão), Rubens Iscaro e Fernando Nadra (Partido Comunista) e Alejandro Yolina Zavalia (União do Povo Argentino), fizeram uma ampla manifestação crítica à política oficial. Estas forças compreendem as antigas coligações Frente Justicialista de Libertação (FRE-JULI), que levou Héctor Cámpora à presidência, e a Aliança Popular Revolucionária (APR).

Na declaração citada, reivindicava-se entre outros pontos: "os problemaas só-

cio-económicos e culturais não terão solução enquanto não se resolver o problema político institucional" (...). "Há que restabelecer de imediato o estado de direito, que é algo mais que a simples vigência das instituições políticas. É nem mais nem menos restabelecer o prestígio da lei como marco que condicione, *sem excepções*, a conduta de governantes e governados (...). Há que afirmar o monopólio da segurança e da ordem em mãos do Estado e sob responsabilidade concreta, pondo fim à acção de grupos que actuam à margem de todo controle legítimo (...). Deve-se proceder sem vacilações a uma revisão integral do plano económico que só mostra fracassos, a fim de transformá-lo num programa de raiz nacional e popular em benefício do povo e da Nação (...). O princípio de subsidiariedade é respeitável, mas quando não se pretende desconcentrar o poder económico das mãos do Estado para transferi-lo a umas poucas mãos privadas. Este procedimento estimula uma tendência monopolizadora com grave prejuízo para a produção nacional (...). Na Argentina o sentimento democrático é tão forte que mesmo nas crises que levam à quebra da ordem constitucional e ao aparecimento do governo de facto, a democracia — como objectivo final, — não pode deixar de ser — sem excepções, — anunciada por todos os governantes, daí que é porque, a pouco andar, a nostalgia democrática começa a tomar uma força que a torna irreversível para o futuro (...). Numa solução institucional ninguém pode estar

ausente (...). Por conseguinte, deve pensar-se num processo sem exclusões (...). Todo plano de restauração institucional — se é sério, — deve fundamentar-se inexoravelmente no sistema eleitoral que surge da Constituição. Uma coisa é atribuir às eleições um fim em si mesmas e outra subestimar este modo de consulta e de procura da verdadeira vontade política do povo. Não é democrático negar este instrumento, que nem a nível de doutrina nem de realidade, pôde ser substituído".

OUTRAS FORÇAS

Esta declaração multipartidária não contou com a assinatura da União Cívica Radical. A UCR, sob a condução do seu veterano líder Ricardo Balbin, definiu uma estratégia de não enfrentamento aberto com o governo e, sobretudo, de não fazer blocos com as outras forças partidárias, em especial o peronismo. Esta orientação moderada é questionada por um amplo sector do partido, entre os quais figuram a chamada "linha Córdoba" e os sectores orientados pelo ex-senador Luis León.

Exactamente o ritmo da *oposição moderada* (caso da multipartidária) ou do *acompanhamento crítico* (UCR de Balbin), provocou uma crise no seio da reunificada Democracia Cristã. A partir da assinatura em princípios do ano de um novo documento crítico de tom similar ao referido em Novembro de 1978, apareceu uma divisão na DC. A sua ala direita, encabeçada pelo ex-presidente do Senado, José António Allende, contestou a condução par-

tidária do ex-deputado Enrique de Vedia, subscritor do novo requisito anti-oficial. Allende criticou a unidade com o peronismo e o isolamento em relação ao radicalismo, posição duramente contestada pelo sector de Vedia. O facto sucedeu a outra disputa democrata-cristã a respeito de participar ou não do jantar de fim de ano, convocada pelo círculo de ex-legisladores, com a presença do presidente Videla. O radicalismo participou plenamente, o peronismo absteve-se, e a DC marchou dividida nessa circunstância.

É necessário destacar que as forças políticas mencionadas não realizaram, até ao momento, mais que diagnósticos de emergência sobre a situação política nacional. Para além das declarações questionadoras da carência democrática, da violação dos direitos humanos, da evidente injustiça social e posição desnationalizadora do plano económico, não se percebe, nas suas proposições, nenhum exame renovador dos seus programas que lhes permita enfrentar as novas condições sócio-económicas impostas pelo programa de Martínez de Hoz.

No peronismo, à disputa entre a "Comissão dos 25" e a "Convenção Nacional do Trabalho" (CNT), somam-se também lutas no plano político entre diversas facções partidárias referentes, sobretudo, a questões de procedimento ou ao maior ou menor ênfase posto na reivindicação de liberdade para Isabel de Perón ou na amplitude das alianças multipartidárias.

Continua a tarefa de

BIENVENIDA COMPAÑERA

ISABEL PERON



A reivindicação pela libertação de Isabel Peron divide os peronistas moderados

constituição de uma corrente social-democrata estimulada pela Internacional Socialista, tanto através da Confederação Socialista, onde se recolhem os sectores maioritários do duplamente disperso tronco partidário, e do Partido Intransigente, encabeçado por outro veterano político, Oscar Allende. Ambas as forças são frequentes participantes em todas as cimeiras internacionais da IS.

O Partido Comunista, que continua sem variações na sua posição de "apoio crítico" ao governo militar, mostra já certos efeitos do descontentamento interno frente a essa política. Esta reacção coloca-se, de maneira mais notória, em certos sectores intelectuais e artísticos estreitamente vinculados à sua linha.

Quanto às antigas formações guerrilheiras — o Exército Revolucionário do Povo/Partido Revolucionário dos Trabalhadores (ERP/PRT) e os Montoneros, que se auspiciam agora políticas de retorno à de-

mocracia, — experimentaram dissensões internas. No PRT formaram-se dois sectores: um que reivindica as práticas tradicionais do partido e o outro a incentivar políticas democráticas e frente-populistas. No Movimento Peronista Montonero (MPM) verificou-se a renúncia de Rodolfo Galimberti e Juan Gelman do seu Conselho Superior, para liderarem uma fracção constituinte do MPM autêntico. Este grupo teceu fortes críticas à actuação interna do MPM, mas não definiu uma linha claramente diferenciadora da sua prática política.

OS MILITARES

Com o retorno aos jogos táticos super-estruturais, verificam-se grandes contrastes entre os sectores militares. Enquanto o general Luciano Benjamin Menendez, comandante do poderoso Corpo III do Exército, afirma que "continua a vigília contra o marxismo" e mantém as "operações" antiguerrilheiras nos montes

da província de Tucuman, onde há mais de dois não se vê nem a sombra de um guerrilheiro, outras são as atitudes do almirante Massera. Este não descuidou de falar com exilados políticos argentinos residentes na Europa e no México.

Com respeito à incessante actuação do almirante reformado, circula uma humorística apreciação atribuída a um dirigente sindical peronista ortodoxo: "Massera tem a pinta de Gardel, mas falta-lhe a sua voz". Nos sectores do peronismo com que trabalha o ex-membro da Junta, notoriamente dirigidos pelo ex-deputado Luis Sobrino Aranda, estima-se que Massera, agora impossibilitado de decidir no topo militar, servirá como factor de oposição. O antigo chefe da Armada imagina-se a si mesmo como chefe populista. Esquece, no entanto, entre outras contas do passado, a sua responsabilidade máxima nos actos repressivos executados pela força sob o seu comando, durante cinco anos.

Com uma economia "reaquecida" (100 por cento de taxa de inflação prevista para 1979) e a "perda de respeito ao rei", que a greve de Abril pressupõe, a margem de manobra das forças políticas maioritárias argentinas aumentou. Mas não se pode esperar que a sua posição moderada de oposição se modifique no futuro imediato. Contudo, a sua própria existência constitui um obstáculo aos planos da Junta, que só poderia ser eliminado por um novo e drástico recurso à força.

cadernos do
terceiro
mundo

COLÔMBIA

o modelo uruguaio



*Num auge de lutas populares, os militares
apossam-se progressivamente do poder.
O dirigente comunista Gilberto Vieira analisa
a situação política no seu país.*

Roberto Remo

A violência política que caracteriza a história contemporânea da Colômbia desde 1948, resurgiu dramaticamente em meados de Março passado, com duros confrontos entre estudantes e policiais nas ruas de Bogotá, protestos enérgicos dos sindicatos contra as medidas de "emergência económica" decretadas pelo governo de Júlio César Turbay Ayala, uma intensificação da luta guerrilheira e crescente ac-



tução repressiva dos militares, jornalistas mortos, e milhares de presos políticos.

No momento em que os rumores de um golpe de Estado iminente se intensificavam no exterior, Cadernos do Terceiro Mundo entrevistou o Secretário-Geral do Partido Comunista Colombiano, o deputado Gilberto Vieira. Suas primeiras palavras foram sobre o "modelo" colombiano.

"Se podemos falar de "modelos", eu não diria que a perspectiva imediata da Colômbia seja a de um golpe de Estado no estilo chileno, mas sim, a aplicação do "modelo uruguaio". Isto é manifestado na crescente participação dos militares na vida política e na repressão, repressão esta onde a tortura é generalizada. Se essa tendência tem continuidade, os militares não tardarão em chegar a ser os verdadei-

ros governantes, ainda que continue nominalmente um civil no poder, tal como aconteceu no Uruguai. E isso acontece num momento em que se consolida a unidade de acção da classe operária, chega ao seu auge a luta armada dos camponeses, e, de maneira geral, se intensificam as mobilizações de massas.

Mas temos que ver que, no Uruguai, esse processo foi consequência de déca-

das de estagnação e crise económica, enquanto que na Colômbia atravessa-se um período de bonança, graças à alta do preço internacional do café...

A situação da economia só é boa para a burguesia. O alto preço do café soma-se às exportações massivas de marijuana e cocaína, que são estimadas em mil milhões de dólares anuais. A entrada clandestina de dólares no país — provenientes não só da droga, mas também do contrabando do café, — é tão grande que no mercado negro o dólar é cotado a preços mais baixos que o câmbio oficial.

Há então o desenvolvimento de uma inflação acelerada, e o custo de vida aumenta constantemente. A situação é excelente, mas apenas para a burguesia. Para o povo, agrava-se dia a dia. E isso é a base de uma intensa luta de classes.

Nela, os militares fortalecem-se no governo. E, como dizem, não tratam de dar um golpe, e sim de dominar o governo "de dentro".

O AUMENTO DA DEPENDÊNCIA

O problema de droga parece estar criando fricções entre o governo colombiano e os Estados Unidos. Qual é o estado actual dessas relações?

Turbay Ayala entre os seus partidários. Afirma-se como centrista



Há que considerar a forma particular de penetração imperialista na Colômbia. A nossa principal dependência não é devido ao investimento de capitais — que é de uns milhares de dólares, — mas sim aos empréstimos. Hoje, na Colômbia, não se pode nem pavimentar uma rua sem recorrer a créditos do exterior, que requerem a aprovação dos Estados Unidos. E esta dependência cresce cada vez mais.

Quanto à droga, não devemos esquecer que este enorme tráfico é financiado através dos Estados Unidos, onde há fortes interesses que o mantêm. É certo que Carter exigiu medidas para combatê-lo, mas o apoio que ofereceu foi mais nominal do que real. O mal tem raízes profundas. A marijuana é o cultivo que mais rende ao camponês. Na sua época, as guerrilhas comunistas tentaram combatê-la. Mas devemos reconhecer que, na realidade, esta posição era um pouco idealista.

Depois, certamente, está a enorme ostentação do comércio da droga, que é o que arrecada os verdadeiros lucros. A cocaína é trazida como pasta desde a Bolívia, e é reexportada para os Estados Unidos por mar ou pelo México. Este comércio está tão generalizado que recentemente

te um barco de nome "Glória" foi participar de uma regata nos Estados Unidos, e encontraram-no carregado de marijuana.

PGUCAS MUDANÇAS

Voltando à situação política, o governo de Turbay Ayala é o primeiro a constituir-se depois de terminado o pacto que permitia liberais e conservadores alternarem-se no poder e participarem no gabinete. Que mudanças concretas significou isto?

Na prática poucos. O Partido Conservador continua colaborando com o governo, e Turbay deu-lhes pastas ministeriais e deu igual representação às fracções conservadoras rivais, com o qual é assegurado que estes permaneçam afastados de uma conspiração golpista.

Turbay define-se centrista e o seu Ministro da Defesa, o general Camacho Leyva, é um jurista. Mas estes conhecimentos jurídicos são empregados, redigindo ele mesmo os decretos repressivos. O Estado de Sítio continua vigente — já há vinte e cinco anos, — e com ele governa-se por decreto, suspende-se as garantias constitucionais e julga-se civis em tribunais militares. Além disto, o novo Estatuto de Segurança acaba com o direito de apelo e só se pode apresentar recurso diante do mesmo tribunal que condenou.

A MURALHA LIBERAL-CONSERVADORA

Que alternativa apresenta o seu partido?

Nós propomos uma Frente Democrática cada vez mais ampla. Nas últimas eleições, apresentamo-nos aliados à pequenos grupos, e, actualmente, temos três deputados comunistas e actuamos no parlamento em aliança com o deputado Marco Montoya, da ANAPO (Aliança Nacional Popular) e do senador David Aljínés, (do Movimento Independente Liberal).

O bipartidarismo está muito arraigado na Colômbia, e liberais e conservadores, duas poderosas máquinas burocráticas, estão no poder há um século e meio. O próprio Gaitán, com toda a sua popularidade, fracassou em criar uma espécie de APRA, e teve que voltar ao Partido Liberal. A ANAPO praticamente desapareceu depois das últimas eleições, e temos tido

nas décadas recentes, pelo menos dez partidos socialistas. Assim, o Partido Comunista é o único que se tem mantido através dos anos, tentando romper a muralha liberal-conservadora.

Actualmente estamos constituindo uma frente contra o Estatuto de Segurança, no qual se incluem personalidades liberais e conservadores, e também o grupo que dirige a revista "Alternativa".

Qual é a actuação dos sectores como o da Igreja, dos estudantes e, em especial, dos trabalhadores?

Na Igreja há um clero democrático e inclusive revolucionário. Na Universidade temos um grupo de estudantes muito activo, ainda que com frequentes inclinações ao anarquismo. A Universidade é fechada duas vezes por ano e, indirectamente, isto fortalece as universidades privadas.

Quanto aos trabalhadores, a nossa meta é a unidade de acção da classe operária. O inimigo já tinha dividido o movimento operário desde o começo da guerra fria. A partir da morte de Gaitán, em 1948, o operariado atravessou um período muito difícil, com ditaduras incrivelmente sanguinárias. O nosso partido foi ilegalizado e estive dez anos na clandestinidade. Nessa etapa, o partido cresceu no interior, entre os camponeses, mas na cidade o movimento operário foi esmagado.

Actualmente há quatro centrais sindicais na Colômbia, a UTC, a CSTC, a CTC e a CGT. A UTC, União de Trabalhadores da Colômbia é a mais forte, mas devido à sua orientação pró-patronal, o Partido viu-se obrigado a estimular a criação de uma central sindical, a Confederação Sindical de Trabalhadores da Colômbia, CSTC, como base para a unidade de acção. A Central de Trabalhadores da Colômbia é controlada directamente pela embaixada norte-americana, e está muito desprestigiada. Finalmente, a Confederação Geral do Trabalho, CGT, é de orientação democrata-cristã.

Em 1977 criou-se o Conselho Nacional Sindical, que coordena as quatro centrais e coordenou greves gerais. A tentativa divisionista de Turbay Ayala fracassou e a unidade de acção fortalece-se dia a dia nas bases.

BRASIL

o que é a oposição sindical?



*Uma entrevista com Manuel da Conceição,
dirigente das lutas camponesas no Norte do
Brasil. O combativo militante fala-nos sobre
a organização dos trabalhadores e das suas
perspectivas.*

DIRIGENTE das lutas camponesas no Estado do Maranhão, Manuel da Conceição vive actualmente exilado na Suíça. Recentemente, como membro do Comitê Internacional de Apoio à Oposição Sindical, participou na organização do Primeiro Encontro Internacional dessa organização brasileira, em Bruxelas, entre os dias 30 e 31 de Março e o 1.º de Abril, por ocasião do 15.º aniversário do golpe militar no Brasil. Foi em Genebra que concedeu aos *Cadernos do Terceiro Mundo* a presente entrevista.

Como surgiu a Oposição Sindical, e como se organizou até chegar ao que hoje é?

A Oposição Sindical surgiu no Brasil antes de 1968, como fruto do trabalho dos militantes operários que provinham de diferentes experiências políticas dentro da esquerda, ou do trabalho feito pela Igreja brasileira nas comunidades de base, pastorais operárias, principalmente em São Paulo.

Essa oposição far-se-ia sentir no período das eleições, na luta contra os "pelegos" (1), mas sem um programa claro que conduzisse a luta do derrube da estrutura sindical vigente no país.

Na verdade, a Oposição Sindical vivia em uma espécie de semiclandestinidad até 1968. A primeira oposição que chegou ao poder foi a do sector metalúrgico de Osasco, São Paulo, com o companheiro José Ibrahim à sua frente. A experiência de Osasco, apesar dos erros cometidos na condução da luta, foi muito proveitosa. Não teve condições de se manter no poder, porque mesmo sendo um novo grupo sindical, estava submetido à estrutura sindical nacional, criando dessa maneira, contradições muito radicais.

A greve de Osasco de 1968, conduzida por essa nova direcção, foi duramente reprimida, vários companheiros foram detidos, e outros entraram na clandestinidade. Desta experiência fracassada, ficaram no entanto muitos aspectos positivos, como o caso das Comissões de Fábricas.

A celebração do 1.º de Maio de 1978, realiza-se em São Paulo, com a participação de dezoito oposições de base. A partir daí, surge a *Lista 3* com o companheiro Zé Pedro, nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e a *Lista 2* em Osasco.

Perdemos as duas eleições, não por falta de clareza dos companheiros, mas devi-

do à máquina sindical existente, ao aparato repressivo e ao apoio que o "pelego" tem do governo e também de outros sectores da classe dominante, a quem não interessa, de maneira alguma, que uma autêntica oposição chegue ao poder. Apareceram campanhas denunciando a Oposição como comunista, terrorista, e utilizaram além disso a fraude e a violação das urnas.

OS ANTECEDENTES

Estas Listas de que faleste, que propostas diferentes apresentavam em relação às outras?

A Lista que está actualmente na Direcção do Sindicato, embora levantasse algumas das reivindicações dos operários, nunca propôs a greve como forma de solução. A palavra de ordem de greve foi levantada, para os problemas salariais, pela Oposição no seu programa, no 1.º de Maio, em todas as campanhas eleitorais, e é claro, nos Sindicatos.

Temos que reconhecer que ainda não existiam condições para encetarmos claramente a luta política contra a ditadura.

Foi logo depois do 1.º de Maio de 1978 que, pela primeira vez, foram levantadas as reivindicações dos trabalhadores, juntamente com a luta pela amnistia e outras que já existiam no Brasil.

A Oposição, ainda hoje, é composta de várias tendências políticas. Não se pode dizer que haja uma Oposição fechada em torno de uma concepção única. Levará tempo para que essa unidade seja alcançada no Brasil. O que podemos dizer, é que existe um núcleo em torno do qual nos unimos. Núcleo este que questiona a estrutura sindical ali presente, que defende a sua desvinculação do Estado, a autonomia sindical enfim, e os sindicatos construídos dentro das empresas, através de Comissões de Fábrica, delegados eleitos pelos operários através das ditas comissões. Esta é a Oposição independente que reconhecemos. E esta é a Oposição que já é maioritária tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Actualmente, temos a preocupação de criar no Brasil um pequeno gabinete em São Paulo, grupo este composto por operários, juristas, intelectuais comprometidos com os trabalhadores não só em teoria, mas principalmente na prática. Pretendemos que este gabinete seja um pon-

to de referência que nos permita tomar contacto com todas as oposições do Estado de São Paulo, e também de todo o Brasil. Mas não somente contactar essas oposições, mas também tentar a realização de um congresso, talvez no começo do próximo ano. Já se realizou o Congresso da Oposição Sindical de São Paulo, onde foi definido o seu programa de trabalho e a sua luta.

Este Congresso serviu para unificar algumas das correntes?

Houve dificuldades. Algumas tendências queriam realmente a unificação; outras não. Nesse Congresso estiveram representadas doze correntes de opinião. Saíram três e ficaram nove unidas em torno de uma bandeira política e organizativa comum. A Oposição de Osasco também se dividiu, ficando um sector maioritário independente, liderado pelo companheiro Zé Pedro. Em Minas Gerais, onde já existe um centro cultural organizado pelos operários e que conta com o apoio de alguns sectores da Igreja, a Oposição independente que luta pela autonomia é também maioritária.

O TRABALHO NO EXÍLIO NÃO SE DESVINCULA DA PÁTRIA

Qual é a situação da Oposição Sindical no exterior?

Já estavam no exterior alguns companheiros como o José Ibrahim, que foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, e que já voltou para a nossa terra; Rolando Fratti, antigo militante operário que foi presidente do Sindicato da Construção Civil de São Paulo, e que vive em Itália; José Barbosa, militante metalúrgico do ABC (2) de São Paulo, hoje na Suíça; Luís Cardoso, metalúrgico de Osasco, eu, e outros companheiros.

O interessante, é que poucos desses companheiros se conheciam antes. Quase todos se encontraram no exterior. Cada um deles fazia o seu trabalho político no país onde vivia. Com o tempo, tivemos informações sobre esses companheiros, e começamos a procurá-los. Apesar das dificuldades, nossas discussões, com o tempo, foram avançando, conhecemo-nos melhor na prática, no trabalho, nos compromissos e nos interesses de cada um.

Hoje somos um grupo organizado de sete companheiros. Temos uma comissão

executiva da qual faço parte, e um Gabinete, do qual fazem parte todos os outros.

Trabalhamos coordenadamente, com reuniões periódicas, onde discutimos o que devemos fazer e o que já fizemos. A nossa política no exterior está vinculada ao Brasil. Não nos filiamos nem nos aliamos a nenhuma corrente sindical. Procurando o diálogo e a solidariedade entre todos. Já temos contactos com centrais sindicais, sindicatos, e grupos comunitários democráticos de vários países. O nosso trabalho cresce pouco a pouco. Creio que a tendência do trabalho no exterior, é crescer na medida em que cresce a luta no Brasil.

O PROGRAMA DA OPOSIÇÃO SINDICAL

Quais são os pontos fundamentais do programa da Oposição Sindical?

Ao lutarmos pelas liberdades democráticas no Brasil, rompemos a estrutura sindical verticalista presa ao Ministério do Trabalho e ao Estado. Esta é a principal questão política neste momento para nós.

Qual é o problema dessa estrutura?

Consideramo-la subordinada ao Estado, porque a instância superior do Sindicato é o Ministério do Trabalho, que é quem dá a última palavra, e geralmente contra os operários. De nada vale fundar um sindicato reconhecido pelos trabalhadores, se o Ministério do Trabalho não o reconhece. Para o governo ele não existe, é um fantasma. E consideramos a estrutura verticalista, porque cada categoria tem o seu sindicato de base, a sua federação e a sua confederação, mas não se discute horizontalmente.

É simplesmente proibido um metalúrgico discutir os seus problemas de salário com um operário da construção civil. Se quiserem fazê-lo, deverão procurar o Ministério do Trabalho ou a sua Federação.

Estamos lutando para que os companheiros, os sindicatos, os comités de base e as comissões de fábrica possam discutir entre si.

Qualquer categoria assalariada, que tenha problemas, e que esteja a lutar contra a mesma empresa, pode discutir entre si. Porque um mesmo patrão pode ter várias empresas, pode haver uma empresa



Manoel da Conceição entre José Ibrahim (de barbas) e Rolando Fratti.

de produção de carros e essa mesma empresa produzir gelados. Isso acontece muito no Brasil. Então, os que fazem gelados e os que fabricam carros, não podem discutir entre si, para ver de que maneira podem combater esse patrão.

E qual é a estrutura sindical que permitiria isso?

Creio que o sindicato deve manter-se ao nível das bases, dentro das suas categorias profissionais. Lutamos pelo direito de coordenar as acções contra o conjunto dos patrões, a partir das bases. Assim, teríamos assembleias interfábricas, intermunicipais, inter-regionais, e interestaduais.

ALTERNATIVA?

A Oposição Sindical propõe-se a oferecer uma alternativa aos sindicatos que são controlados pelos "pelegos", ou ainda não?

Acreditamos que a estrutura sindical pela qual batalhamos não é a mesma que existe, que é muito diferente. A estrutura existente permite tudo dentro dela, todo o tipo de burocracia, só não permitindo que os operários lutem. O que aspiramos não permitirá as manipulações, os ma-

nobristas, a ditadura, o centralismo de uma só pessoa contra todo o resto, sem discussão nas bases. Isso não pode mais acontecer... No nosso ponto de vista, os "pelegos" são o resultado dessa estrutura. O "peleguismo" só poderá acabar quando a sua estrutura desaparecer.

Nós lutamos também contra o imposto sindical.

Porquê?

Porque, da maneira que existe, permite que o "pelego" fique com gigantescas somas de dinheiro para usar, tanto em seu próprio benefício, como para criar ao seu redor um cinturão de assistentes que serve para o fortalecimento de uma aristocracia que só vai ao sindicato para receber assistência, nada mais do que isso. Então ele cria a sua própria *mafia*, que o fortalece, enquanto milhões de outros trabalhadores perdem a sua representatividade. Isso tem que acabar.

E como sobrevirá o sindicalismo sem esse imposto?

Creio que o sindicalismo deve ter uma mentalidade desassociada, para que não caia nas mãos do Estado. Que o sindicato seja o seu próprio administrador, e que a direcção eleita controle o dinheiro dos períodos em que não haja assembleias. E em todas as assembleias gerais, as direcções prestarão conta de todo o dinheiro que entrou, do que foi gasto, e do que resta.

Pagar a mensalidade, é uma questão de consciência, e não uma coisa que deva ser obrigada por lei. Para pagar o imposto o operário não necessita hoje ser sindicalizado; basta somente ser trabalhador. O patrão faz os descontos, porque é obrigatório.

O operário deve pagar o imposto de acordo com a sua aceitação de que se é correcto ou não, se lhe serve ou não. Esta é uma das formas da participação do operário na vida sindical.

O APOIO DOS INTELECTUAIS

No encontro de Bruxelas, havia muitos companheiros que não eram operários, que participaram, assistiram, e até mesmo debateram os pontos abordados. E isso leva-nos à seguinte pergunta: como vêm os companheiros da Oposição Sindical, a

colaboração de outros sectores sociais, que não são operários?

Esta é uma questão que estamos a discutir bastante entre nós.

No início, como o trabalhador do campo e da cidade era uma minoria escolhida de uma maneira bastante manobrada, não tinha força suficiente para impôr determinadas questões políticas, ou mesmo de discuti-las. Não éramos muito ouvidos.

Antes, éramos procurados pelos intelectuais para emprendermos uma tarefa comum. Hoje, não. Hoje somos nós que procuramos os companheiros intelectuais para trabalhar connosco, para que possam ser uma base de apoio ao nosso trabalho, de assessoria a todos os níveis.

Que tipo de trabalho nos podem oferecer? Investigações, por exemplo, sobre como se articulam as multinacionais no Mundo e por países. Para nós, é importantíssimo conhecer isso, porque necessitamos que o nosso trabalhador tenha uma nova concepção do movimento operário.

Até há poucos anos, até 1970, se me perguntavam sobre a situação do Brasil, dos trabalhadores, da política em geral, eu sabia pouco. Mas se me perguntavam como havia sido a Revolução Cubana, eu sabia contá-la toda... Sabia a da União Soviética e a da China, mais ou menos.

Creio que os companheiros intelectuais podem dar um contributo muito grande, uma cooperação muito grande nessas questões, porque o futuro político será exactamente desses sectores que se venceram de que não são a vanguarda do movimento, que a vanguarda vai sair das bases do movimento operário. E que vai ter que organizar-se e identificar-se dentro do movimento.

Quer dizer que vocês defendem as alianças com os diferentes sectores, mesmo que não sejam operários, mas que tenham como objectivo a unificação da luta e uma identidade relativa em torno de determinados objectivos?

Na minha opinião, existem vários tipos de alianças. Em primeiro lugar, temos no Brasil um mundo de gente que se opõe ao actual regime. Uns querem lutar, estritamente, por uma democracia relativa. Outros querem ir mais longe, para uma democracia mais ampla, com participação popular. Outros querem ir ainda mais longe, derrubar o capitalismo.

Nestes termos, defendo o seguinte: até



que ponto vou aprofundar o meu trabalho, minha relação com as pessoas e os grupos de acordo, a partir das suas perspectivas. Posso, por exemplo, participar em um acto contra a ditadura no Brasil com a participação de todos. Posso escolher trabalhar de modo esporádico, ajudando os companheiros que aspiram a uma democracia popular. Posso ter uma relação mais profunda com os companheiros que estão vendo a questão da democracia como algo importante, mas que não querem ir mais adiante, acabar com a exploração da Humanidade.

Não se trata de uma aliança, mas de uma aprofundização de ideias, e essas pessoas são parte importante do mesmo movimento.

OS PARTIDOS

Qual é a sua posição com respeito à participação dos diferentes partidos políticos no processo que vive actualmente o Brasil?

Há actualmente no Brasil a perspectiva de construir novos partidos, inclusive um que foi discutido há pouco tempo, o chamado PT-Partido dos Trabalhadores.

Na questão concreta do Partido dos Trabalhadores, eu não concordo de maneira alguma com esse conceito, porque considero que estamos caindo uma vez mais em desvios. O PT pode trazer muitas ambiguidades. Um PT no qual cabe um Joaquim (3) à frente, é um partido que já começa mal.

Outra perspectiva de partido, era o PTB, muito discutido no Brasil. E discute-se também em torno do PTBC e do chamado Partido Socialista.

— Não encontro nenhum inconveniente em que alguém esteja interessado na construção desses partidos, e que lute por ela. Há para eles muito espaço político.

Mas nesse sentido eu recomendaria duas coisas. Em primeiro lugar, que esse tipo de partido nunca seja apresentado aos trabalhadores dando a imagem de que é de facto partido de trabalhadores, porque não o é. Pode ser um partido democrático, mas não o instrumento adequado para desmantelar o aparelho capitalista do Brasil.

Pode ser um passo, um instrumento que poderá ser aproveitado, onde muita gente possa participar nele, inclusive os trabalhadores. Mas deve ser consciente de que terá um limite. Não é o partido que levará a luta até ao fim. Nem o PT, nem o PTB, nem o PTBC, nem o PS darão a resposta aos trabalhadores.

Em segundo lugar, para se criar um partido dos trabalhadores, a sua construção deverá começar pelas pequenas comissões de base, discutindo, articulando, aprofundando o processo, até construir-se o processo, até construir-se e consolidar-se.

Quem está disposto a criar, que crie, se entende que é uma boa iniciativa dentro dos limites existentes, verificando se há passos a serem dados por esse caminho e se alcançamos a liberdade democrática o mais rapidamente possível.

- (1) Dirigentes sindicais aliados ao patronato, também conhecidos por «amarelos».
- (2) ABC, três municípios industriais da Grande São Paulo, Santo André, São Bernardo e São Caetano.
- (3) Manuel da Conceição refere-se ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, de nome Joaquim.



pretende completar
a sua colecção dos

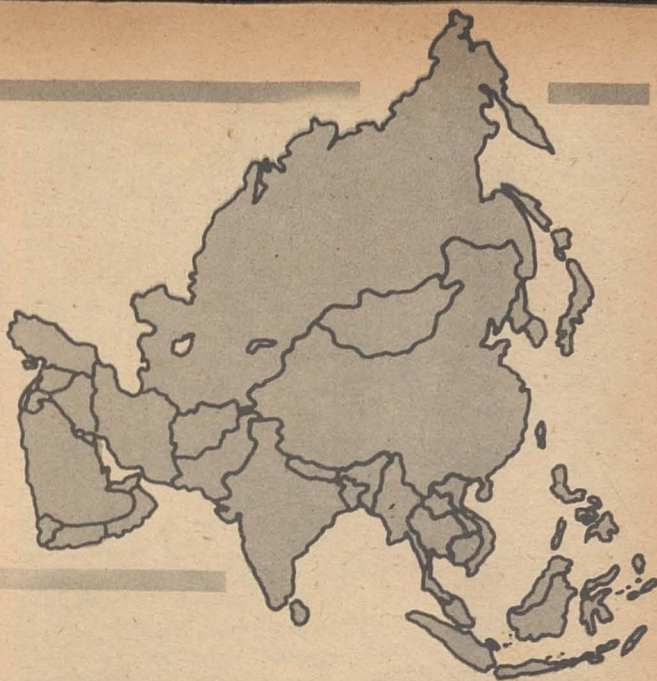
cadernos do
terceiro mundo ?

dirija-se, por carta, à
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.
Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dt.
1000 LISBOA

ou pessoalmente a uma das seguintes livrarias

- CDL — Livraria Popular de Angra — Rua D. Amélia, 78-80 *Angra do Heroísmo*
- Livraria Popular de Beja — Rua Mértola, 89 *Beja*
- Interlivro — Terreiro da Erva, 6 *Coimbra*
- Livraria Bento Jesus Caraça — R. Alcárcova de Baixo, 13 *Évora*
- Livraria Populr de Faro — R. 1.º de Dezembro, 13 *Faro*
- Interlivro — R. Pedro Nunes, 9-A *Lisboa*
- CDL — Av. Santos Dumont, 57-C *Lisboa*
- Livraria Popular dos Olivais — R. Cidade Quelimane, 3-C *Lisboa*
- Livraria 18 de Janeiro — R. Antónia Campos Júnior, 18 *Marinha Grande*
- Livraria Avante — R. de Aviz, 26 *Porto*
- Livraria Caminho — R. Pedro de Santarém, 41 *Santarém*
- Livraria Mundo Novo — Av. da República *Setúbal*
- Livraria Popular de Viana — R. da Picota, 38-40 *Viana do Castelo*
- Livraria Soeiro Pereira Gomes — R. Serpa Pinto, 77 *Vila Franca de Xira*

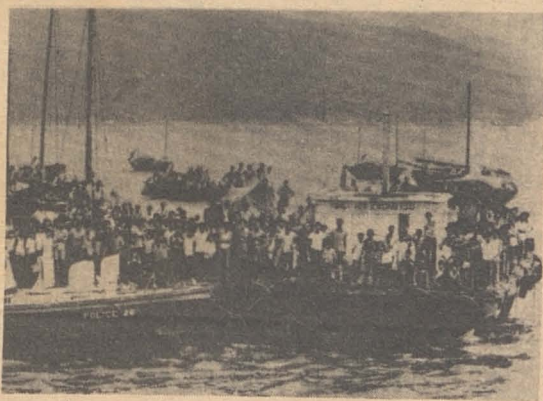
ou
Opinião — R. Nova da Trindade, 24 *Lisboa*



ASIA

VIETNAM

a tragédia dos fugitivos



Uma ensurdecadora campanha mundial das potências capitalistas pretende ocultar as suas próprias responsabilidades no problema dos refugiados. O Ocidente não perdoa ao Vietnam a derrota infligida aos Estados Unidos e a opção pelo socialismo.

Agustin Castaño

O problema dos fugitivos do Vietnam é objecto de uma intensa e sistemática campanha, que impede uma visão objectiva deste drama humano.

Dirigida pela grande imprensa capitalista, nesta campanha se pode notar o desejo do **establishment** norte-americano em consumir uma vingança contra o débil país asiático, que lhe infligiu a sua primeira derrota no campo militar. Procura-se, ao mesmo tempo, desprestigiar o sistema socialista, ao apresentá-lo como incapaz de satisfazer todos os sectores da população e acusá-lo de utilizar métodos cruéis e totalitários para desembaraçar-se dos descontentes e opositores.

E, por último, tenta-se desviar a atenção da opinião pública sobre um facto incómodo: as potências capitalistas, que estão na origem directa das tremendas dificuldades enfrentadas pelos países da Indochina, nesta etapa do pós-guerra e de reconstrução nacional, omitem-se sobre a sorte desta minoria de 400 000 pessoas — que no fundamental, aspiram a viver num sistema capitalista, — ao negar-lhes refúgio nos seus países e o apoio suficiente para atender as suas necessidades actuais. Sobressai, nesse sentido, a responsabilidade da França, ex-potência colonial, e do substituto neocolonial, os Estados Unidos, que descarregaram no Vietnam mais bombas do que as que explodiram em toda a Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

ANTECEDENTES

A fim de colocar o problema na sua correcta di-

mensão, é necessário recordar alguns antecedentes. Embora a princípio a Imprensa ocidental tivesse apontado esses refugiados como vietnamitas, mais tarde, reconheceu que se tratavam, na sua grande maioria, dos “Hoa”, isto é, de imigrantes de origem chinesa.

Estimou-se nuns vinte milhões o número de chineses “do ultramar”, na sua maior parte espalhados pelo Sudeste Asiático. Trata-se de uma imigração antiga, originada pelo excesso de população chinesa em relação às suas possibilidades económicas e tecnológicas, e também pelo estabelecimento de pequenas colónias que dominaram o comércio regional. Mas a marcha massiva dos chineses rumo “aos mares do sul” só se registou a partir de meados do século passado. Isso coincide com a penetração das potências colonialistas na Ásia e é então que se produzem numerosos conflitos raciais e religiosos que antes ocorriam em pequena escala.

Neste quadro asiático, configuram-se diferentes situações.

As potências europeias mostraram predileção pela mão-de-obra chinesa, barata e disciplinada. Assim, com base num mero cálculo económico que prescindia de considerações humanas e culturais, procedeu-se à “importação” de milhões de chineses para os duros trabalhos surgidos da exploração colonial. Para as novas plantações de borracha, na Malásia e Indonésia, a Inglaterra e a Holanda “importam” centenas de milhares de chineses. Na Tailândia, os trabalhadores

chineses constroem os caminhos-de-ferro e o porto de Bangucoque, e convertem-se logo no grosso da mão-de-obra.

Mediante esse processo, os chineses deslocam-se de locais e constituem-se, em muitos casos, na maioria do proletariado urbano, das minas e das plantações. Com o passar do tempo, surgem dessa massa, minorias comerciantes que tendem a desenvolver uma função de intermediários entre os capitalistas europeus e a economia local.

Neste contexto, o desejo lógico dos chineses em preservar a sua própria identidade através de diversas instituições, inclusive as sociedades secretas, é manipulado pelos colonialistas, que se interessam por mantê-los segregados, a fim de melhor exercer o seu domínio.

Esta situação prolonga-se, de modo tenso, até ao presente. Assim, as autoridades da Malásia negam-se a aceitar mais refugiados para não afectar “a preservação do equilíbrio das raças”. Num país onde cerca de um terço da população é de origem chinesa.

OS “HOA”

No caso específico do Vietnam, a exploração colonial não se valeu dos chineses como mão-de-obra para as plantações, pois encontrou um país superpovoado e com abundância de camponeses habituados a salários miseráveis. Mais que nos outros países da região, a política da potência colonial francesa orientou-se ali a separar vietnamitas e chineses, concedendo a estes últimos um estatuto relativamente privile-

giado, assim como privilegiou em igual medida os vietnamitas dentro do Laos e do Camboja. O lema "dividir para reinar", aplicou-se sem escrúpulos. Embora os conflitos entre estes países provenham do passado, exacerbaram-se durante a ocupação francesa.

Essa é a causa principal das rivalidades étnicas ainda vivas no Sudeste Asiático. A agressão norte-americana não fará senão agravar a situação. A maior parte dos actuais fugitivos provêm, com efeito, do sul do Vietnam, onde afluíram multimilionárias somas que os Estados Unidos enviavam para fortalecer os seus aliados a manter a guerra contra o Norte e o Movimento de Libertação.

No sul, os chineses ocupavam uma posição importante no comércio, o pequeno e o grande; a injeção económica norte-americana determinou tráficos ilegais e uma situação de riqueza artificial de estratos urbanos reduzidos, que terminou com a retirada das tropas de ocupação. Precisamente do sul e destes estratos provêm a grande maioria dos refugiados.

Com o triunfo da revolução vietnamita, liquidaram-se as estruturas neocoloniais. Tais sectores urbanos deviam integrar-se na vida produtiva numa sociedade socialista subdesenvolvida. Isso significava um nível de vida incomparavelmente mais baixo e sacrificado do que aquele com o qual se tinham habituado. Evidentemente, a revolução não iria interromper o seu curso para moldar-se às aspirações de uma minoria, a sua preocupação óbvia consistiu em nivelar as con-



dições de trabalho para toda a população.

ILUSÃO AMARGA

Assim, após as nacionalizações que incluíram o comércio, numerosos "hoa" que tinham pequenos, médios ou grandes negócios, viram-se ante a perspectiva de trabalhar no campo, com o salário de um vietnamita comum. Preferiram emigrar com a ilusão de reiniciar a sua vida em outros países onde pudessem recuperar o nível a que estavam acostumados, e com eles foram-se também muitos vietnamitas de origem económica semelhante, embora esses sejam uma minoria dentro do grupo, pois é evidente que a situação é ou-

tra. Há o apego à terra próprio dos vietnamitas e também deve recordar-se que os mais ligados ao velho regime foram políticos, militares ou homens de negócios, que já tinham partido antes.

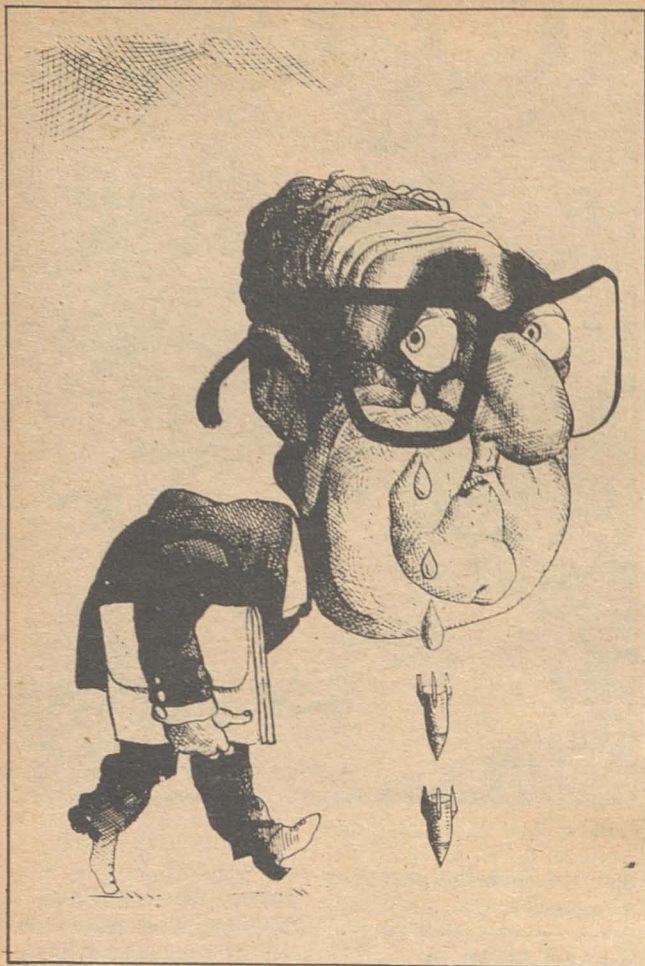
Tratou-se de uma ilusão trágica, pois não encontraram solidariedade, mas sim governos hostis, rejeições raciais. Uns foram mantidos em acampamentos precários, outros devolvidos ao mar. Outros morreram afogados. Os governos da região qualificaram-nos de emigrantes ilegais e estes regimes de tipo conservador, aliados do Ocidente, foram surpreendidos pela reprovação de norte-americanos e europeus à sua atitude, enquanto essas po-

TERGIVERSAÇÕES

O ataque chinês ao Vietnã e as permanentes ameaças de novas ofensivas não podiam senão agravar as tensões, e esta é uma das causas que impulsionaram a emigração dos "hoa". Portanto, não se pode aceitar a crítica do Ocidente sobre o tratamento reservado pelas autoridades de Hanói aos fugitivos. A estes se apresentam duas opções: ou integra-se às condições de vida e de trabalho que existem para todos os cidadãos, segundo a planificação estabelecida pelo governo, ou deixarem o país por sua própria vontade.

Esta última está prevista dentro do direito de asilo, mas mesmo para julgar a aplicação dos direitos, o establishment actua com uma incoerência desinteressada e oportunista. Critica o Vietnã pela sua amplitude ao conceder esse direito, ao mesmo tempo que, por exemplo, critica a União Soviética porque, em relação aos judeus, não é tão ampla como Washington julga conveniente. Se, por hipótese, Hanói tivesse concedido esse direito de maneira limitada, a campanha teria um sentido inverso, o de atacar a violação do princípio de asilo.

Sobre este modo de actuação, cabe acentuar que uma revolução, nas condições materiais do Vietnã, não receberá a adesão do estrato minoritário da população que beneficiava com o velho sistema, precisamente porque se dá numa economia subdesenvolvida, profundamente deformada pelo longo reinado



Foi a agressão imperialista, de que Kissinger foi lidimo defensor, que esteve na origem do drama dos refugiados

tências evitavam participar na solução do drama e não abriam as suas próprias portãs para receber os refugiados. A solidariedade intercapitalista, pelos vistos, não existe.

A atitude da China em relação ao Vietnã, nesta questão, foi de aberta incompreensão. Em primeiro lugar, interpretou com agressividade as nacionalizações e confiscações que afectaram todos os proprietários que existiam no Vietnã, passo obrigatório para o socialismo. A China

interpretou-o como uma medida contra os "hoa", o que equivalia a condenar a opção do povo vietnamita pelo socialismo, algo incrível vindo de outro país socialista. A paródia é maior ainda se se considera que milhares de "hoa" regressaram à sua antiga pátria, a China, e não tardaram em transferir-se a outros sítios capitalistas como Hong Kong, numa demonstração da sua incapacidade de adaptação a um regime socialista, que é o fundo do problema.

do colônialismo e do neocolonialismo, que requerem muitos anos e muitos esforços para pôr de pé um eficiente sistema de produção. Entretanto, as prioridades devem ser colocadas na alimentação, na saúde e na educação, tudo isso a níveis básicos, e no desenvolvimento industrial e agrário.

O problema dos fugitivos tem contornos específicos e gerais. É uma realidade omnipresente no Terceiro Mundo. São muitos os milhões que emigram na Ásia, na América Latina e na África, porque não encontram nos seus países as condições para uma vida digna, para solucionar o drama da desocupação e da miséria.

Nesta ocasião, procura-se provar que o mesmo ocorre no Vietnam, país socialista. Ou seja, que o sistema não soluciona os problemas da população.

CASO ESPECÍFICO

Dentro dessa campanha, omitem-se as características específicas do caso vietnamita que mencionamos e também alguns factos importantes. Os Estados Unidos retiraram-se em 1975 e assim se concluiu o período neocolonial do Vietnam. Mas o país ficou em ruínas, com inumeráveis cidades e obras públicas destruídas (estradas, diques, pontes, etc.). Os bombardeiros demoliram as indústrias do norte e em todo o país inutilizaram amplas extensões de superfície agrária e de vegetação (com os famosos desfolhantes das matas para eliminar o abrigo dos guerrilheiros).

Isto sucedeu numa eco-



Em barcas, em pequenas embarcações superlotadas os fugitivos partem em busca de padrões de consumo que a Revolução está longe de lhes poder dar. Entretanto as potências imperialistas envolvidas durante décadas no Vietnam — França e EUA — «condoem-se» e cruzam os braços...

nomia explorada e deformada, carente em absoluto de uma estrutura produtiva moderna, com cidades superpovoadas, com métodos rudimentares de exploração rural. Em suma, num país com um dos rendimentos mais baixos do mundo: uns 160 dólares anuais per capita (1).

Esta foi a herança do capitalismo, além das incontáveis perdas humanas infligidas pela França e pelos Estados Unidos.

Com esta realidade, com as perdas ocasionadas pela guerra, era evidente que o Vietnam não podia enfrentar por si só a etapa de reconstrução. Necessitava de uma grande ajuda internacional que lhe foi negada, inclusive pela recusa dos Estados Unidos em pagar indemnizações pelos danos de guerra.

A Europa voltou-lhe as costas, e por causa da polémica sobre os refugiados, a Comunidade Económica Europeia ameaçou em suspender a ajuda alimentar.

A campanha combina-se, assim, com represálias económicas. Não é de estranhar esta atitude das potências ocidentais, elas jamais perdoaram ao Vietnam a derrota aos Estados Unidos e a sua opção pelo socialismo. Por isso é que se procura deformar a imagem de uma revolução vitoriosa, não importa por que meios.

(1) Segundo dados das Nações Unidas de começo de Julho.

VIETNAM

«fazer a Revolução escutando a Rádio»



Durante a guerra, emissores instalados em barcos ou sobre o dorso de elefantes foram grandes mobilizadores do Povo. No actual período de reconstrução, os vietnamitas continuam utilizando de maneira engenhosa e sacrificada os meios de comunicação.

Beatriz Bissio



LY Van Sau, director da Televisão Central de Hanoi, falou-nos longamente sobre o papel dos meios de comunicação durante a guerra e agora em tempo de paz. A própria vida de Ly Van Sau está intimamente ligada à luta clandestina e ao jornalismo de resistência.

Qual foi o papel dos meios de comunicação na luta do povo vietnamita?

Se falarmos só sobre o período mais recente, sem entrar em considerações sobre o passado histórico, o Vietnã teve de lutar durante mais de trinta e cinco anos contra o imperialismo. Tratou-se de uma longa luta na qual todo o povo participou e que teve aspectos políticos, militares e económicos. Uma guerra do povo em todo o sentido do termo, e sabem muito bem que na luta, os meios de comunicação são muito importantes.

Devemos assinalar, porém, que tivemos muitas dificuldades, já que o Vietnã não é um país desenvolvido e não possui uma rede de comunicações como vocês, por exemplo, possuem aqui na América Latina. No entanto, no essencial, conseguimos unir o nosso povo em redor de objectivos comuns, utilizando os meios de comunicação que nós próprios criámos.

Qual foi o mais importante?

Em minha opinião, primeiro foi a rádio e depois a Imprensa escrita. A rádio vietnamita foi criada a 7 de Setembro de 1947, a seguir à vitória da revolução de Agosto, com base numa pequena estação emissora dos franceses, em Hanoi. Era uma emissora muito pequena, que cobria apenas uma limitada zona da Indochina. Mas não a pudemos utilizar por muito tempo, já que, em Dezembro de 46 — quando os franceses voltaram a invadir o Vietnã e desencadearam uma guerra total contra o nosso povo, — tivemos que “nos mudar” para a selva, para a região que é conhecida como o Viet Bac. O Viet Bac transformou-se, assim, no berço da nossa revolução e da nossa resistência.

No Viet Bac, no meio da selva, fundámos uma rádio que se chamou “A Voz do Vietnã”, e que era para nós algo de sagrado. Através dela o povo conhecia a situação, escutava as

orientações revolucionárias. Não era apenas um órgão de informação, mas também de educação, de orientação, de direcção.

UMA RÁDIO MONTADA EM BARCOS E ELEFANTES

Quantas horas diárias transmitiam?

Nos primeiros anos havia uma emissão de duas horas diárias pela madrugada. Tínhamos que o fazer muito cedo, para nos adiantarmos aos bombardeamentos. Depois tivemos uma emissão das sete às nove da manhã em que se liam as notícias palavra por palavra, como se se tratasse de uma escola. Procurava-se que em todos os lugares onde houvesse um receptor de rádio as pessoas pudessem registar as notícias e depois que as fizessem circular. Esta emissora era ouvida clandestinamente em todo o país, nas cidades, nos campos, nas condições em que se podia. Tivemos também uma breve transmissão ao meio-dia e depois pela tarde outra, de três ou quatro horas.

Pouco a pouco, ampliámos essa rede com equipamento apanhado aos franceses, conseguimos fundar outras estações, no sul e no centro do país. No sul, as mais conhecidas eram a “Voz da Planície dos Juncos”. Trata-se de uma grande planície a sudoeste de Saigão, numa região muito pantanosa. Foi ali que estabelecemos a nossa rádio em barcos.

Em barcos?

Sim, estava instalada em barcos que se moviam por canais. Eram equipamentos ligeiros, mas as emissões podiam ser captadas inclusivamente em Saigão. “A Voz da Planície dos Juncos” era uma estação de grande potência.

No centro do Vietnã instalámos outra emissora, desta vez não sobre barcos, mas sim sobre elefantes. Eu fui um dos directores dessa rádio clandestina que se chamou “A Voz do Sul”. Os elefantes carregavam a emissora e deslocavam-se constantemente na selva. Eram muito eficazes: não necessitávamos de gasolina para eles, nem peças de substituição e trabalharam tão bem que depois da guerra os dois elefantes foram condecorados com a “A Ordem da Resistência”.

Ainda vivem?

Um, sim, está vivo; o outro morreu.

Graças a esta cadeia conseguimos cobrir o país com uma rede de emissoras. Mas uma rádio por si só não pode chegar a todo o povo. Houve que organizar em cada cidade, em cada aldeia, em cada povoado gente que apanhasse as notícias e que as editasse posteriormente em boletins. Foram assim criados nas cidades os "núcleos de escuta" da rádio. Era uma tarefa perigosa. A nossa rádio geralmente tinha interferências e ser apanhado a ouvir as nossas emissões clandestinas poderia custar a cabeça.

Mas mesmo assim as nossas emissões eram captadas em todo o país. Daí que em algumas regiões tivesse nascido a consigna: "Fazer a Revolução escutando a Rádio".

Através da rádio comunicavam-se as experiências de outros lugares, denunciavam-se a tempo as manobras do inimigo, davam-se orientações ao povo.

Também tinham uma Imprensa escrita?

O nosso partido sempre teve uma tradição de jornalismo revolucionário, com várias publica-

ções, que iam mudando de nome à medida que eram proibidas e se voltavam a editar.

Tivemos sempre também uma Imprensa da revolução, que se imprimia na selva. Era a Imprensa clandestina. O primeiro jornal chamava-se **Cuuc Quoc**, que quer dizer **Salvação Nacional**. Era o órgão do Viet Minh, a Liga para a Salvação do Vietnam. Havia outro jornal, que se publica até hoje, o **Nhan Dan**, o órgão do Comitê Central do nosso partido.

O trabalho dos jornais e da rádio estava combinado. Por exemplo, à primeira hora da transmissão da manhã eram lidos na rádio o editorial do **Nhan Dan** e os melhores artigos desse dia.

Isso enquanto estavam os franceses. E depois?

Depois da vitória de Dien Bien Phu logramos regressar novamente a Hanói e estabelecer ali uma vez mais "A Voz do Vietnam". Mas, como todos sabem, o Vietnam ficou dividido, então, em duas partes. No sul funcionava então "A Voz da Libertação", órgão da Frente Nacional de Libertação, que foi também uma rádio muito importante. Transmítia a partir da zona guerrilheira do Sul.

sobre a agressão chinesa

Sobre o tema da agressão chinesa ao Vietnam, Ly Van Sau fez-nos as seguintes declarações:

"Desde que fomos agredidos pela China, o nosso povo vive uma situação muito tensa, já que a nossa fronteira com aquele país está ocupada em mais de dez pontos — dentro do nosso território ou na fronteira — a partir dos quais diariamente se levam a cabo provocações.

Os chineses têm concentrados ao longo da nossa fronteira mais de dez corpos de exército, totalizando uns 600 mil homens, com milhares de tanques e aviões prontos a agredirem o Vietnam.

• Na sua propaganda eles afirmam que se trata de um contra-ataque, mas, na verdade, tratou-se de uma agressão de grande envergadura, levada a cabo por 500 mil soldados e meios muito concentrados. Foi uma guerra de agressão, porque penetraram em profundidade no nosso território com o propósito de o ocupar. Mas foi também uma guerra de destruição. Destruíram quase tudo o que encontraram, desde a humilde casa dos camponeses, às escolas, enfermarias, círculos infantis, minas, estações de caminho de ferro, centrais eléctricas. E foi uma guerra de saque e de rapina, porque levaram para a China grandes quantidades de arroz,

de bens pertencentes ao nosso povo, rails de caminho de ferro, automóveis, equipamentos industriais.

Do ponto de vista político a China pensava que com a agressão talvez conseguisse influenciar o nosso povo e nos obrigasse a mudar de política para entrar na órbita chinesa. Quiseram obrigar o nosso povo a deixar de ajudar os nossos irmãos do Camboja. E do ponto de vista internacional, apresentar o Vietnam como país agressor. Pensamos que não conseguiram os seus propósitos. Foram derrotados militarmente e politicamente. Agora estão desmascarados, isolados, e não conseguiram debilitar-nos. Pelo contrário, fizeram com que o nosso povo se unisse mais em torno do nosso partido e do nosso governo. Se conseguiram causar-nos danos do ponto de vista económico, debilitar um pouco o Vietnam, hoje o nosso país está unificado, unido, e em pouco tempo já teremos conseguido restabelecer a vida normal nessa zona. Pensamos que não só a reconstruiremos, como a tornaremos mais forte e melhor que antes.

Devido à ameaça chinesa, hoje estamos com o nosso povo mobilizado. Temos duas tarefas importantes: continuar com a reconstrução do país e estar prontos para a guerra.



Uma foto histórica: a vitória de Dien Bien Phu, etapa crucial na libertação da Indochina

Tínhamos outra emissora que se chamava "A Voz de Saigão Livre". Num dos momentos mais difíceis, em Dezembro de 1972, quando os ianques bombardearam Hanói, pela primeira vez em todos esses anos, a rádio deixou de emitir durante NOVE MINUTOS. Sim, somente nove minutos. Uma bomba tinha caído em cheio na nossa emissora. Em nove minutos conseguimos mudar de frequência e continuar as emissões. Tínhamos muitas estações.

Hoje em dia o nosso país tem uma rede de rádio-emissoras que abarca todo o território vietnamita, contamos com duas emissoras centrais de grande potência. Estamos a construir perto de Hanói outra duas de onda curta de 250 kilowatts e duas de onda média de 1000 kilowatts cada uma. Esperamos poder começar a utilizá-las dentro de pouco tempo.

FM CATORZE LINGUAS

A rádio foi também usada para fazer chegar as informações e as mensagens vietnamitas aos países vizinhos, como por exemplo ao Laos e ao Camboja?

Sim, claro. Em geral, as emissões constavam de três programas. O primeiro de informação. O segundo, musical e cultural e o terceiro educativo. Mas havia também um serviço especial para o estrangeiro.

Actualmente transmitimos em catorze idiomas, incluindo o espanhol e o português. Estas transmissões em língua estrangeira estão a realizar-se desde há bastante tempo.

Porquê essa importância às transmissões para o estrangeiro? Justificam-se as transmissões em catorze línguas?

A nossa luta foi muito longa. Necessitámos da solidariedade internacional. Era muito importante o conhecimento da nossa causa em todo o Mundo. Para que outros povos nos conhecessem. Por isso desde a guerra com os franceses que procurámos transmitir em outros idiomas.

Actualmente transmitimos nos idiomas mais importantes do Mundo. Temos um programa dedicado ao povo chinês, considerando-o um povo amigo. E fazemo-lo porque pensamos que o povo chinês tem de saber a verdade. Tem de saber qual é a política dos seus governantes. Transmitimos em pequinês, em cantonês e nos mais importantes dialectos da China, com muitas horas de emissão.

A PARTICIPAÇÃO DO POVO

Qual foi a participação do povo nesta empresa da informação e orientação política através da rádio?

Por um lado, como já mencionei, o povo par-

ticipava escutando as informações e fazendo-as chegar a outros que não possuíam aparelhos receptores, ampliando assim o número de pessoas informadas. Não há melhor meio de informação que os nossos próprios ouvidos. A informação boca à boca é a mais rápida, e, possivelmente, a mais eficaz.

Mas, além disso, o povo ajudou-nos de muitas formas. Ajudou-nos a obter equipamentos, abastecia-nos de notícias, de gasolina, de sobressalentes.

Temos o exemplo da "Voz da Planície dos Juncos". Foi uma rádio comprada aos pedacinhos, em Saigão. A uns vendedores comprava-se-lhes uma válvula, a outros um transistor, ao terceiro uma resistência. E assim, por muitos caminhos diferentes, chegava o equipamento ao mesmo lugar. Era um labor arriscado e árduo. Os controles do inimigo eram muitos e eficazes. Havia um registo tremendo e este obrigava-nos a ser muito cuidadosos. No meio da selva, um engenheiro electrónico formado em França montou-e e foi assim que obtivemos essa estação.

Era vietnamita?

Claro que era vietnamita.

Pessoalmente, da colaboração popular tenho muitos exemplos. Para a emissora de que fomos directores, na clandestinidade, o povo abastecia-nos de gasolina que nos fazia chegar aos confins da selva em canas de bambú. Muitas vezes eram raparigas quem no-la traziam.

Qual a situação actual?

Actualmente temos no Vietnam uma rede de radiodifusão por fio. Ela chega a todos os núcleos familiares. O próprio povo se encarrega de arranjar os troncos de bambú ou de madeira para fazer os postes. Muitas vezes compram os materiais que necessitam para fazer chegar aos seus povoados "A Voz da Revolução". Ou seja, um receptor de rádio, um amplificador e muitas linhas que vão a várias casas.

Desta forma podem ouvir primeiro as notícias e depois transmiti-las ao povo trabalhador que está no campo. Este meio ainda o utilizamos hoje para as coisas mais urgentes: convocar reuniões, informar a respeito dos assuntos prioritários, analisar questões específicas.

A rádio é sem dúvida o meio de comunicação mais importante no nosso caso. Mas ainda assim temos de insistir em outros meios populares para chegar aos lugares onde não há rádio. Nas pequenas aldeias, uma das soluções engenhosas do nosso povo foi esta: to primeiro construímos um mirador bem alto. O companheiro encarregado da informação sobe ao mirador e através de megafone, — sem pilhas nem baterias, — lê à população as notícias do diário que chegou. Como no campo há silêncio, e como as pessoas têm interesse, facilmente toda a aldeia escuta a mensagem, inclusive sem abandonar as suas tarefas.

Os nossos diários não são como os vossos. Vejo por exemplo que aqui no México há dias

em que chegam a sair com cinquenta folhas. Nós só publicamos quatro páginas diárias. Mas não temos anúncios — que na maior parte das vezes não servem para nada, — e poupamos muito espaço.

Como não temos muito papel, muitas vezes a um povoado de mil habitantes apenas chega um exemplar desse jornal. Que passa de mão em mão até que seja usado completamente e as letrinhas quase já não se vêem. Mas através dessas "emissões" com megafones, chega-se a toda a gente.

TELEVISÃO A VIETNAMITA

Você é o director da Televisão Central de Hanói. Que papel tem hoje a televisão no Vietnam? Quando começaram as emissões?

A televisão chegou ao Vietnam muito mais tarde. Começamos a fazer televisão no mês de Setembro de 1970, e também de uma maneira muito vietnamita. Tínhamos só uma câmara — que fomos nós que construímos, com uma óptica que tínhamos comprado no estrangeiro para a qual fizemos uma caixa de madeira à qual adaptámos umas lentes de aparelhos cinematográficos. Assim fizemos uma pequena câmara e começámos as emissões com carácter experimental, três ou quatro vezes por semana.

Isto permitiu-nos formar um grupo de companheiros que já em 1975 — quando libertámos o sul do país e recuperámos todas as estações de televisão do inimigo, — puderam operá-las e continuam a trabalhar nelas até hoje.

E os aparelhos de televisão, foram importados?

Sim, na sua maioria foram importados. Actualmente a nossa rede de televisão conta com oito estações e um centro de emissões. Por não termos uma linha de micro-ondas necessitámos desses oito centros. Os mais importantes são os da cidade de Ho Chi Minh e o de Hanói. Eu dirijo a Televisão Central de Hanói. Entre as diferentes estações trocamos os programas através de videocassetes.

Já cobrem todo o território nacional?

Teoricamente sim, mas na prática não, devido ao reduzido número de receptores que temos. A transmissão é de três horas diárias durante a noite. Existe um programa único, que começa com uma primeira emissão para as crianças, que chamamos "As Florezinhas". Denominou-se assim a emissão infantil, porque no Vietnam é costume nós chamarmos às crianças de florezinhas. Depois temos um programa de actualidades, de Informação e finalmente um programa de orientação, documentação e educação, dedicado à ciência, a conselhos médicos, informação para as mães, etc.

Todo esse material é produzido no Vietnam?

Em grande parte, mas também temos materiais que vêm de fora.

Acabamos as transmissões com um programa de cinema, com uma peça de teatro ou de bailado. Aos domingos temos um programa pela manhã e outro pela tarde. Totalizamos umas trinta horas semanais de programação televisiva. Estamos fazendo esforços para a desenvolver, também de uma maneira muito vietnamita.

Os centros de produção são construídos por nós mesmos, os equipamentos tratamos de os comprar onde se pode e montamo-los no lugar. Se bem que nos esforcemos desenvolver a TV, há que referir que por agora a rádio é o meio de comunicação mais importante. E continuará a ser ainda por muito tempo, já que para ver televisão há que nos sentarmos, e pelo contrário a rádio podemos-la escutar a qualquer momento, mesmo a trabalhar.

Deduz-se das suas afirmações que a rádio está muito arreigada no povo vietnamita...

A tal ponto que muitos chamam-na a "minha confidente", o "meu orientador", o "meu orientador", o "meu médico". Porque na verdade, através dos nossos programas ela passou a cumprir todos esses papéis...

O povo pode escrever para a rádio, pedindo conselhos, fazendo consultas, sobre tudo o que lhe acontecer.

LITOGRAFIA NA SELVA

Você foi sempre jornalista, ou as vicissitudes da sua militância política levaram-no a esta profissão?

Comecei a fazer jornalismo aos dezanove anos. Sou jornalista. O meu caso não difere da quase totalidade dos vietnamitas. Éramos um país colonizado mas o nosso povo tinha um profundo sentimento de compromisso com a luta patriota. Eu sou oriundo do sul e aí estive até há dois anos, quando o partido me mandou chamar para tomar cargo da TV Central de Hanói.

Com dezanove anos ingressei como miliciano na revolução. Em 1945, já era militante da juventude. A província onde trabalhava foi ocupada. Era perto de Nha Trang, cidade muito conhecida pelas suas preias.

Pudémos formar uma base de combate na selva e como os meios de Informação são muito importantes em toda a luta, conseguimos criar um jornal clandestino que se chamava **Thang** (Vencer).

Publicávamos esse jornal em litografia, com meios muito rudimentares: quatro páginas de tamanho **tabloid** por semana. Escrevíamos à mão, com letra muito pequena e com uma tinta muito especial, já que era preciso escrever ao contrário. Imprimimo-lo em papel que chegava clandestinamente até nós, em geral escondido nas calças muito largas das nossas companheiras. E era dentro dessas mesmas calças que iam de regresso para as cidades os jornais já impressos. O meu papel era múltiplo: escrever os artigos, fazer a impressão do jornal, etc., etc.



«Imprimimos um jornal em papel que as nossas companheiras traziam escondido nas suas calças»

Mais tarde, quando foi criada uma estação emissora na selva, fui um dos responsáveis. Também fui correspondente da agência "Liber-tação", que abastecia de notícias todo o sul. Sempre fui jornalista. E foi como jornalista que me coube participar na Conferência de Paris sobre o Vietnam.

A NOVA ORDEM INFORMATIVA INTERNACIONAL

Actualmente está em debate o tema da Nova Ordem Informativa Internacional. Que opinião lhe merece esta discussão?

Nós apoiamos os esforços dos Países Não-Alinhados para estabelecer uma Nova Ordem no domínio da Informação. Há que reconhecer o monopólio das agências ocidentais no campo da Informação. Temos participado das conversações e conferências para a criação de um **pool** de agências informativas dos Não-Alinhados. A nossa agência - VNA (Vietnam News Agency) - está muito desenvolvida e tem comunicações com muitos países. Ela faz parte do **pool** e diariamente temos uma emissão especial para os países que o formam, com os quais permanentemente nos comunicamos.

Pessoalmente participei na Conferência de Rádiodifusão na Jugoslávia, em 1977, reunião em que foi fundado o Comité Coordenador a nível de televisão. Mas neste campo os resultados são muito menores, já que os programas de TV são dispendiosos e difíceis de intercambiar.

Pensamos que o Vietnam, como país Não-



-Alinhado, tem de participar em todos os organismos de difusão, considerando essa presença como uma forma mais de manifestar o nosso papel independente.

É nesse sentido que deve ser interpretada esta nossa visita à América Latina, como expressão de desejo do Vietnam de conhecer a situação exacta de outros países, e, por sua vez, dar a conhecer a nossa civilização.

Penso que poderá acrescentar algo a esta discussão a próxima reunião de Países Não-Alinhados a ser celebrada em Havana?

A Conferência Cimeira de Havana será sem dúvida a mais importante de quantas tiveram lugar até hoje, já que se trata de um momento de auge da luta dos povos pela sua independência e também porque a resposta do imperialismo e dos países reaccionários também se faz sentir com força.

Que experiência recolheu da sua viagem pela América Latina?

Durante a nossa viagem pudemos recolher testemunhos de uma compreensão muito pro-

funda dos povos latino-americanos da luta que nós levámos a cabo e um profundo sentimento de solidariedade.

Há uma geração de jovens neste continente, que, podíamos dizer, se formou no apoio à luta do Vietnam. Mas não encontramos essa simpatia apenas entre os jovens, mas também nos velhos, nas mulheres, nas crianças. É que não se pode duvidar do Vietnam.

Como é que um povo que lutou tanto pode ter mudado, como pretendem fazer crer as acusações chinesas? O que mudou foi a política de Pequim.

Desde o Sul ao Norte, com excepção dos Estados Unidos e do Canadá, todo este continente pertence ao Terceiro Mundo. Isso faz com que tenhamos muitas coisas que nos liguem. E isso pudemos apreciar nesta viagem.

EQUADOR

a pilhagem do atum

A pesca das espécies mais cobiçadas no mercado internacional em águas jurisdicionais de países do Terceiro Mundo por embarcações norte-americanas tem sido uma intromissão reiterada. Os conflitos que estas acções ilícitas têm causado são múltiplos. No caso do Equador chegaram a um **climax** nos últimos anos da década de sessenta, quando as incursões "piratas" de atuneiros californianos em águas territoriais daquele país sul-americano, provocaram fortes tensões entre o governo de Quito e a Casa Branca, no que se denominou de "guerra do atum".

Recentemente, este tema voltou a lume uma vez mais quando o diário **El Comercio**, de Quito denunciou que pescadores norte-americanos de San Diego, na Califórnia, "varrem" o atum das costas equatorianas mediante o emprego de modernos métodos de captação e sem que, pelo menos visivelmente, a sua acção seja controlada pelas autoridades.

A notícia do periódico equatoriano centra-se na localidade portuária de Manta, a uns quatrocentos quilómetros a sudoeste da capital, e nela se refere testemunhos de pescadores locais que são unânimes em atribuir a sensível baixa actual que se verifica nas disponibilidades de atum à acção depredatória dos barcos norte-americanos, que operam dentro dos limites de 200 milhas das águas territoriais.

Segundo denúncia de **El Comercio**, nos meses de Janeiro a Março — correspondentes à temporada de pesca, — "barcos pesqueiros norte-americanos de 1500 toneladas de capacidade e de sofisticada tecnologia, que chegam a cinquenta, varrem os atuns, apesar de se assegurar que essa ampla zona aquática está sob controle dos navios da Armada equatoriana. Os pesqueiros equatorianos — acrescenta o mesmo jornal, — têm de se contentar com as sobras", já que os atuneiros estado-

-unidenses detectam os cardumes através de um sofisticado sistema de satélites. Impede-se, assim, os pescadores locais de exercerem rendosamente a sua faina, dado que a alta tecnologia estadunidense proporciona informes precisos sobre a água, clima e outras condições ideais para a captura.

Técnicos da frota atuneira equatoriana afirmaram ao correspondente do jornal de Quito que, contrariamente ao que faz o Peru, tem uma poderosa vigilância da sua área marítima, no Equador "apenas uma lanca de patrulha da Armada controla essa ampla zona".

Importa comparar esta situação com a de 1975, quando numa só operação, a Armada equatoriana deteve dez pesqueiros norte-americanos surpreendidos na pesca ilegal em águas territoriais do país. O incidente provocou a prolongada suspensão dos exercícios navais conjuntos das Marinhas de Guerra do Equador e dos Estados Unidos, suspensão esta que só veio a ser levantada recentemente, em 1978.



solidariedade com a Palestina

Conferência Mundial avança

A preparação da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e sua causa central, a Palestina, que se realizará em Lisboa entre 2 e 6 de Novembro, prossegue em bom ritmo, tendo as reuniões regionais de Helsínquia e Paris constituído um grande êxito, sobretudo pelo amplo leque de forças democráticas que a essas iniciativas aderiram. Entretanto, reuniu-se pela quarta vez o Secretariado Internacional da Conferência Mundial, em Lisboa, sob a presidência de Omar Al Hamdi, dirigente líbio, secretário-geral do Congresso do Povo Árabe, que "aprovou o relatório do seu presidente e expressou a sua satisfação pelos resultados positivos do trabalho de preparação da Conferência Mundial e pelo crescente interesse pela Conferência a nível Mundial".

O Secretariado Internacional examinou "os preparativos a serem feitos para a Conferência de Trípoli, prevista para 29 e 31 de Agosto de 1979, que tratará do segundo ponto da agenda da próxima Conferência Mundial".

Ao nível político, o SIP examinou os recentes acontecimentos no Médio Orien-

te e expressou a sua profunda preocupação acerca da perigosa escalada das agressões e operações israelitas de assassinatos em massa dirigidos contra os Povos Libanês e Palestiniano e contra a Resistência da república Árabe da Síria.

Os membros do SIP reafirmaram a sua activa solidariedade com a Organização de Libertação da Palestina (OLP), único legítimo representante do Povo Árabe da Palestina e vanguarda da sua heróica luta para a completa realização dos seus direitos nacionais e, em particular, do seu direito a regressar à sua Pátria e, estabelecer o seu Estado Nacional Independente sem ingerência externa. A sua solidariedade vai também para o Movimento Nacional Libanês na sua luta pela preservação da sua soberania nacional, da integridade do seu território e da identidade árabe do Líbano.

Sobre os reflexos que a Conferência Mundial terá dentro do próprio Estado de Israel, Omar AlHamdi declarou aos Cadernos do Terceiro Mundo: "Certamente que terá reflexos. O Sionismo internacional e o bando sionista que governa Israel põem em jogo a vida dos judeus que foram enganados. Chegará o momento em que os judeus compreenderão que os árabes nunca (no passado, no presente, no futuro) foram seus inimigos, mas sim inimigos do Sionismo internacional; árabes que resistem contra a agressão praticada contra o povo palestiniano desde 1947. O sionismo é que é contra os próprios judeus".

Segundo ainda aquele dirigente líbio, "praticamente todos os países do Mundo estarão representados na Conferência Mundial, que reunirá entre 500 e 600 delegados".

OUA

A Cimeira da OUA realizada entre 17 e 20 de Julho em Monróvia, capital da Libéria, saldou-se por uma vitória dos movimentos de libertação nacional, contrariando até certo ponto os prognósticos de que essa seria a mais controversa das 16 conferências já efectuadas pelo organismo continental.

A Frente POLISÁRIO, já reconhecida pela esmagadora maioria dos Estados africanos como a legítima representante do



povo do Sahara Ocidental, obteve mais uma contundente vitória diplomática contra o Marrocos. Com o voto favorável de 37 países, nos quais se inclui o da Mauritânia, a Organização da Unidade Africana recomendou como solução para o problema colonial do Sahara Ocidental, a realização de um referendo que permita ao povo saharauí manifestar-se a respeito da sua autodeterminação e independência.

A Frente Patriótica foi reconhecida como "o único autêntico e legítimo representante do povo do Zimbabue pela 16.ª Cimeira da OUA, que exprimiu "indignação" pela hospitalidade britânica e nor-

te-americana a Abel Muzorewa, primeiro-ministro da Rodésia-Zimbabue. A cimeira declarou como "um acto hostil para com toda a África" qualquer levantamento de sanções ou reconhecimento ao governo de Muzorewa.

Tais resoluções reafirmaram a vocação da OUA, de apoiar as lutas de libertação, e fez prevalecer esse conteúdo progressista sobre as disputas iniciais, como a condenação sudanesa à intervenção da Tanzânia no Uganda, que ameaçavam os resultados da conferência.

Assumiu a presidência da OUA o presidente liberiano William Tolbert, que sucede a Gaafar Numeiri, do Sudão.

ANGOLA-PORTUGAL

A Comissão Mista luso-angolana, reunida pela primeira vez no último mês de Julho em Lisboa, aprovou dois acordos de cooperação nos domínios sócio-cultural e técnico-científico.

Assinados a 21 de Julho, tais acordos estabelecem o quadro jurídico geral que orientará a concretização das hipóteses de cooperação que englobam nove ministérios e secretarias de Estado, além dos Estados-Maiores das Forças Armadas. Prevêem-se o intercâmbio entre os centros de documentação, serviços públicos e instituições especializadas dos dois países, a troca de missões de estudo e a concessão de bolsas para a formação profissional.

A subcomissão cultural, científica e tecnológica aprovou também um contrato-modelo para a ida de cooperantes portugueses a Angola, que abrange especialmente a contratação de professores. Foram estudadas medidas de estímulo aos cooperantes: por parte de Portugal, eles poderão beneficiar do estatuto fiscal e bencário já atribuído aos emigrantes; Angola comprometeu-se, por seu lado, a implementar a solução dos problemas de alojamento, abastecimento e assistência médica, e a estudar a possibilidade de montar-se uma escola especial para os filhos dos cooperantes portugueses.

A subcomissão económica debateu a formação de quadros em Portugal, o envio de cooperantes e as possibilidades de cooperação sectoriais com o objectivo de apoiar a reactivação industrial em Angola. As acções neste campo deverão ser concretizadas com a ida de uma missão portuguesa à RPA. Esta subcomissão definiu como sectores a privilegiar a Habitação, Obras Públicas e Indústrias Extractivas e Transformadoras. Programas de formação e assistência técnica às empresas angolanas de transportes e comunicações também foram definidos, ao mesmo tem-

po que se decidiu a abreviação da extinção das seguradoras portuguesas estabelecidas em Angola.

No sector privado também mereceu estudos que concluam pela viabilidade de constituírem-se empresas mistas luso-angolanas ao abrigo da lei dos Investimentos Estrangeiros recentemente promulgada na RPA. Boas perspectivas se abrem a Portugal especialmente na construção de estradas e ampliação dos portos, obras exigidas pela realização de inúmeros projectos em várias regiões de Angola, entre os quais a prospecção e exploração de petróleo desde a bacia do Zaire à plataforma continental do sul.

No comunicado final dessa primeira reunião da Comissão Mista, realizada um ano depois da "Cimeira de Bissau" que reuniu os Presidentes Agostinho Neto e Ramalho Eanes, Portugal comprometeu-se a tomar medidas visando a "neutralização de organizações" que no seu território desenvolvem "actividades hostis à República Popular de Angola". Por sua vez, a parte angolana afirma que observará, em relação aos portugueses detidos em Angola, as garantias de assistência consular e judiciária estipuladas na Convenção de Viena. As duas delegações decidiram também iniciar as negociações para o estabelecimento de um acordo judiciário até o fim do ano e de um convénio consular, se possível, antes da segunda reunião da Comissão Mista.

O contencioso económico-financeiro entre os dois países foi apenas referido no comunicado final em termos das decisões da "Cimeira de Bissau". O ministro das Finanças, Ismael Martins, que encerra a delegação angolana considerou encerrado esse contencioso, cuja discussão na especialidade só deverá ser abordada após a consolidação da cooperação entre os dois países.

chile

encerramento da revista *Hoy*

Importantes repercussões tiveram dentro e fora do Chile o encerramento do semanário opositor independente *Hoy*. Os mais influentes sectores de opinião partidários do regime militar chegaram inclusive a afirmar publicamente o repúdio pela medida. O periódico *El Mercurio*, por exemplo, qualificou-a de grave erro e vaticinou efeitos "muito perniciosos" para o governo.

O general de brigada Enrique Morel, chefe da Zona da região metropolitana, responsável pelo encerramento do semanário, aludiu ao artigo 34 da Lei de Segurança Interior do Estado, afirmando que o semanário havia transgredido, ao publicar entrevistas a dois dirigentes da Unidade Popular no exílio, Carlos Altamirano e Clodomiro Almeyda.

No entanto, o ex-presidente democrata-cristão Eduardo Frei, que protestou energicamente contra o encerramento do semanário, afirmou que, em verdade, a medida não se devia à publicação dessas entrevistas "mas ao que a *Hoy* publicaria no futuro", aludindo aos artigos "As andanças internacionais de Townley: os casos Carlos Prats e Leigh-ton" e o "macabro assassinato de Lonquen". Estes artigos, que iam ser publicados na edição do dia 27

de Junho, traziam novas revelações sobre assuntos conflitivos que não "podem" ainda aparecer abertamente nos meios de comunicação.

Porém, *El Mercurio*, publicou, a 28 de Junho, um artigo sobre Townley, no qual a jornalista Patricia Verdugo fornece importantes dados sobre a actuação deste agente da DI-NA actualmente detido, sem que o governo tomasse contra este periódico qualquer represália.

A jornalista afirma que a revista *Hoy* entrevistou as três filhas do general Prats, Sofia, Maria Angélica e Cecilia, as quais declararam: "Pedimos às autoridades chilenas e argentinas que investigassem o caso até averiguar a verdade e paralelamente fizemos trâmites extra-oficiais para conseguir o mesmo. Sabemos, desde Março, que o processo foi reaberto".

Por seu lado, o ex-comandante chefe da Força Aérea e ex-membro da Junta Militar de governo, general na reserva Gustavo Leigh Guzmán, enviou uma carta ao director do semanário *Hoy*, Emilio Filippi, na qual expressa que lamenta o encerramento desse semanário e qualifica a medida oficial de "miopia política e equivocado conceito de autoridade".

Leigh aderiu à defesa do jornalista "pela sua atitude de defesa da liberdade de imprensa no nosso país, no momento em que a revista sob sua direcção foi suspensa por sessenta dias".

Em relação às duas entrevistas dos dirigentes Altamirano e Almeyda, o general Leigh expressou que "longe de prejudicarem o governo, o beneficiam". A atitude oficial "deixaria em evidência, uma vez mais, a miopia política e o equivocado conceito de autoridade que desde à longo tempo afecta os nossos governantes".

"Era necessário este novo e inoportuno desafio à comunidade internacional? Quando será o dia que



terminaremos de semear ódio com ódio? Seis anos de administração não constituem um período suficientemente extenso para restaurar a institucionalidade do país? O sucessivo colapso de regimes de força no mundo actual nada nos ensina?" perguntou o ex-membro da Unta Militar.

Por fim, o general Leigh comentou: "O que ocorre com a sua revista é um índice claro e gigantesco do que pode vir no futuro em relação à liberdade de pensamento no Chile, pois o direito a sermos informados é um princípio fundamental do Direito Constitucional moderno".

O encerramento da Hoy suscitou um grande debate sobre a liberdade de imprensa no país.

Há algumas semanas, Emilio Filippi refletiu precisamente em editorial as dificuldades que implica manter uma postura independente.

"Alguns oficialistas — escreveu, — afirmam que a oposição ao regime militar é uma atitude espúria e anti-patriótica. Desta maneira, asseveram, toda a acção dissidente constitui um excesso e há que ser desqualificada de antemão, pois pelo simples facto de expô-la, se está faltando aos deveres para com a Pátria".

As repercussões a nível da imprensa chilena poderiam ser resumidos nas palavras do matutino *La Tercera*, que em editorial sobre o encerramento da Hoy afirma: "É uma medida ingrata para toda a imprensa, já que afecta um dos princípios essenciais da sua razão de ser: a liberdade de expressão".

Nos mesmos dias das sanções contra a Hoy, também se proibia no Chile o *Hong-play* do cantor Fernando Ubierno, que contém alguns temas de Pablo Neruda e de outros autores proibidos pelo governo. Segundo a versão oficial, a medida foi adoptada porque o disco contém canções "cuja difusão está proibida", entre outros, "Te recuerdo Amanda", do autor Victor Jara e "Poema 15", de Neruda. Ubierno foi o triunfador do Festival de Viña del Mar de 1977 pela sua temática simples e comprometida.

uruguaí corrupção repressão e dependência

Apesar dos sinais alentadores de democratização — ou pelo menos certa abertura política, — noutros países da área, o Uruguai continua a viver a mais dura e sangrenta etapa da sua história, cinco anos depois da instalação formal da ditadura e onze de perseguição e estado de sítio.

Recentemente, o dirigente operário Rafael Cribari, do seu exílio no Panamá, identificou alguns altos oficiais do Exército uruguaio especializados na aplicação de torturas a presos políticos. O citado dirigente sindical indicou entre outros os nomes dos majores Gilberto Vera, Laura Rodriguez e Nieves, do tenente Curuchaga — responsável directo pela morte sob tortura do dirigente dos trabalhadores açucareiros Saul Fazio e do professor Dante Porta, na cidade de Artigas, — dos coronéis Linarte e Pérez, da Primeira Região Militar, do Major Gayazo e do capitão Méndez, estes últimos pertencentes à OCOA (Organismo Coordenador das Operações Subversivas) e responsáveis, segundo documentos referidos por Cribari, pelo sequestro de uruguaio no exterior.

Cribari citou também declarações efectuadas na Suécia pelo ex-tenente do exército uruguaio Juan Carlos Cooper, actualmente asilado naquele país, que denunciou o facto dos militares uruguaio terem transformado as suas funções repressivas num negócio lucrativo.

Segundo esse oficial, desertor do exército, o general Ballestrino, director da Escola de Armas e Serviços das Forças Armadas, criou uma empresa privada de segurança que vende o serviço de protecção aos sectores industriais, o que se converteu num excelente negócio para os seus promotores.

Para ilustrar o alto grau de corrupção dos militares do seu país, Cribari citou que alguns oficiais cobram até cem dólares para assegurar aos familiares de presos políticos que estes serão transferidos de um lugar de reclusão a outro, supostamente mais benigno.

Enquanto este é o panorama no plano político-militar, na economia uruguaia é cada vez maior a ingerência brasileira. Segundo relatórios oficiais, o Brasil converteu-se no principal comprador do Uru-

guai e no seu primeiro vendedor nos últimos três anos.

Com a assinatura e a ratificação do protocolo de expansão comercial pelos presidentes dos dois países em 1976, e com a ampliação da lista de produtos desagravados em Julho de 1978, começou uma etapa de estreitamento dos vínculos económicos, que se traduz em algumas cifras significativas. Por exemplo, existe um convénio entre o Brasil e o Uruguai, pelo qual o Banco Central brasileiro outorga uma linha de crédito num total de 50 milhões de dólares ao Banco Central do Uruguai, para o fornecimento principalmente de bens de capital. Em 1977, o Banco Central brasileiro ampliou para mais 50 milhões de dólares essa linha de créditos.

Por outro lado, em data recente, assinou-se um outro acordo bilateral para a venda de carne uruguaia ao Brasil, ao preço de 1100 dólares por tonelada inicialmente, e de 1355 dólares numa renegociação ambas as nações será ainda maior.

Contudo, a interrelação económica vai além disso. Importantes empresas brasileiras estão investindo no Uruguai, enquanto uitos grandes proprietários de terras do Estado do Rio Grande do Sul estão a comprar terras do outro lado da fronteira, chegando as suas propriedades a estar entre as maiores de todo o Uruguai.



Entre as principais empresas brasileiras a investir no Uruguai figuram a Mendes Júnior e a Consic Portuari. A cargo da primeira está a construção da represa de Palmar, sobre o rio Negro, após concorrência pública internacional. Por seu lado, a Consic Portuari constrói na Paloma um porto moderno que servirá o complexo pesqueiro para exportação, que ali funciona em plena prosperidade.

O que se perguntam os observadores é em que medida o processo de abertura política que vive o Brasil actualmente se reflectirá no seu pequeno vizinho, à luz da importância crescente da dependência económica uruguaia em relação a esse país.

moçambique avanços na batalha económica

Desde a proclamação da sua independência, em Junho de 1975, Moçambique lançou importantes projectos económicos, que estão agora a começar a dar os seus frutos. Este ano de 1979, foi extremamente importante a colheita de arroz do vale do Limpopo, a zona agrícola mais rica do país.

Também no aspecto da reflorestação, os projectos são ambiciosos: a meta apontada para os próximos meses pelo governo é a plantação de 40 milhões de árvores nas zonas mais áridas do país, no intuito de começar a mudar a ecologia dessas regiões.

Mas um projecto que está destinado a ter especial importância nos anos futuros é a abertura da estrada internacional Moçambique-Zâmbia, cuja abertura oficial está prevista para o próximo ano e que já se encontra em avançado estudo de execução. Durante o mês de Agosto ficarão concluídos os trabalhos de terraplanagem, bem como a construção de aquedutos na parte moçambicana, de 120 quilómetros de extensão, com um custo orçado em cerca de dez milhões de dólares.

A construção da estrada em território moçambicano começou em 1976 e a obra tem empregado cerca de 800 trabalhadores. Se o ritmo de trabalhos não foi maior ainda, isso deve-se às dificuldades que houve de enfrentar, relacionadas com o abastecimento de materiais de construção, devido a carências no mercado nacional, a dificuldades de transporte bem como à alta de quadros técnicos.



o comércio da saúde

Um documentado relatório sobre a situação dos medicamentos e da indústria farmacêutica na América Latina foi publicado na Carta Informativa do SELA (Sistema Económico Latino-Americano). Nele se menciona que o mercado de medicamentos neste subcontinente é dominado em 80 por cento por menos de 30 companhias transnacionais, facto que coloca este sector entre os mais dependentes.

Essa situação seria uma das principais causas para que não chegue a 40 por cento a população latino-americana que tem acesso a remédios e vacinas. É por isso que o SELA estudou a criação de um Comité de Acção para Produtos Farmacêuticos de Grande Procura, também por considerar que a indústria farmacêutica é das poucas que possibilitam amplas formas de cooperação regional.

Entre as distorções que o controle transnacional do sector farmacêutico provoca no nosso continente, está o facto de o estrato social mais alto desfrutar de um sobre-consumo de medicamentos, enquanto nos sectores mais pobres há um evidente subconsumo. Em alguns países, esta situação traduz-se em percentagens muito significativas: 70 por cento das despesas nacionais em produtos farmacêuticos são feitas por apenas 20 por cento da população.

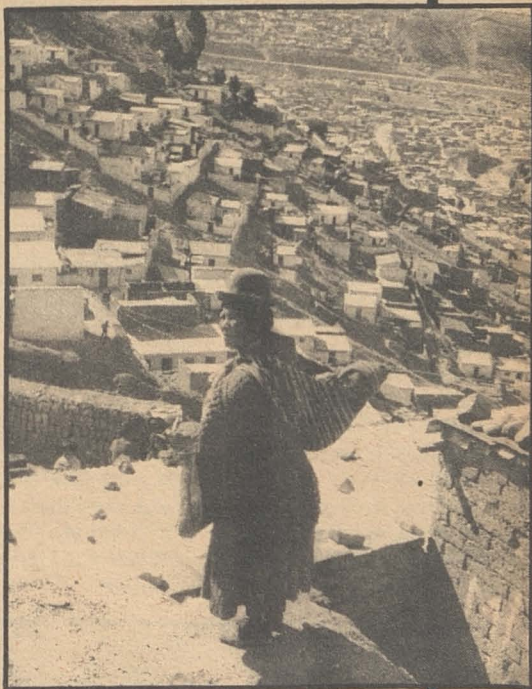
Por outro lado, o consumo per capita médio de medicamentos nos países industrializados é de cinquenta dólares anuais, e na América Latina é de apenas 13,25 dólares. Assim, os países industrializados consomem 80 por cento do total mundial dos medicamentos, enquanto os países em vias de desenvolvimento ficam com os 20 por cento restantes. Em outras palavras, 15 por cento da população consome 55 por cento da produção farmacêutica global. Particularmente marginal é o consumo dos povos da América Latina: apenas 8,8 por cento das vendas mundiais totais se realizaram neste subcontinente n ano de 1977.

O relatório acrescenta outro dado alarmante: os altos custos dos medicamentos fazem com eles cheguem a representar mais de metade dos gastos totais dos serviços de saúde. Esta alta incidência deve-se a que a maior parte dos medicamentos são importados.

Aparentemente estas cifras não condizem com o facto de a América Latina contribuir com 430 milhões de dólares por ano para a investigação e o desenvol-

vimento dos medicamentos no Mundo, mas assim é.

O que está por trás desta realidade desequilibrada é o controle transnacional das economias latino-americanas. Assim, é notório que a venda e a difusão de determinados medicamentos são muito mais devidos a factores de publicidade, tecnológicos e comerciais, do que a razões propriamente médicas. E muitas dessas inovações tecnológicas que, com o auxílio da publicidade, tornam "obsoletos" os outros remédios, estão concentradas em poucos países e geralmente protegidos por patentes de produção que impedem o acesso da indústria local ao "know-how".



A proposta do SELA, para começar a dar respostas adequadas a esta situação, pretende promover o desenvolvimento de mecanismos de cooperação que "permitam fortalecer a capacidade negociadora para a aquisição de recursos para as indústrias nacionais, assim como para a negociação em termos de transferência de tecnologia". Também recomenda "a industrialização não como medida de substituição de importações, mas ligada às necessidades do sector da saúde dos povos latino-americanos".

INFORMAÇÃO

agência egípcia expulsa da federação árabe

A Federação das Agências de Informação Árabes, com sede em Beirute, decidiu suspender toda a colaboração com a agência egípcia MENA (Middle East News Agency), como um protesto contra os acordos de Sadat com Israel. A reunião do Secretariado da instituição tinha sido convocada com esse único ponto na agenda. Participaram representantes das agências JANA (da Jamahiria Líbia), WAFA (agência da OLP), INA (Irak News Agency), assim como da Tunísia, Síria, Líbano e dos Emiratos Árabes Unidos.

Sulaiman Al-Izabi, diretor-geral da agência de notícias líbia afirmou ao terminar a reunião que, desde

que o presidente Sadat assinou "*o claudicante tratado*", a agência MENA converteu-se num instrumento de propaganda para Israel". Também declarou que a agência difunde informações falsas dos israelitas e ataca todos os países árabes com uma linguagem ofensiva.

Os directores das agências noticiosas árabes demonstraram ter plena consciência da "*ameaça representada pela aliança estratégica do regime egípcio com os israelitas*" - disse Al-Izabi, - *que tornou-se evidente pela maneira como a MENA se converteu numa ferramenta nas mãos dos israelitas para penetrar na opinião pública árabe e mundial*"

semanário inglês sobre américa latina

Para ampliar o círculo de leitores no subcontinente americano, acaba de surgir em Londres o "*Latin American Informe Semanal*", uma publicação mais da equipa de "*Latin America Economic Newsletter Ltd.*", companhia fundada em 1967 e que actualmente edita o "*Latin America Economic Report*", o "*Latin America Political Report*" e o "*Latin America Commodities Report*", semanários de grande prestígio no continente europeu e nos nossos países.

Esse "Informe Semanal" editado em espanhol tratará principalmente de questões financeiras e económicas, obedecendo à linha editorial já indicada pelas três publicações anteriores, isto é, situando as informações no contexto político. Na equipa editora central deste semanário estão quatro jornalistas ingleses, profissionais experimentados e profundos conhecedores da América Latina.

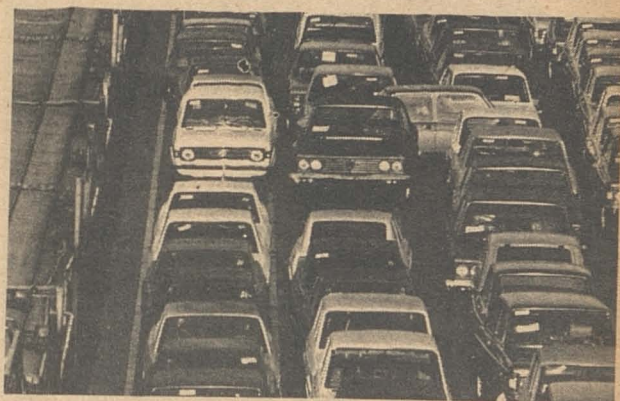
Este boletim inscreve-se na corrente que procura criar um sistema internacional de informação mais democrático, estruturando canais alternativos à grande rede transnacional de notícias.



ECONOMIA

PETRÓLEO um beco sem saída

A crise de 1979, considerada mais grave que a de 1973/74, longamente debatida, na «Cimeira de Tóquio», ainda não levou as potências ocidentais a adoptarem soluções reais.



EM Genebra, diante dos fortes aumentos do preço do petróleo, a OPEP chamou a atenção mundial sobre a crise de energia. Em Tóquio, as sete potências capitalistas aludiram a adopção de medidas para enfrentá-la. Resultado: esta crise que afecta toda a Humanidade continuará, e agravar-se-á cada vez mais.

Cada dia que passa, o tema da energia adquire maior relevo como protagonista da economia e da política mundial. Em 28 de Junho, os representantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), anunciaram um aumento de vinte por cento em média no preço do

produto. No dia seguinte, os chefes de Governo dos "sete grandes" do sistema capitalista, reunidos em Tóquio, proclamaram uma política conjunta de limitação de importações petrolíferas, sobre cujo alcance e efectividade há mais dúvidas do que esperanças.

A reunião cimeira dos "sete grandes" foi convocada para a análise dos principais problemas internacionais e para estabelecer uma coordenação das políticas dos países dominantes do mundo capitalista.

Não obstante a amplitude dos temas, a questão do petróleo constitui o centro dos debates. Segundo o ponto de vista ocidental, 1979 é o ano da maior cri-

se de petróleo, maior ainda que a que teve lugar nos anos de 1973 e 1974. E nesta visão, a crise é o fim de um mercado no qual a principal fonte de energia foi o petróleo, em virtude das opções calculadas dos governos que obtinham esse produto em abundância e a preços baratos.

Sempre foram as potências capitalistas que decidiram a normas de comercialização dessa fonte energética, e o seu baixo preço e sua fácil conversão em energia determinaram o abandono de outras fontes, como o carvão, e que fossem relegados o estudo e o desenvolvimento de fontes alternativas (nuclear, solar, etc.).



a crise do petróleo lança o pânico entre os especuladores.

Nessas condições, o petróleo era a matéria-prima chave para um rápido e contínuo crescimento dos países avançados, matéria-prima colocada na base de indústrias que no comércio internacional levavam a parte do leão. E isto através do conhecido fenómeno de um intercâmbio comercial desigual, no qual as indústrias aumentam constantemente os seus lucros, enquanto que as matérias-primas rendem cada vez menos, ou seja, a deterioração dos termos de troca em prejuízo dos países exportadores de matérias-primas.

Esta lógica aplicada sem concessões pelas potências capitalistas, encontrou um

sério obstáculo diante das particularidades do mercado do petróleo, concentrado em uns poucos países, e especialmente no Golfo Árábico, o que permitiu uma concertação relativamente fácil entre os produtores. Além disso, a procura exorbitante das sociedades dedicadas a desenfreados consumos supérfluos, pôs em evidência este recurso em vias de esgotamento.

Nesta perspectiva, o que se passou em 1979, foi que a incontralada expansão no consumo dos Estados Unidos, Europa e Japão, não obstante o incremento da produção, chegou a tal ponto, que foi atingido um

déficit de cerca de dois milhões de barris diários. Somente um dado, fornecido pela insuspeita Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, formada por países capitalistas ricos), revela a imprevisão dessa política: para sustentar uma taxa de crescimento que estimam como moderada, de 3,5 por cento anuais até 1985, as nações avançadas necessitam que a oferta de petróleo aumente em 5,6 milhões de barris.

Isto é algo impensável, pois, entre outras coisas, requeria que os membros da OPEP queimassem em breve tempo as reservas desse seu recurso principal. E tenha-se ainda em linha de conta que em perto de vinte anos, países como o Irão e a Venezuela terão por terminadas as suas reservas até agora comprovadas, se continuam a exportar ao ritmo actual.

Outro dos grandes absurdos dessa política, consiste no facto de que as potências ocidentais, enquanto atentam contra a conservação dos hidrocarbonantes, adiam as suas programações para desenvolver fontes alternativas ao petróleo, em condições e capacidades de aprovisionarem o Mundo quando, em função dos prováveis prazos, decline a produção petrolífera.

É esta, em traços gerais, a crise. A sua origem reside entre os grandes consumidores, e não entre os fornecedores. Estes, por outro lado, fixaram preços que o próprio mercado chamado livre, de Rotterdam, ultrapassou de longe, quando mal começou a escassez do produto. E em vista da situação do mercado, e apli-

cando a lei da oferta e da procura — sagrada para o sistema capitalista, — a OPEP decidiu um lógico aumento de preço.

É bem verdade que houve divisão entre os exportadores em torno do aumento. E isso reflectiu-se num amplo leque de preços. Se na reunião anterior da OPEP, o preço-base ficou assente em 14,55 dólares por barril, em Genebra surgiu uma gama que vai dos 18 aos 23,5 dólares por barril. E foi um aumento considerável.

Devemos ainda ter em conta, que se o aumento não foi ainda maior, isto deveu-se ao facto da posição conservadora mantida pela Arábia Saudita, aliada dos Estados Unidos e das grandes transnacionais petrolíferas. O facto de em Rotterdam o barril ter sido vendido a mais de 35 dólares justificou a política altista e uma tendência para que continuará a pressionar em torno de novos aumentos se este quadro se mantiver.

O resultado da reunião de Genebra produziu um paradoxo, o quase imediato acordo dos "sete grandes" em relação ao tema petróleo. Os "sete" haviam chegado a Tóquio profundamente divididos. A Comunidade Económica Europeia, por exemplo, acabava de aprovar em Estrasburgo o congelamento das importações de petróleo para o período entre 1980-1988, mantendo-as ao mesmo nível de 1978, isto é, 470 milhões de toneladas anuais.

Nessa intenção, a CEE prescreveu uma medida consequente — pelo menos em teoria, — embora isso

ainda não seja um programa completo para encarar a crise. Os quatro governos europeus que em Tóquio representaram a CEE, chegaram lá com a intenção de que as outras potências — Estados Unidos, Japão e Canadá, — aceitassem as mesmas restrições.

Os Estados Unidos e o Japão rejeitaram tal proposta, assim como a adopção de 1978 como o ano de referência para o congelamento. No fim da primeira jornada de debates, notava-se um nítido desacordo, sem possibilidade de solução, segundo os prognósticos do momento. Foram então conhecidos os informes sobre as decisões da OPEP, e o impacto do seu carácter obrigou os sete grandes a tudo fazerem para aparente postura conjunta.

Os quatro países europeus — Alemanha Federal, França, Inglaterra e Itália —, aceitaram a proposta norte-americana de que fossem fixadas quotas para cada país, dentro da meta de congelamento decidida pela CEE. E os Estados Unidos, o Canadá e o Japão concordaram numa política de restrições até 1985.

Os Estados Unidos conseguiram, no entanto, que o ano de 1978 não fosse aquele considerado como base, mas sim o de 1977, quando bateu o record de compra, ao absorver 8,5 milhões de barris diários. Isto significa que a restrição norte-americana, ao situar-se em tão altos níveis, na prática não existe. Enquanto que o Japão compromete-se a não consumir até 1986 mais de 6,9 milhões de barris diários, número que é cerca de 10 por

cento superior ao de 1978, ou seja, um aumento, digamos, razoável.

Os novos países do Velho Continente parecem comprometidos em manter as quotas que se haviam proposto, com excepção da Itália, que em função da debilidade da sua economia, obtém uma margem bastante mais ampla. Mas trata-se de um artifício, pois a referência é feita em relação às importações de todos os países da CEE.

Acontece, porém, que dentro da própria Comunidade, existe um produtor de petróleo, novo, a Inglaterra. Esta, segundo as previsões, estará próxima da sua auto-suficiência em petróleo em 1985. A quantidade do bruto a produzir cobrirá entre 20 e 25 por cento das necessidades da CEE. Ou seja, ao congelar as suas importações enquanto recebe petróleo da sua própria área, a CEE poderá aumentar consideravelmente o seu consumo, que é a base do problema actual.

Em Tóquio também houve consenso sobre o desenvolvimento do carvão e da energia nuclear como substitutos do petróleo, mas somente o tempo dirá se as metas estabelecidas serão prosseguidas com seriedade. Uma posição oposta rastaria o Mundo inteiro num agudo processo de encapecimento de energia.

Mas o importante, é que a curto e a médio prazo, a reunião cimeira tomou resoluções que, longe de melhorar, agravam a crise do petróleo que, em última análise, caberia a ela resolver.

as manobras das «sete irmãs»

A escassez de petróleo no mercado não é resultante da queda de produção da OPEP, mas sim ao esbanjamento dos países capitalistas e à especulação dos monopólios.

Mas os membros da OPEP não cumprem as suas obrigações para com o Terceiro Mundo.

O preço do petróleo aumenta, a sua procura também, mas a oferta não é suficiente. Vislumbra-se o fantasma da falta de energia, de paralisia, ou da paragem da sua estrutura produtiva. São factos assinalados diariamente na imprensa "ocidental".

Há, porém, uma coisa que nunca é indicada: quem são os responsáveis por esses riscos. Ou então, sugere-se que os causadores desses problemas — e em especial dos aumentos dos preços —, são os membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

Mas, se por acaso analisamos esse tipo de informação que recebe o leitor de um país importador de hidrocarburetos — seja desenvolvido ou subdesenvolvido —, ver-se-á que a essência da informação tem por destino criar-lhe essa impressão, de associar os fantasmas com a OPEP.

A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA

O despontar da crise deste ano criou fortes contradições entre os países industrializados, os maiores consumidores do produto, e as grandes transnacionais. E assim vieram à luz, publicamente, novas provas de que os responsáveis pela grave situação são as potências capitalistas avançadas (em primeiro lugar os Estados Unidos), e as grandes corporações.

Nesse sentido, o foro que trouxe maior contribuição foi a reunião da Agência Internacional de Energia, que terminou em Paris, no passado dia 22 de Maio.

A Agência Internacional de Energia foi criada em 1974 pelo então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, como uma resposta à OPEP. Da mesma forma como esta representa os exportadores, a Agência procurou unir os consumidores, ou seja, controlar o mercado do petróleo pelo lado da procura. E na realidade, estão englobados na AIE os vinte países mais ricos do Ocidente, à excepção da França.

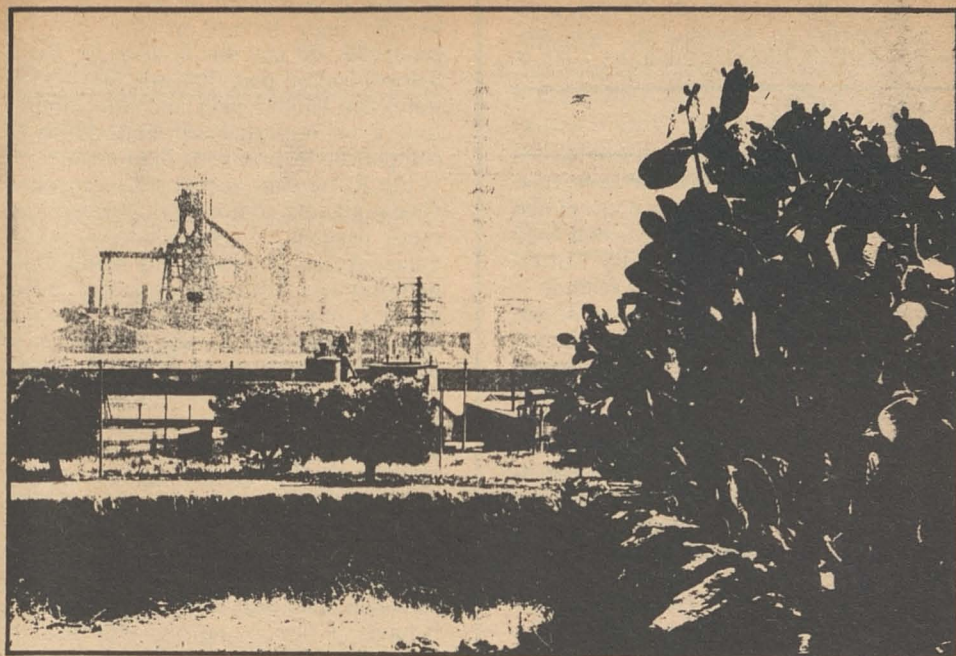
Em Março deste ano, a Agência, ao confrontar com o que então qualificou como uma baixa da oferta do produto e a consequente perspectiva de aumentos dos preços, determinou aquilo que parecia ser a única saída para enfrentar o problema: medidas para reduzir o consumo, baixando em cinco por cento as importações. No caso de posta em prática essa redução, economizar-se-ia perto de dois milhões de barris diários.

Sabe-se que os governos capitalistas têm à mão diversas soluções para conseguir essa finalidade, como as que foram aplicadas na crise anterior (1973-74). Como exemplo, a proibição de utilizar automóveis particulares durante certos dias da semana, ou o aumento do preço da gasolina.

CRISE ENTRE OS "GRANDES"

Na realidade, não se passou assim, e isso deu lugar a um aceso e revelador debate.

Os ministros da energia comprovaram que quase nenhum país havia diminuído em nada o seu consumo, e que o maior



exportador, os Estados Unidos, pelo contrário, havia aumentado as suas importações de petróleo em sete por cento durante o primeiro trimestre do ano.

Ficou claro que era falso que tivesse diminuído a oferta proveniente da OPEP. O que sucedeu foi exactamente o contrário, isto é, o consumo cresceu para além da capacidade dos exportadores em atender à maior procura.

A reacção do presidente da comissão da Comunidade Económica Europeia (CEE), o alemão Guido Brunner, foi lapidar: "A redução das importações não foi conseguida, porque os Estados Unidos não fizeram nada... A sociedade do esbanjamento terminou... A longo prazo, nem a economia mundial em seu conjunto, nem o sistema monetário internacional, estarão em condições de suportar as importações norte-americanas de petróleo dessa dimensão".

Brunner pôs o dedo na ferida. Neste momento, o petróleo que está sendo produzido não basta para satisfazer uma procura que continuará em ascensão. Segundo cálculos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que agrupa os países capitalistas ricos, estes, para manter uma taxa de crescimento moderada — 3,5 por cento ao ano —, de hoje até 1985, terão necessi-

dade de um incremento de 5,6 milhões de barris por dia, isto é, algo impossível.

O que ficou claro, é que as sociedades capitalistas avançadas, com o seu modelo consumista, puseram em perigo o sistema do abastecimento mundial de energia. Esse modelo exige um crescimento vertical da produção, ou seja, o oposto do que interessa aos exportadores: fazer uma política de poupança deste produto não renovável, para financiar com ele o seu desenvolvimento a longo prazo.

Atender às exigências ocidentais, significaria queimar rapidamente as reservas, com uma agravante: ainda não está assegurada a previsão de energia alternativa ao petróleo, de modo que isso seria uma atitude suicida e irresponsável.

Se o que foi dito aplica-se ao modelo económico capitalista, e ao comportamento de governos que nada fizeram para deter o desperdício de energia, quanto aos Estados Unidos, isso é devido ao facto de que o plano energético do presidente Carter foi neutralizado pelas pressões das grandes companhias, e desta maneira, continua-se a oferecer gasolina a preços baratos, a aproximadamente um terço do que se paga na Europa.

Isto significa que está a ser incentivado um enorme gasto: no ano passado, os Estados Unidos importaram petróleo no va-

lor de 42 200 milhões de dólares, uma soma superior às exportações anuais conjuntas do Irão, Iraque e Líbia.

ESPECULAÇÃO EM ROTTERDAM

Quanto aos preços, a OPEP havia fixado no seu último encontro a um pouco mais de 14 dólares por barril, mas logo depois, no "mercado livre" de Rotterdam, o mesmo petróleo era vendido a mais do dobro dessa cifra, passando em alguns casos os trinta dólares por barril.

O que se passara? Até o ano passado, o mercado de Rotterdam era marginal, e o grosso do comércio estava sujeito a contratos segundo os preços da OPEP. Mas como não é fácil prever com exactidão o consumo anual, ou em função de situações acidentais, as necessidades suplementares costumam ser negociadas através de Rotterdam.

Assim se passou até quando das grandes greves na Itália, França, Bélgica e Holanda. Depois houve um Inverno particularmente duro na Europa e nos Estados

Unidos. E finalmente, produziu-se a crise no Irão, onde durante um certo tempo a produção, de uns seis milhões de barris diários, baixou para 700 mil. Mas o consumo não baixou, pelo contrário, aumentou, e os importadores lançaram-se na competição de preços de Rotterdam.

Em Rotterdam operam filiais encobertas das grandes companhias, por mais que estas neguem, e especuladores individuais. A cumplicidade das companhias permitiu que afluíssem para Rotterdam grandes quantidades de petróleo, de maneira dolosa, ou seja, subtraindo-o a contratos feitos sob preços da OPEP, justificando-se que pela baixa — inexistente —, das existências de petróleo, viam-se obrigados a limitar as entregas. É assim que as agências de Rotterdam dispõem de grandes quantidades estocadas, que vendem com grandes lucros.

Os países da OPEP encontraram-se diante da evidência de que os maiores dividendos eram os realizados pelos especuladores, e que o petróleo era vendido nunca a menos do dobro do preço ditado por eles. A reacção foi a de realizar diver-

AS VENDAS DAS MULTINACIONAIS EM 1978

Preço em dólares

Exxon	60 334 527 000
Shell.....	44 054 400 000
Mobil.....	34 736 045 000
Texaco.....	28 607 521 000
BP	27 390 315 000
Standard (Calif.)	23 232 413 000
Gulf	18 069 000 000
Standard (Ind.)	14 961 489 000
Atlantic	12 298 403 000

OS GRANDES IMPORTADORES EM 1978

Preços em dólares

Estados Unidos.....	42 200 000 000
Japão.....	29 900 000 000
Alemanha Fed.....	14 100 000 000
França.....	11 100 000 000
Itália.....	8 000 000 000
Espanha.....	4 400 000 000
Inglaterra.....	4 200 000 000
Brasil.....	4 100 000 000
Holanda.....	2 500 000 000
Suécia.....	2 500 000 000

os aumentos que, de toda a maneira, não chegaram nem de perto dos níveis de Rotterdam.

AS SETE IRMÃS

“Existe uma situação que atinge as raízes do escândalo”, exclamou o ministro de Relações Exteriores da França, François Poncet. Mas na reunião de ministros da Comunidade Europeia, no início de Maio, sua proposta de controlar o mercado de Rotterdam foi desprezada, assim como o fora um pedido semelhante da Itália apresentado na sessão da Agência Internacional de Energia.

As leis da economia capitalista e os interesses das companhias petrolíferas conseguiram que o escândalo prosseguisse. Como consequência desta nova crise, os lucros dos monopólios são assombrosos. Eis os dados: as grandes companhias fizeram no ano passado, vendas de cerca de 300 mil milhões de dólares — cifra bastante maior do que o total do endividamento acumulado por todos os países do Terceiro Mundo —, e desses, 230 mil milhões de dólares foram comerciados pelas chamadas “sete irmãs”, ou seja, os maiores monopólios: EXXON, SHELL, MOBIL, TEXACO, BRITISH PETROLEUM, STANDARD (CALIFÓRNIA) e GULF.

As grandes companhias declararam ter realizado lucros líquidos superiores a 10 mil milhões de dólares, e supõe-se que, na realidade, ganharam muito mais.

Prova-se que a crise que ajudaram a criar, beneficia-as em primeiro lugar, através dos aumentos nos lucros obtidos durante o primeiro trimestre deste ano, que foram os seguintes: EXXON, 37 por cento a mais; GULF, 60 por cento; TEXACO, 91 por cento; MAARATHON, 108 por cento; e o recor foi batido pela CONTINENTAL, de 343 por cento.

Os monopólios apostam, sem dúvida nenhuma, em grande. Com tal acumulação de riqueza, os maiores desviam grandes recursos para disporem de tecnologia e financiamento para controlar e explorar as fontes alternativas de energia, desde os xistos betuminosos até à energia nuclear.

Controlar a energia é, de alguma forma, controlar o Mundo, e para atingir tal fim, os monopólios demonstram que não lhes importam os meios utilizados.

Aos produtores, pelo contrário, inte-

ressa-lhes uma provisão controlada do produto, preços remunerativos e refinarias para transformá-lo em maior medida, e não queimá-lo como combustível. E para isso, a OPEP revelou-se um instrumento sumamente eficaz.

OPEP: QUE FAZER?

A AIE, criada como anti-OPEP, demonstrou a sua inviabilidade. Os países membros da OPEP aumentaram as suas entradas de divisas, e estão em condições de desenvolver as suas economias.

Se isto é uma verdade concreta, o certo é que esses aumentos, se fazem para os consumidores ricos pagar preços remuneradores, trazem uma carga muito pesada para os países pobres do Terceiro Mundo, cujas exportações perdem valor, enquanto aumentam os custos das suas importações industriais e petrolíferas.

Os países da OPEP têm pois uma grande responsabilidade diante do Terceiro Mundo. Essa responsabilidade não foi assumida senão em escassa medida, e, por isso, o Terceiro Mundo corre o risco de endividar-se em benefício dos países capitalistas.

A Quinta Conferência da UNCTAD, celebrada em Manila, mostrou que esse risco está muito próximo, e que o Terceiro Mundo não possuidor de petróleo tem sérias exigências em relação aos países da OPEP, pois estes podem fazer muito por eles.

Em primeiro lugar, devem estabelecer preços e condições diferentes para a venda de petróleo aos países pobres. Devem aumentar substancialmente o Fundo de Assistência da OPEP, e, sobretudo, devem concorrer para o aprovisionamento de fundos para as demais associações de produtores, de modo que essas possam fugir ao controlo dos monopólios e dos centros capitalistas que manipulam os preços e as provisões das suas matérias-primas.

Por último, devem utilizar o seu peso para obrigar os países industrializados a fazerem concessões ao Terceiro Mundo, tendentes ao estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Só dessa maneira, a arma do petróleo adquirirá legitimidade.

CULTURA

Mercedes Sosa

«... y sigo cantando»

*Tantas veces me mataron
Tantas veces me morí
Sin embargo estoy aquí
resucitando.*

*Gracias doy a la desgracia
y a la mano com puñal
porque me mató tan mal
y seguí cantando.*



Cristina Canoura

COM estas palavras sintetiza Mercedes Sosa a sua trajetória como cantora popular. Nascida em Tucumán, no norte da Argentina, ela encontra-se actualmente radicada em Paris, depois do seu canto ter sido proibido e censurado na sua pátria. Apesar disso, a sua mensagem continua a ser escutada. No México, onde actuou em diferentes lugares, deu aos Cadernos do Terceiro Mundo a entrevista que se segue.

Apesar da situação que impera na Argentina, você permaneceu lá até há bem poucos meses. Como decorreu todo esse período, de 76 até agora para você, como cantora popular?

Foi para mim um duro exercício a Argentina. Um duro exercício de permanecer, que

escolhi, tal como aquele que foi meu companheiro. Mas a partir do ano passado, as coisas começaram a tornar-se difíceis para mim. Já havia muito tempo que se me tornava difícil cantar. Nenhuma televisão me convidava. Já não se me faziam reportagens. Muito poucos jornais

davam notícias sobre mim. Já directamente não me referiam. Tudo pude aguentar. Às vezes a gente está na lista negra. Eu quis ficar e fiquei. Foi então que começaram a proibir as minhas actuações, directamente. Em Obras Sanitarias proibiram-me no próprio dia em que ia actuar.

Depois estive presa, a 20 de Outubro, só pelo facto de ter cantado "Cuando Tenga la Tierra" e "Canción con todos". Deixaram-me dezoito horas na 2.ª Comisaria de La Plata, juntamente com trezentos cinquenta pessoas, as quais foram

libertadas à medida que iam sendo identificadas. Se é doloroso ser preso, muito mais doloroso é ser preso com o público, porque sentimos-nos culpados pelo que as pessoas estão a passar. Suponho que o fizeram por isso mesmo, para que me sentisse culpada. E de facto senti-me mal. Muito mal. Porque sei o que significou para muita gente deste continente latino-americano todas as coisas que me estão fazendo ultimamente: o prenderem-me na Argentina; o terem-me negado a entrada no Brasil como se fosse uma delinquente; tudo isso são coisas que fazem muito dano a uma artista como eu. Pensam que deitei semente; algo bom ou algo mau deve haver nestas canções para serem tão proibidas e tão odiadas por essa gente. Como diziam os *nahuatl*, uma das culturas do México:

Ya se oye
ya germina mi canto
Eta retoñando mi

[transplante

de palabras.

Nós falamos de uma irmandade da América Latina, temos falado de uma canção que unisse todos os nossos sentimentos, todo o nosso desejo de luta, de libertação, e essa canção encontrou eco, e eles marginalizaram-na, proibiram-na. Mas a canção continua, porque os artistas continuam vivos; e mesmo que estejam mortos haverá gente que irá levantar essas canções, onde quer que seja, em qualquer lugar do Mundo onde esteja.

NÃO NOS MARGINALIZARAM DO POVO

Durante um certo tempo, possivelmente, pensei que o país de uma pessoa era o lugar de recepção. Agora penso que é importante estar e que nenhum ser humano tem o direito de humilhar os artistas.

Porque o fascismo também dá isso: o medo dos que eram valentes até há um certo tempo. Eu não aceito isso. Nunca agredi com o meu canto. Nunca



me quis marginalizar. Nunca pensei que os meios de comunicação chegassem a virar-se contra nós e penso que eles devem estar ao serviço dos artistas do povo. E temos de lutar para os ter. Porque se não, vão-nos marginalizar para teatros ou pequenas salas de concerto e vão-nos marginalizar da gente para quem nós cantamos, da gente do povo. Cantamos para eles. Eu não canto em cenáculos. Eu quero cantar a céu aberto para toda a minha gente.

E como conseguirá isso cantando fora do seu país?

Estou a consegui-lo. Na Colômbia tive a maior quantidade de público que pode chegar a ter um cantor que interprete este tipo de canções na América Latina. No Brasil, em 1977, quando estive em Ibirapuera, cantei para quinze mil pessoas, cantando comigo em espanhol "Volver a los 17", de Violeta Parra.

O amor é muito grande. Também é grande a repressão, mas nós continuamos a cantar.

Como começou a cantar?

Em Tucumán. Quando tinha quinze anos. Cantar toda a gente canta. Como o fazia eu quan-

do era miúda, que me punha no meio da roda de todos os meus amiguinhos a imitar os artistas que nessa altura eram famosos.

Suponho que os meus amiguinhos de Tucumán, os meus companheiros de colégio, sempre deviam ter pensado que ia ser cantora. Porque passava o tempo a cantar. Cantava até nos velórios, até aí não podia deixar de cantar. Eu venho de uma família muito católica. Então, quando morria alguém dos nossos parentes, não nos deixavam cantar, nem sequer baixinho. Tinham que me mandar calar a todo o instante.

A MINHA MANEIRA DE DIZER, DE LUTAR, DE CONHECER

Por fim comecei a cantar. Com os meus pais vigiando-me. Até que ganhei um concurso em 1950 e me fui preparando lentamente para o que ia ser depois a minha vida de comunicação, a minha maneira de dizer, a minha maneira de lutar, a minha maneira também de conhecer diferentes países, dife-

rentes pessoas. Ainda que os países mudem por paisagens e continentes, a gente é lutadora em todos os lugares.

Assim chegou o ano de 1957, o ano em que conheci o pai do meu filho, Matus, com quem fundei em 1962, no Centro de Jornalistas de Mendoza, o Movimento Novo Cancioneiro, juntamente com Tejada Gómez, Tiño Francia e Cederó.

Como estava muito mal e já que a água me chegava ao pescoço quanto a problemas econômicos e de trabalho no meu país, parti para o Uruguai. Cheguei aí nos primeiros dias de Maio de 1963, e a partir desse momento, a vida modificou-se para mim. Senti-me reconhecida, amada, protegida, desde o momento em que cheguei.

No ano seguinte voltei à Argentina, com todas as ilusões de voltar ao meu país, sabendo que a luta tinha que estar ali.

Nesse mesmo ano, com Tejada e Matus fizemos uma actuação no Teatro If, de Buenos Aires e daí a pouco começámos a ter a nossa gente. A luta era tremenda, porque gostavam muito de **los fronteirizos** e nós mal tínhamos público. Gravei então "Canciones con fundamento", que, de facto, agradou muito.

Nos primeiros dias de Janeiro de 1965, fui ao Festival de Cosquín, onde fui apresentada por Jorge Cafrune. Foi realmente um encontro da gente, do público comigo. Ou meu, com o grande público. Aí cantei e gravei depois com Sábado e Falú, a vida de Gabacita Boero "Vidala y muerte de Lavalle".

Abriam-se-me então as portas das gravadoras, porque se bem que elas soubessem que eu já havia vendido muitos discos com "Canciones con fundamento", não conheciam a minha trajectória. Elas nunca conhecem a trajectória dos artistas. A minha foi um pouco marginalizada da grande indústria cultural. E voltei a gravar em Janeiro de 1966, "Zamba para no morir", juntamente com outras sete canções.

Passai depois muito tempo sem cantar, entre outras coisas porque fiquei afónica, até que

me apresentei de novo em Cosquín e de novo regresssei também ao Uruguai.

"CANTO O QUE AMO"

Como se deu essa transição, esse salto do canto folclórico tradicional, nativo, para a incorporação no seu repertório de canções novas, de autores e intérpretes latino-americanos?

Por andar tanto, a gente termina por se fazer amigo das pessoas e a ouvir as canções de outros povos. Em geral comecei por cantar as canções do meu país. Nunca pretendi outra coisa. Mas vivi primeiro no Uruguai, depois no Paraguai e na Bolívia. E foi por isso que fui incorporando algumas canções desses lugares.

Tem afirmado que não lhe impõem o repertório. É você que o escolhe. Com que critérios faz esta escolha?

Musicalmente. Eu gosto muito de música. Mas a garganta das pessoas tem uma duração. Então sou de opinião que se a estime, dizendo coisas que significam realmente algo para as pessoas. Eu canto o que amo, se não, não canto.

Como recebe o público europeu o seu canto?

Estive pela última vez na Europa em 1977 com os Calchaquies e tínhamos multidões a ouvir-nos: dez mil, quinze mil pessoas.

Que coisa estranha! Porque e canto sempre apenas com uma guitarra e canto sempre para multidões. E não sentimos vergonha nem temor. Aprendemos a comunicar com as pessoas. Fazer com que participem da canção, que a aprendam, que cantem com a gente.

Claro que na Europa e em outros países falta a cumplicidade do idioma, que se transforma numa barreira. Como se pode dizer "Gracias a la vida" cinco ou seis vezes sem cair na monotonia?

Mas há sempre gente de bom comportamento que nos quer escutar como símbolo de um continente.

NÃO HÁ DITADURA QUE FAÇA CALAR A MÚSICA

Sentiu alguma vez que o facto de ser mulher a tivesse feito alvo de discriminação como cantor popular?

Não, creio que não. Suponho que Mercedes Sosa e mulher. O que penso é que se não tivesse tido o meu companheiro, não teria feito carreira. É muito difícil fazer esta vida como cigano, de um lado para outro.

Os meios de comunicação lançam agora uma nova expressão de cantor, tipo Travolta, por exemplo. Pensa que esse tipo de canção deforma ou desnaturaliza a música folclórica que a gente jovem pode encontrar em cada um dos seus países?

Nada avança como imposição. Claro que a maquinaria têm-na os Estados Unidos. E no caso de Travolta, foi montada uma grande máquina de revistas e discos, com música que é para dançar. O mal é que a gente jovem tenha esse escape e não pense. Mas a música dos povos não termina assim sem mais. Não há ditaduras, não há companhias de discos que façam morrer no homem o que escutou desde miúdo. Por isso, o importante é que a formação se faça desde pequeno, para que amanhã não seja um homem que escute apenas música de discotecas.

Qual o "caminho" que vai percorrer proximamente?

Proximamente vou estar em Marrocos e em Tunes. Já em 1976 tinha estado na Argélia. Interessa-me chegar a todos os povos do Mundo. Mas para mim o caminho mais importante é a América Latina. A missão de todos nós está neste continente. Os outros servem-nos indubitavelmente para para abrir novas brechas, para dar a conhecer aos jovens a nossa música. A missão mais difícil, a mais dura e a mais amada está aqui. E é nessa que estamos.

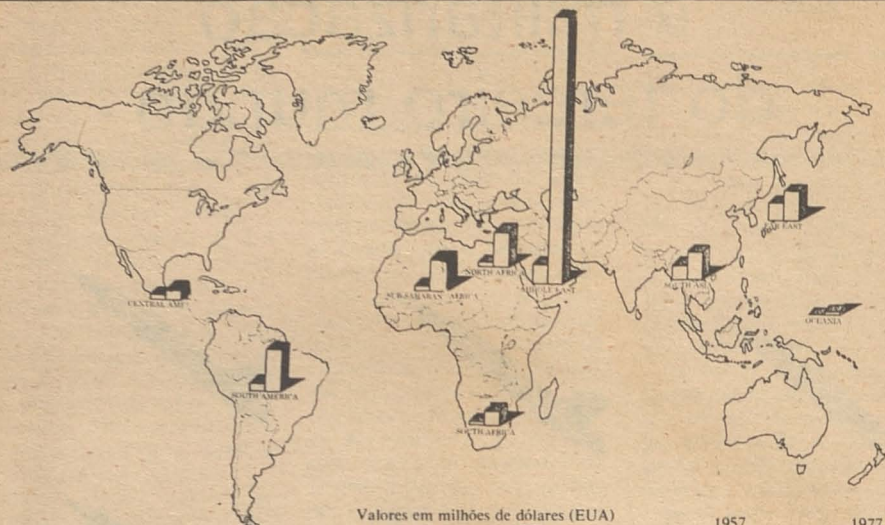
a militarização do terceiro mundo



J. C. Cabral

Dezanove países do Terceiro Mundo já fabricam por conta própria armamentos e componentes principais destinados a fins militares; e embora as quantidades não tenham ainda grande significado a nível mundial, há uma tendência crescente no comércio de material bélico entre os mais atrasados e os mais avançados tecnologicamente.

20 anos de importação de armas



Valores em milhões de dólares (EUA)
(a preços de 1975)

	1957	1977
Médio Oriente	392	4667
Extremo Oriente	276	482
(excluindo Vietnam)		
América do Sul	147	804
Norte de África	7	658
Ásia do Sul	332	571
África ao Sul do Sahara	2	574
África do Sul	28	290
América Central	8	114
Oceania	—	2
Vietnam	10	—
Total	1202	8163

fonte: ed. Bilwells, «World War 3», Hamlyn, 1978.

COM a presente nota, de carácter essencialmente informativo, pretende-se chamar a atenção para a crescente militarização dos países do Terceiro Mundo, facultando-se assim um ponto de partida para uma análise mais profunda das origens desse fenómeno, bem como das suas consequências, quer a nível do desenvolvimento desses países, quer a nível do possível agravamento da tensão mundial.

A partir do exemplo do Brasil, no qual se fornece informações de carácter essencialmente técnico, pode também ser inferido o modo como os países industrializados, através das multinacionais, disputam entre si a exploração da mão-de-obra barata existente nos países do Terceiro Mundo, controlando o seu desenvolvimento, exercendo pressões político-eco-

nómicas, tendo maiores lucros e conquistando novos mercados que, em muitos casos, lhes estariam logicamente vedados.

MILITARIZAÇÃO E VENDA DE ARMAS

Na década de setenta, assistiu-se a uma preocupante militarização do Mundo, não só devido à corrida armamentista entre os principais blocos militares, como pela crescente militarização dos países do Terceiro Mundo.

De 1970 a 1978, os totais das vendas de armamento a nível mundial aumentaram cerca de oito vezes, tomando-se como base os preços constantes referidos a 1975. Do total dessas vendas, cerca de 75 por cento destinaram-se a países do

Terceiro Mundo, tendo-se verificado neste período, e em relação a esses países, um aumento anual de compras da ordem dos 15 por cento.

Do comércio de armas com o Terceiro Mundo, cerca de 50 por cento das vendas destinaram-se aos países do Médio Oriente, tendo sido os Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra e a França, os principais países exportadores, nas seguintes proporções: Estados Unidos, 38 por cento; União Soviética, 34 por cento; Inglaterra, 9 por cento; França, 9 por cento (valores aproximados até 1978).

O Quadro I mostra com mais clareza como se distribuíram as vendas ao Terceiro Mundo, indicando-se as principais regiões abrangidas, e, em relação a cada uma delas, o país que recebeu a maior remessa.

Outro aspecto importante da militarização na década de setenta, foi o aumento gradual do comércio de armas entre países do próprio Terceiro Mundo.

Embora as quantidades envolvidas não tenham ainda muito significado a nível mundial, não deixa de ser preocupante a tendência crescente que se verifica em certos países do Terceiro Mundo, de desenvolvimento de indústrias militares próprias, e de vendas cada vez maiores de armamentos a outros países também do Terceiro Mundo, tecnologicamente mais atrasados.

Entre os países do Terceiro Mundo que venderam armas a outros países do Terceiro Mundo, podemos apontar os seguintes: Abu Dhabi (Emiratos Árabes Unidos), África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, Chile, Costa do Marfim, Cuba, Egipto, Gabão, Índia, Indonésia, Irão, Iraque, Israel, Jordânia, Líbia, Malásia, Rodésia e Singapura.

Esta lista seria bem maior se não tivéssemos apenas entrado em linha de conta com armamentos principais, como

navios, mísseis e veículos blindados.

INDÚSTRIAS MILITARES PRÓPRIAS

Um último aspecto da crescente militarização, e que talvez venha a ter no futuro uma importância capital em relação a esse problema, é o facto de que um número também crescente de países do Terceiro Mundo tenha começado a ter indústrias próprias de armamento, não só para a satisfação das suas próprias necessidades, como também para entrar na competição pela conquista de mercados externos.

Aos vinte e sete países industrializados, com indústrias militares próprias, vieram assim juntar-se dezanove países do Terceiro Mundo que já fabricam por conta própria armamentos e componentes principais destinados a fins militares, conforme pode ser observado através do Quadro II.

De um modo geral, podemos dizer que este lançamento de indústrias militares próprias se processou através de três grandes linhas, por vezes de forma complementar:

- fabricação sob licença;
- desenvolvimento e produção de projectos próprios;
- associações directas entre empresas estatais e as grandes multinacionais do sector.

Um exemplo típico do desenvolvimento complementar de uma indústria bélica própria, é a do Brasil.

A título ilustrativo, damos em seguida algumas notas sobre um dos sectores da indústria bélica desse país.

BRASIL: PRODUÇÃO DE BLINDADOS

Nos finais da década de sessenta, a companhia brasileira ENGESA voltou-se para a construção de viaturas blindadas ligeiras, não só para fazer face às necessidades das Forças Armadas brasileiras, como também para tentar penetrar em mercados externos do sector, particularmente nos países emergentes da África.

As suas principais criações neste sector da indústria de armamento foram um blindado ligeiro de reconhecimento e uma viatura blindada de transporte

QUADRO I

País fornecedor	% total das vendas ao Terceiro Mundo	As três regiões principais abrangidas	% recebida por cada região em função das vendas totais do país fornecedor	Principal país comprador dentro da região	% recebida por cada país em função das vendas totais do país fornecedor
E.U.A.	38 %	Médio Oriente	62 %	Irão	31 %
		Extremo Oriente	27 %	Vietnam*	12 %
		América do Sul	7 %	do Sul	12 %
				Brasil	2 %
U.R.S.S.	34 %	Médio Oriente	57 %	Síria	23 %
		Norte da África	13 %	Líbia	13 %
		Extremo Oriente	13 %	Vietnam do Norte	7 %
Inglaterra	9 %	Médio Oriente	49 %	Irão	26 %
		América do Sul	22 %	Chile	8 %
		Sul da Ásia	14 %	Índia	12 %
França	9 %	Norte da África	24 %	Líbia	16 %
		Médio Oriente	23 %	Egipto	5 %
		América do Sul	18 %	Venezuela	6 %

Fonte: SIPRI, 1978

* só até 1974

de tropa, semelhantes do ponto de vista logístico, e de que a seguir daremos algumas referências.

O EE-9, CASCAVEL

Trata-se de um blindado ligeiro de reconhecimento com seis rodas, pesando cerca de 11 toneladas, e com uma tripulação de três homens.

Fornecidos ao Exército brasileiro desde 1972, os primeiros modelos eram equipados com uma torre com um canhão de 37 milímetros, retirada dos velhos carros de combate ligeiros M3A1, em serviço no Exército.

Numa segunda fase, e já virada para a exportação, a ENGESA começou a equipar esta viatura com uma torre de origem francesa, a H-90, das viaturas de reconhecimento «Panhard» AML-90, dispoendo de uma peça de 90 milímetros DEFA D-921A-90F1, e de uma metralhadora co-axial de 7,62 milímetros, bem como de outra de mesmo calibre, ou de 12,7 milímetros, para tiro anti-aéreo. Esta torre era construída pela CNMP-BERTHIEZ, de Harfleur.

Numa terceira fase, a ENGESA desenvolveu a sua própria torre, baseada no modelo precedente, e na qual introduziu tecnologia mais avançada, nomeadamente um «laser rangerfinger», que aumenta consideravelmente a eficácia do tiro.

Presentemente, este modelo, além de equipar as unidades do Exército brasileiro, foi já exportado para outros países, entre eles o Qatar e a Líbia, estando prevista, para este último país, uma entrega de quatrocentas viaturas.

O EE-11, URUTU

Este modelo que, como já referimos antes, utiliza uma série de componentes do modelo anterior, é um transporte de tropa, blindado, com capacidade para 14 homens, ou cerca de 1,8 toneladas de carga, para além, naturalmente, do condutor.

A partir do modelo de base,

foram construídas diversas variantes com a introdução de diferentes tipos de armamento principal, ou pelo aperfeiçoamento da capacidade anfíbia da viatura.

no que respeita às armas que podem equipar este modelo, elas vão desde as metralhadoras com escudo, de 7,62 e 12,7 milímetros, passando por torretas equipadas com morteiros de 60 milímetros para tiro directo, até às torres com peças de 75 milímetros (do ALVIS SCORPION (inglês), ou de 90 milímetros (da «Panhard» — AML 90 francesa).

Quanto à propulsão na água, esta é feita, nos modelos destinados ao Exército, pelas próprias rodas da viatura, e nos modelos destinados à Marinha, por duas hélices que, juntamente com quatro tubos verticais de tomada de ar, melhoram bastante a sua capacidade anfíbia.

APERFEIÇOAMENTOS

Mais recentemente, e dado o sucesso dos modelos anteriores, a ENGESA lançou-se na construção de um outro modelo, com um binómio custo/eficiência apreciável. É o modelo que se segue.

O EE-17, SUCURI

Trata-se de um blindado ligeiro, caçador de carros, de 19 toneladas, e que dispõe de uma torre FL-12 de origem francesa com uma peça de 105 milímetros que disparando projecteis HEAT, é capaz de penetrar blindagens até 150 milímetros de espessura, em ângulos de tiro de 60 graus.

Esta viatura, também de rodas, tem uma tripulação de quatro homens (chefe de carro, artilheiro ou atirador, condutor e rádio-operador), e destina-se não só ao Exército brasileiro, como a mercados da África e da América Latina. Na realidade, em vários países dessas regiões da Terra, a utilização de carros de combate não é a solução mais económica, nem a mais prática, dadas as características geográficas e a limitada e reduzida capacidade de supor-

tar cargas elevadas da maior parte das pontes nelas existentes.

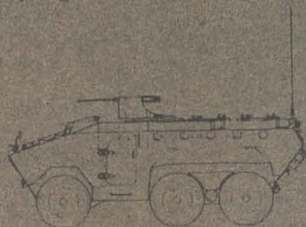
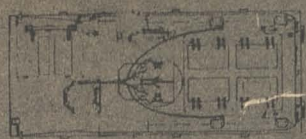
TECNOLOGIA INCORPORADA

Pelos três exemplos vistos, nota-se que há uma preferência clara, há mais de dez anos, pela incorporação de tecnologias europeias nos modelos desenvolvidos pela indústria bélica brasileira, em detrimento da tecnologia norte-americana.

Mais recentemente, e como consequência de uma série de pressões exercidas pelos Estados Unidos, o Brasil resolveu mesmo rescindir o acordo de cooperação militar que o ligava àquele país. Em contrapartida, paralelamente a um acordo nuclear, firmou com a República Federal Alemã um acordo de transferência de tecnologia a nível de cooperação militar, através de associações directas entre empresas brasileiras do sector (principalmente a IMBEL), e companhias construtoras alemãs.

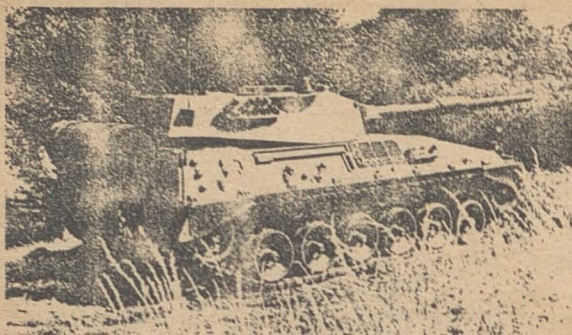
Uma destas últimas companhias, a KRAUS-MAFEI, construtora do célebre carro de combate «Leopard», tentou realizar um acordo com as autoridades militares brasileiras, no sentido de que esse modelo viesse a ser também construído no Brasil para equipar o Exército. Porém, por motivos de custo, de manutenção, e das próprias especificidades do Exército brasileiro, foi escolhido um outro modelo alemão, menos sofisticado em alguns aspectos que o «Leopard II», mas apresentando também as suas vantagens, principalmente dentro do binómio custo/eficiência.

Trata-se, curiosamente, de um carro de combate desenvolvido pela companhia THYSSEL HENSCHEL a partir de um contrato firmado com o Ministério da Defesa da Argentina, e cujo primeiro protótipo foi entregue em Janeiro de 1977. O Brasil leva assim dois anos de atraso em relação àquele país quanto a esse projecto, mas beneficia, em contrapartida, da experiência já recolhida.



Ficha técnica do EE-9, Cascavel e do EE-11, URUTU (modelos de base)

	EE-9	EE-11
Tripulação	3	15
Dimensões		
Comprimento	5,15 m	6,00 m
Largura	2,66 m	2,66 m
Altura (máx.)	2,62 m	2,66 m
Distância do solo	0,52 m	0,50 m
Armamento		
Principal	90 mm (peça)	12,7 mm (metralhadora)
Secundário	7,62 mm	
Motor		
Fábrica	Mercedes Benz (Brasil)	
Modelo	OM 352A	
Tipo	Diesel, 6 cilindros	
Volume	5,675 cm ³	
Potência máxima	172 HP (SAE) às 2800 r.p.m.	
Transmissão		
Caixa		
Fábrica	Detroit Diesel Allison	
Modelo	MT 640	
N.º de velocidades	4 + marcha atrás	
Diferencial		
Fábrica	ENGESA	
Tipo	2 velocidades	
Suspensão e pneus		
Dianteira	Independente, de braço duplo	
Traseira	Walking beam	
Pneus	12.00 x 20	
Outras características		
Velocidade máx. (estrada)	100 Km/h.	90 Km/h
Autonomia (idem)	750 Kms.	600 Km
Gradiente máx.	65%	65%
Obstáculo vertical máx.	0,6 m	0,6 m
Transposição de cursos de água (prof. máx.)	1,0 m	anfíbio



Ficha técnica do TAM

Tripulação.....	4 homens
Dimensões	
Comprimento com e sem peça.....	8,230/6,775 m
Largura.....	3,250 m
Altura (torre).....	2,420 m
Distância do solo....	0,44 m
Peso (em ordem de batalha).....	29,5 tons.
Armamento	
Principal.....	peça estabilizada de 105 mm (50 munições)
Secundário.....	2 met. 7,62 mm 2x4 tubos lança-fumos
Outras características	
Potência do motor...	710 HP (DIN)
Relação potência/peso	24 HP/t
Pressão ao solo.....	0,79 Kg/cm ²
Velocidade máx. (est.)	75 Km/h ⁺
Autonomia (estrada) .	600 Km (1000 Km c/ depósito suplementar exterior)
Capacidade de transposição de cursos de água (prof. máx.)	4 m

Referências: I.D.R. n.º 2, 3, 77; n.º 7, 78. N.F.N. N.º 1, 78.

O TAM

O TAM (Tanque Argentino Mediano), é um carro de combate médio, com 30 toneladas de peso, que integra as últimas aquisições da tecnologia europeia, o que faz dele uma arma bastante sofisticada, e também bastante cara (entre 800 mil e 1 milhão de dólares cada uni-

dade, preços de 1978).

Baseado no chassis do veículo blindado de combate da infantaria da Alemanha Federal, o HARDER, tem um motor mais potente, de 710 HP, e apresenta uma relação peso/potência de 24 HP/ton. Dispõe como armamento principal, de uma torre com uma peça de 105 milímetros do carro de combate francês AMX-13, e de um equi-

pamento de controlo de tiro altamente sofisticado.

Para além deste modelo, o Governo brasileiro resolveu adoptar ainda um sistema de defesa anti-aérea, desenvolvido pela mesma companhia alemã.

Trata-se do Fla Rak Pz — ROLAND, um sistema de mísseis de origem francesa.

OS MÍSSEIS

O sistema de mísseis anti-aéreos, ou terra-ar, ROLAND, como já dissemos, de origem francesa, é montado num veículo blindado de características muito semelhantes ao TAM

Este sistema móvel compacto contra aviões, destina-se à defesa de instalações fixas e móveis, especificamente contra aviões em vôos de baixa altitude.

O sistema ROLAND pode ainda operar em quaisquer condições atmosféricas, tendo sido desenvolvido em colaboração pela MBB alemã e pela AEROSPATIALE francesa, pertencendo à EUROMISSILE o plano de marketing.

Dentro do seu género, é um dos sistemas mais avançados e merecem, inclusive, o interesse do Exército norte-americano.

EMPRESAS ASSOCIADAS

O fabrico do carro de combate TAM no Brasil, que é claro, terá novo nome de baptismo, parece ir ficar a cargo da NUCLEP, uma subsidiária da NUCLEBRÁS, que construirá a carcaça blindada. A empresa NOVATRAÇÃO produzirá as lagartas, e a ELECTROMETAL os armamentos. O motor será construído, ao que também parece, pela SCANIA VABIS do Brasil, e a companhia A.D.F. Vasconcelos participará no projecto fornecendo os instrumentos e as peças de pontaria.

No que respeita aos mísseis destinados ao sistema, apenas se sabe que a AVIBRÁS construirá os motores e fabricará o combustível. Os restantes componentes serão produzidos por diversas empresas ainda não tornadas públicas.

cadernos do
terceiro
mundo

ilha maurício

Hoje na rota do petróleo, a pequena Ilha de Maurício tem uma importância estratégica desde que os portugueses a descobriram no século XVI, ao dobrar o Cabo da Boa Esperança, na busca das especiarias da Índia.

Maurício foi ocupada sucessivamente por lusitanos, holandeses (1598-1710), franceses (1715-1810) e ingleses (1810-1968). Estes últimos introduziram a cana de açúcar, que ainda hoje representa 95 por cento das exportações, e a mão-de-obra barata de origem hindu, cujos descendentes constituem dois terços da população mauriciana. A cultura local continuou, no entanto, sob influência francesa até os nossos dias.

A partir de Maurício os britânicos administravam as ilhas Rodrigues, Cargados-Carajos e o arquipélago de Chagos. Com a cumplicidade da administração local de Maurice Ramgoolam, em 1965, Chagos foi separado para constituir o Território Britânico do Oceano Índico, onde os Estados Unidos iniciaram a construção de uma gigantesca base aero-naval na ilha Diego Garcia. A população nativa foi transferida em segredo para Maurício, em 1971, num episódio que provocaria escândalo no Congresso norte-americano, ao ser descoberto anos mais tarde.

Enquanto isso, Ramgoolam recebeu, como recompensa pelos seus serviços à coroa britâni-

ca, o título de "Sir" e uma independência formal pela qual realmente nunca lutou. Gaetán Duval, representante local dos grandes interesses das transnacionais e líder dos plantadores de açúcar, foi o principal opositor à independência. Isso não impediu que em 1968 ele passasse a ser o Ministro das Relações Exteriores do governo neocolonial dos trabalhistas de Ramgoolam.

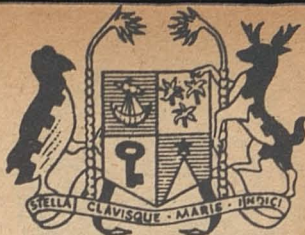
Fraudes eleitorais e repressão aos sindicatos, e, externamente, estreitas relações com Israel e a África do Sul, caracterizaram este governo. Pretória conta com uma zona franca em Port Louis (o que lhe permite comerciar com a Comunidade Europeia e contornar as sanções internacionais) e, em 1973, o já deposto Xá do Irão comprara facilidades portuárias e militares na ilha.

Esta presença imperialista, a corrupção e a discriminação racial estimularam o crescimento do Movimento Militante Mauriciano (MMM), organização opositora que dirige os trabalhadores — açucareiros, portuários, transportistas e pescadores, — filiados na GWF (General Workers Federation). Em Dezembro de 1976, numa eleição adiada desde 1972, o MMM de Paul Berenguer conquistou 34 dos 70 lugares no parlamento. O Partido Trabalhista de Ramgoolam, com 27 assentos, apenas pode formar governo com o restabelecimento da coligação com Duval, desfeita em 1974.

ESTADO DE MAURÍCIO

Governo: Sir Sewoosagur Ramgoolam, primeiro-ministro. Capital: Port Louis (150 mil hab.). Superfície: 2045 km² (1865 da ilha Maurício e o resto das ilhas Rodrigues, Agalega e Cargados-Carajos). População: 880 000 hab., dos quais 26 000 nas ilhas Rodrigues e outras menores. Moeda: rupia mauriciana. Idioma oficial: inglês; um crioulo de origem francesa é o mais falado. Festa Nacional: 12/3 (Independência, 1968). Religião: maioritariamente hindu, há católicos e muçulmanos. PNB per capita: 675 dólares anuais. Educação: 220 mil estudantes em todos os níveis. Analfabetismo de 25 por cento. Saúde: um médico para cada 3500 habitantes.

Maurício é membro pleno da ONU, da OUA e do Movimento dos Países Não Alinhados.

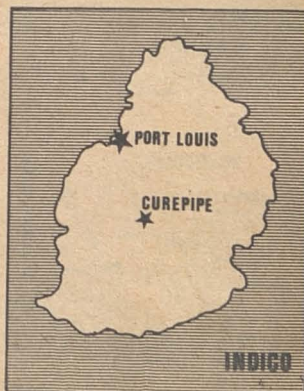


almanaque

O MMM, que em Abril de 1978 conquistou a administração de três dos cinco municípios do país, aproxima-se inexoravelmente da maioria que lhe permite governar, tem estreitado a sua aliança com os sindicatos e delineado um programa de verdadeira independência, justiça social e não-alinhamento, dentro da aspiração regional em converter o Oceano Índico num "lago de paz".

As potências ocidentais negam-se a considerar as reivindicações pela desmilitarização, restituição de Diego Garcia e da ilha de Tromelin (ocupada pela França). Por outro lado, tentam "desestabilizar" o MMM.

Os investidores estrangeiros já se retiram da zona franca, na previsão de um futuro governo socializante, e Gaetán Duval radicaliza cada vez mais as suas posições de extrema direita, o que faz prever que os poderosos interesses oligárquicos e externos resistirão, por todos os meios, ao ascenso de um movimento popular em Maurício. É que isso, somado aos governos progressistas das ilhas Seychelles e Comores, e com o apoio de Madagáscar e dos países revolucionários africanos do Índico, faria mudar totalmente o panorama da região.





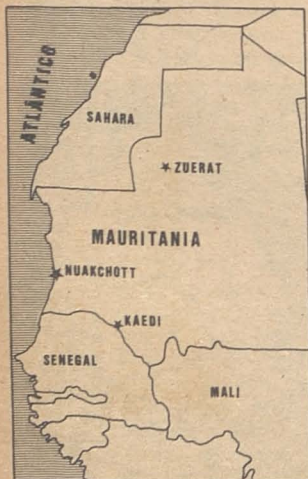
mauritânia

A Mauritânia chegou à independência em 1960 como um país extremamente pobre, sem bases mínimas a assegurar a viabilidade política do jovem Estado.

Os seus potenciais quadros eram cinco universitários e uns quinze estudantes. A população vivia da troca e ainda hoje é, em grande parte, nómada. Em troca da concessão de um poder político fictício, nas mãos do Partido do Povo Mauritano (PPM) e do seu presidente Moktar Uld Daddah, a velha metrópole conservava as rédeas da autoridade real.

Uma só empresa transnacional, a MIFERMA, de capitais franceses, tinha mais poder que o próprio Estado.

Gradualmente o sector progressista do partido começou a levar adiante as bases do que deveria ser a verdadeira independência nacional. Em 1965, a Mauritânia abandona a



OCAM (Organização Comum Africana e Malgache), através da qual a França procurava manter uma tutela sobre as suas ex-colónias. Em 1966 é criada a SOMITEX, sociedade monopolizadora da importação do açúcar, arroz e chá, com o que se quebra o monopólio dos comerciantes franceses instalados em Dakar. Nesse mesmo ano, é iniciada uma campanha de revalorização da cultura árabe nacional.

Em 1972 o banco árabe-mauritano obtém o monopólio das operações comerciais com o exterior e em 1973 cria-se o Banco Central.

Finalmente, em 1974 anuncia-se a nacionalização das minas de ferro, passo decisivo que foi possível com a mobilização geral do Terceiro Mundo em defesa das matérias-primas.

Frustradas as conspirações directas contra o governo nacionalista, o imperialismo empregou a tática de desviar o nacionalismo para um chauvinismo reaccionário. A monarquia do Marrocos, que sempre alimentou ambições expansionistas sobre o Maghreb, opôs-se à independência do Sahara, reclamando-o como parte do seu território, com o argumento do passado histórico que a Corte Internacional de Haia rejeitou como carente de fundamento jurídico. Mas a OTAN e a França simpatizaram com a ideia. Temerosos de que os nacionalistas saharauis instaurassem um regime revolucionário no litoral Atlântico da África, seduziram Uld Daddah a unir-se àquelas reivindicações. Assim, com a retirada da Espanha, o Sahara foi invadido pela Mauritânia e pelo

Marrocos, em Fevereiro de 1976.

Ao escolher o seu novo aliado, os dirigentes parecem ter esquecido que o Marrocos se opôs em 1960 à independência da Mauritânia, defendendo que esta fazia parte do Grande Marrocos histórico.

A resistência armada dos saharauis, organizados na Frente POLISÁRIO, golpeou duramente o regime mauritano, que sofreu muitas baixas no seu exército e a paralisação da sua economia devido aos frequentes ataques às minas de ferro de Zouerat e ao caminho de ferro que transporta o minério até o porto de Nuhadibu.

O exército marroquino teve que socorrer o aliado Uld Daddah e a Mauritânia passou de país invasor a praticamente um país ocupado por tropas do Marrocos e militares franceses, que participam nos bombardeios contra os saharauis e influem na política mauritana.

No último ano, em razão dessa situação, a Mauritânia sofreu uma sucessão de governos e golpes de Estado. Deposto Uld Daddah, sucedeu-se Uld Salek em Junho de 1978. Um "golpe dentro do golpe" afasta Salek e coloca no poder Ahmed Uld Buceif, que pereceu num acidente de avião envolto em certo mistério. O seu sucessor, o tenente-coronel Muhammad Uld Haidallah, continua a enfrentar o mesmo problema que esteve no centro dessa instabilidade política na Mauritânia — a retirada do Sahara Ocidental e a negociação com a POLISÁRIO, — e a manter a mesma ambiguidade em torno da questão.

MAURITÂNIA

Governo: Tenente-coronel Muhammad Uld Haidallah, primeiro-ministro. Capital: Nouakchott (130 mil habitantes). Superfície: 1 030 700 km². População: 1 300 000 habitantes (80 por cento nómada). Moeda: ugiya. Idioma oficial: árabe e francês. Festa Nacional: 28/11 (Independência, 1960). Religião: islâmica. PNB per capita: 200 dólares anuais. Educação: 54 mil estudantes em todos os níveis. Saúde: um médico para cada 18 mil habitantes.

A Mauritânia é membro pleno da ONU, da OUA, da Liga Árabe e do Movimento dos Países Não-Alinhados.

méxico

Com vinte mil anos de evolução histórica e dois milénios de vida urbana, o homem meso-americano desenvolveu no território do actual México civilizações avançadas como a maia, a olmeca e a azteca, que surpreenderam o conquistador pela sua riqueza.

Em 1521 consumou-se a conquista. Cem anos depois, as guerras, a superexploração e as doenças trazidas pelos espanhóis tinham reduzido a população de 16 milhões a apenas um, num genocídio sem precedentes na história.

A resistência contra a dominação estrangeira, iniciada por guerreiros aztecas como Cuicláhuac e Cuauhtémoc, nunca foi totalmente submetida e três séculos depois, em 1810, o padre Miguel Hidalgo relança a luta pela independência. O movimento, que encontrou em José Maria Morelos uma expressão social avançada, logo se converteu numa guerra popular, e após uma década consegue romper os laços com a Espanha, mas sem mudar a estrutura económica.

Nasce assim o México independente, em 1821, primeiro como Império, sob Agustín de Iturbide, depois como República Federal, a partir de 1824. O jovem Estado, dividido entre as forças conservadoras do clero, dos latifundiários e do exército, e os liberais de vocação modernizante do outro lado, sofreu agressões da Espanha (1829), da França (1838) e dos Estados Unidos (1846-48). Esta última arrebatou-lhe mais da metade

do seu território, que hoje compõe o Texas, o Novo México, a Califórnia e parte de outros Estados, onde uma crescente minoria mexicana (os "chicanos") mantém a sua identidade nacional.

Finalmente os liberais, liderados por Benito Juárez, impõem-se e, mediante as "Leis da Reforma", estabelecem as bases da laicidade, da liberdade de ensino e pensamento e da livre iniciativa económica e expropriam os enormes latifúndios do clero.

Apoiada na Igreja, a reacção busca a ajuda de Napoleão III. Em 1862, tropas francesas invadem o México para convertê-lo em Monarquia. A resistência patriótica reconstitui os exércitos republicanos e restaura Juárez no governo em 1867. Pouco depois, o general Porfírio Díaz, que se destacara na luta contra o Império de Maximiliano, toma o poder e exerce-o de 1876 a 1911. Durante esses 35 anos de ditadura, o país abre-se aos capitais ingleses e norte-americanos, que modernizam a sua economia com grandes custos sociais.

Em 1910, nove em cada dez camponeses careciam de terra. Ocorre então a Revolução Mexicana, unida primeiro em torno do programa antiditatorial de Francisco Madero: "Sufrágio efectivo; não reeleição". Derrotado Díaz e assassinado Madero pelo usurpador Victoriano Huerta, a luta camponesa prossegue acaudilhada por Francisco Villa e Emiliano Zapata, com a reivindicação: "Terra e



Liberdade".

No combate contra os inimigos internos e externos (os Estados Unidos voltaram a invadir o México em 1914 e 1916), foram-se definindo os princípios sociais da Revolução, que Venustiano Carranza consagra na Constituição de 1917, a mais avançada do Mundo na época e ainda em vigência.

A luta armada entre diferentes fracções revolucionárias continua durante muitos anos. Nela morrem os principais caudilhos. Apenas em 1929 é que as diversas correntes principais se unificam no Partido Nacional Revolucionário, antecessor do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no poder até hoje.

Sob a presidência do general Lázaro Cárdenas (1934-40) nacionaliza-se o petróleo, impulsiona-se a reforma agrária e pratica-se uma política externa independente e antifascista.

Com 50 anos de relativa estabilidade política, o México actual é um país semi-industrializado, que enfrenta problemas similares aos do resto do Terceiro Mundo. O descobrimento de enormes jazigos petrolíferos abre auspiciosas perspectivas económicas. No plano político, o governo realiza uma reforma para promover a participação democrática, com a inclusão do registo dos partidos de oposição.

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Governo: José Lopez Portillo, presidente. Capital: México, Distrito Federal (12 500 000 habitantes em 1977). Superfície: 1 972 546 km². População: 64 000 000 habitantes (35 por cento rural). Moeda: peso mexicano. Idioma oficial: espanhol (cerca de 5 por cento fala línguas indígenas). Festa Nacional: 16/9 (Independência, 1810). Religião: maioritariamente católica, o Estado não professa religião oficial. PNB per capita: mil dólares anuais. Educação: 15 500 000 estudantes em todos os níveis. Analfabetismo de 23 por cento. Saúde: um médico para cada 1400 habitantes.

O México é membro pleno da ONU, da OEA, da ALALC, do SELA e é observador no Movimento dos Países Não-Alinhados.





O colonialismo português, um dos mais antigos em África, instalou-se nas costas Moçambicanas em 1505. Aí fundou os seus portos e feitorias e começou o tráfico de escravos que se prolongaria até meados do século XIX. A colonização do interior desenvolveu-se muito lentamente e somente em 1918, com a derrota do rei Mokombe na região de Tete, os portugueses puderam dominar a totalidade do território.

As hierarquias tribais tradicionais, que até tinham encabeçado a resistência ao invasor, passaram a ser utilizados pelos colonialistas como intermediários da sua dominação. No entanto, isto não significou o fim da luta anticolonialista, mas apenas uma alteração para novas formas, centralizadas agora nos esforços dos estudantes, intelectuais e trabalhadores.

O colonialismo fascista português tentou disfarçar o seu domínio chamando ao país "Província Ultramarina" e fomentou o tribalismo a fim de impedir o nascimento de um



pág. 128 n.º 16/Agosto 79

moçambique

sentimento nacionalista. Divididos em vários movimentos, os grupos patriotas reclamavam a independência através de greves e manifestações. Em 1960, uma concentração espontânea e pacífica em Mueda, foi reprimida selvaticamente deixando um saldo de 500 mortos. Este facto convenceu os moçambicanos de que o diálogo pacífico com os colonialistas era estéril.

No ano seguinte, Eduardo Mondlane, então funcionário das Nações Unidas, visita o seu país e convence os diferentes grupos independentistas da necessidade de se unirem, aspiração que se concretiza em 25 de Julho de 1962 na Tazânia, com a criação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) constituída por militares e organizações de todas as regiões e etnias do país.

Após dois anos de actividade organizativa e política clandestina, a FRELIMO, em 25 de Setembro de 1964, desencadeia a luta armada para conquistar "a independência total e completa". Em fins de 1965 já havia regiões de Moçambique onde a FRELIMO era a única autoridade e em 1969 os independentistas controlavam um quinto do território moçambicano. No fim desse ano Mondlane é assassinado por agentes ao serviço dos colonialistas. Manifesta-se então na FRELIMO, a luta entre aqueles que concebiam a independência como uma mera "africanização" do poder e a

linha revolucionária que procura instaurar uma nova sociedade democrática e popular.

Esta orientação vence no Segundo Congresso da FRELIMO, realizado nas áreas libertadas e Samora Machel é eleito como presidente da organização. A partir daí a luta é intensificada e alargada a novas áreas. A derrota em África foi um dos factores determinantes que provoca o levantamento militar do 25 de Abril de 1974 em Lisboa que põe fim ao regime colonial-fascista de Salazar e Caetano. É criado em Moçambique um governo de transição e em 25 de Junho de 1975 é proclamada a República Popular de Moçambique.

No campo interno, o governo da FRELIMO decretou a nacionalização do ensino, assistência médica, banca estrangeira e diversas empresas multinacionais. Promove-se a criação de aldeias comunitárias com o fim de reunir os camponeses dispersos e organizar a produção colectiva.

Como corolário lógico desta continuidade da luta popular, no seu Terceiro Congresso realizado em Maputo em 1977, a FRELIMO definiu-se pelo socialismo, adoptando o marxismo-leninismo como orientação ideológica. A medida imediata foi a de difundir por todo o país o espírito de solidariedade e de combate das áreas libertadas, onde se desenvolveu o germen de uma organização social mais justa.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Governo: Samora Machel, presidente. Capital: Maputo (350 mil habitantes). Superfície: 784 032 km². População: Cerca de 10 milhões de habitantes. Moeda: escudo. Idioma oficial: português (falam-se várias línguas nacionais). Festa Nacional: 25/6 (Independência, 1975). Religião: animista, muçulmana e cristã. O estado não professa religião oficial. PNB per capita: 400 dólares anuais. Educação: o governo esforça-se por universalizar, em bases novas, o ensino antes reservado aos colonialistas e poucos "assimilados". Ao fim da época colonial calculava-se em 85 por cento o analfabetismo. Saúde: um médico para cada 16 mil habitantes.

Moçambique é membro pleno da ONU, da OUA, do Movimento dos Países Não-Alinhados e do grupo de países da "Linha da Frente", da África Austral.

as vozes da áfrica
revolucionária

N.º 456 — 8 DE JULHO DE 1979 — 15\$00

MAPUTO — REPUBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Tempo

PRODUZIR UMA ARTE
DE INTERVENÇÃO SOCIAL



EMULAÇÃO SOCIALISTA
EM CABO DELGADO

LONRHO
UM INIMIGO DE ÁFRICA

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — República Popular de Moçambique

UNCTAD V

"TUDO O QUE SAÍU DA UNCTAD II FORAM PALAVRAS" SEGUNDO O JUÍZO DA MAIORIA DOS DELEGADOS DO TERCEIRO MUNDO... 56

SALA DE CONFERENCIAS



... UMA PERGUNTA FICOU SUSPENSA NO...



... AMBIENTE :

